

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**

**Entre morros e galpões: paisagem urbana industrial e memória operária em  
Ubá/MG (1980/2020)**

Emiliano Alves Bovolento  
*Magister Scientiae*

**VIÇOSA - MINAS GERAIS  
2024**

**EMILIANO ALVES BOVOLENTO**

**Entre morros e galpões: paisagem urbana industrial e memória operária em  
Ubá/MG (1980/2020)**

Dissertação Mestrado Profissional  
apresentada à Universidade Federal de  
Viçosa, como parte das exigências do  
Programa de Pós-Graduação em  
Patrimônio Cultural Paisagens e  
Cidadania (Profissional), para obtenção  
do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Ana Paula Ribeiro Freitas

**VIÇOSA - MINAS GERAIS  
2024**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

B783e  
2025 Bovolento, Emiliano Alves, 1978-  
Entre morros e galpões: paisagem urbana industrial e  
memória operária em Ubá/MG (1980/2020) / Emiliano Alves  
Bovolento. – Viçosa, MG, 2025.  
1 dissertação eletrônica (175 f.): il. (algumas color.).

Orientador: Ana Paula Ribeiro Freitas.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,  
Departamento de História, 2025.

Referências bibliográficas: f. 166-175.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2025.685>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Ubá (MG) - História - 1980-2020. 2. Indústria de móveis  
- Ubá (MG) - História. 3. Urbanização - Ubá (MG) - História.  
I. Freitas, Ana Paula Ribeiro. II. Universidade Federal de Viçosa.  
Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em  
Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. III. Título.

CDD 22. ed. 981.51

**EMILIANO ALVES BOVOLENTO**

**Entre morros e galpões: paisagem urbana industrial e memória operária em  
Ubá/MG (1980/2020)**

Dissertação Mestrado Profissional  
apresentada à Universidade Federal de  
Viçosa, como parte das exigências do  
Programa de Pós-Graduação em Patrimônio  
Cultural Paisagens e Cidadania (Profissional),  
para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 25 de novembro de 2024.

Assentimento:

---

Emiliano Alves Bovolento  
Autor

---

Ana Paula Ribeiro Freitas  
Orientadora

Essa dissertação mestrado profissional foi assinada digitalmente pelo autor em 31/10/2025 às 09:32:59 e pela orientadora em 04/11/2025 às 11:44:00. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **8L9T.6HTD.N9KE** e clique no botão 'Validar documento'.

Dedico esse trabalho à minha filha Heloísa.  
À memória de João Paschoal Bovolento, meu pai.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado com o apoio das seguintes agências de pesquisa brasileiras: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Em primeiro lugar, Deus, pela vida e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho.

Aos meus pais, João Paschoal Bovolento (in memoriam) e Eni Alves Bovolento, que, mesmo não tendo tido as oportunidades, sempre me ensinaram a importância da educação e do conhecimento.

A minha esposa e companheira, Marcella, pelo apoio e, principalmente, pelo cuidado com nosso maior tesouro, nossa filha. Obrigado por não desistir, te amo.

Agradeço à minha razão de viver, Heloísa, pela paciência e compreensão. Você é a motivação maior para meus sonhos e objetivos, dentre os quais está o mestrado. As ausências do papai e as vezes que não pude brincar pareciam inexplicáveis para você e doeram muito em mim. Espero que você compreenda e saiba que o amor por você foi força por trás da minha perseverança.

Gostaria de expressar minha sincera apreciação à minha orientadora Ana Paula Ribeiro Freitas, cuja orientação habilidosa, generosidade e comprometimento foram essenciais para o desenvolvimento deste estudo. Suas valiosas sugestões e insights foram fundamentais no meu direcionamento e para moldar este trabalho.

Meu agradecimento à Universidade Federal de Viçosa por me conceder a oportunidade, através do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, de tornar possível a realização deste sonho.

Agradeço, aos professores do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da UFV, pela oportunidade de conviver por dois anos com exemplares docentes, com os quais muito aprendi.

Além disso, gostaria de estender meus agradecimentos aos meus colegas de turma e amigos, cujo apoio e encorajamento foram uma fonte constante de inspiração ao longo deste percurso acadêmico. Em especial, Fábio, Thiago e Arlindo. Os almoços e as caronas também foram momentos de aprendizado.

Aos funcionários do Arquivo Público de Ubá e do Sindicato dos Marceneiros de Ubá, agradeço pelo fornecimento de dados e materiais que foram fundamentais a realização deste trabalho.

“A cidade não é um lugar. É a moldura de uma vida. A moldura à procura de retrato, é isso que eu vejo quando revisito o meu lugar de nascimento. Não são ruas, não são casas. O que vejo é um tempo, o que escuto é a fala desse tempo. Um dialecto chamado memória, numa nação chamada infância.”

(Mia Couto)

## RESUMO

BOVOLENTO, Emiliano Alves, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, novembro de 2024. **Entre morros e galpões: paisagem urbana industrial e memória operária em Ubá/MG (1980/2020)**. Orientadora: Ana Paula Ribeiro Freitas.

O objetivo do presente trabalho é analisar como o desenvolvimento da indústria moveleira transformou a paisagem cultural, identidades e memórias da cidade de Ubá, situada em uma região tradicionalmente rural. Através do procedimento metodológico, que realizou-se por meio de pesquisa exploratória, descritiva e explicativa, buscou-se entender como o processo histórico de formação do polo moveleiro e o fato de sua produção espacial apresentar características distintas de outros polos, impactaram na constituição de uma paisagem urbana específica, rica e complexa, onde os diferentes grupos sociais contribuem e são influenciados. Viabilizada pela existência de fontes primárias organizadas no Arquivo Histórico e Cultural de Ubá, a análise documental contou com jornais que abarcam todo o período em foco, acervo fotográfico e atas da Câmara Municipal que permitiram alcançar a percepção das hipóteses levantadas. Pautados na criticidade fundamental a um estudo científico, emergiu a necessidade de se estabelecer um diálogo entre o - patrimônio cultural - as memórias e identidades - individuais e coletivas - que, de forma complexa e intencional se ocultam diante da análise relativa aos estudos mais tradicionais da história urbana. Essa visão limitada e elitista da construção histórica vem sendo combatida por uma nova interpretação que privilegia novos atores e enfatiza uma memória verdadeiramente pública e plural. O recorte temporal destacado (1980-2020) coincidiu com o período de consolidação da atividade industrial na cidade e a formação de um arranjo produtivo local reconhecido como fundamental ao desenvolvimento econômico regional e de relevância nacional. Ao mesmo tempo, percebeu-se que foi durante este espaço cronológico, que o município apresentou transformações significativas explicitadas ao longo da pesquisa.

Palavras-chave: história urbana; patrimônio cultural; memória operária; paisagem industrial; patrimônio industrial

## ABSTRACT

BOVOLENTO, Emiliano Alves, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, November, 2024. **Between hills and warehouses: industrial urban landscape and working memory in Ubá/MG (1980/2020)**. Adviser: Ana Paula Ribeiro Freitas.

This study aims to analyze how the development of the furniture industry has transformed the cultural landscape, identities, and memories of the city of Ubá, located in a traditionally rural region. Through the methodological procedure, carried out through exploratory, descriptive, and explanatory research, the aim was to understand how the historical process of the formation of the furniture pole and the fact that its spatial production presents distinct characteristics from other centers impacted the constitution of a specific, rich, and complex urban landscape, where different social groups contribute and are influenced. Enabled by the existence of primary sources organized in the Historical and Cultural Archive of Ubá, the documentary analysis relied on newspapers covering the entire period under consideration, a photographic collection, and minutes from the Municipal Chamber that allowed for an understanding of the hypotheses raised. Informed by the criticality fundamental to scientific study, there emerged the need to establish a dialogue between cultural heritage, individual and collective memories, and identities, which, in a complex and intentional manner, conceal themselves in the face of the analysis related to the more traditional studies of urban history. This limited and elitist view of historical construction has been challenged by a new interpretation that privileges new actors and emphasizes a genuinely public and plural memory. The highlighted temporal scope (1980- 2020) coincided with the period of consolidation of industrial activity in the city and the formation of a recognized local productive arrangement as fundamental to regional economic development and of national relevance. At the same time, it was observed that it was during this chronological space that the municipality underwent significant transformations, as revealed throughout the research.

Keywords: urban history; cultural heritage; workers' memory; industrial landscape; industrial heritage

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figuras:</b>	<b>Páginas</b>
Figura 1 – Mapa Município de Ubá (1927).....	27
Figura 2 – Produção agrícola e extrativista de Ponte Nova, Rio Branco, Ubá e Viçosa, MG (1929).....	33
Figura 3 – Produção artesanal de fumo em propriedade ubaense.....	34
Figura 4 – Ubá, MG: Inserção regional, estadual e nacional.....	36
Figura 5 - Mostra de móveis realizada na Praça São Januário na década de 1960.....	39
Figura 6 - Chegada de madeira na COPARMA em 1966.....	40
Figura 7 - Móveis Domani anos de 1960.....	41
Figura 8 – Torreão de Cesário Alvim.....	51
Figura 9 – Ginásio São José.....	52
Figura 10 – Paço Municipal “Governador Ozanan Coelho”.....	53
Figura 11 – Escola Estadual Coronel Camilo Soares.....	54
Figura 12 – Piano de Ary Barroso.....	55
Figura 13 – Manga Ubá.....	55
Figura 14 – Estação Ferroviária.....	57
Figura 15 – Congada Nossa Senhora do Rosário.....	57
Figura 16 – Corporação Musical e Cultural 22 de Maio.....	59
Figura 17 – Fazenda das Palmeiras.....	60
Figura 18 - Galpões industriais em Ubá.....	76
Figura 19 - Áreas com maior concentração de fábricas em Ubá(MG).....	77
Figura 20 - Localização das indústrias moveleiras em Votuporanga(SP).....	78
Figura 21 - Localização das indústrias moveleiras em Linhares(ES).....	79
Figura 22 - Localização das fábricas em Ubá.....	81
Figura 23 - Localização de galpão às margens do Ribeirão Ubá.....	82
Figura 24 - Localização das fábricas em Ubá e principais bairros.....	83
Figura 25 – Expansão do bairro Vila Casal e Edital de loteamento.....	84
Figura 26 - Edital de loteamento no bairro Caxangá.....	85
Figura 27 - Localização de loteamento no bairro Caxangá.....	86
Figura 28 - Bairro Eldorado e Galpão Wembley.....	87
Figura 29 - Imagens bairros São Domingos e Eldorado.....	87
Figura 30 - Recorte de Jornal: Melhoramentos para o bairro São Domingos.....	88

Figura 31 - Bairro São Domingos.....	90
Figura 32 – Galpão Itatiaia localizado na Avenida Raul Soares.....	92
Figura 33 – Localização da Itatiaia Móveis.....	93
Figura 34 – Notas sobre novas instalações da Itatiaia Móveis.....	94
Figura 35 – Edital do loteamento Bairro Chiquito Gazolla.....	95
Figura 36 – Nota publicitária de vendas de imóveis Cibraci.....	95
Figura 37 – Fábrica Itatiaia e Bairros Chiquito Gazolla e Cibraci.....	96
Figura 38 – Bairro Antonina Coelho/Cohab.....	97
Figura 39 – Região próxima à Itatiaia entre 2000 e 2020.....	98
Figura 40 - Evolução da mancha urbana do município para os anos de 1987, 2000 e 2013.....	101
Figura 41 - Região Sudeste de Ubá entre 2002 e 2020.....	102
Figura 42 - Galpões Industriais na região Sudeste de Ubá.....	103
Figura 43 - Região Sul de Ubá em 2002.....	104
Figura 44 - Região Sul de Ubá em 2020.....	104
Figura 45 – Anúncio do Condomínio Cidade Jardim Mansões.....	106
Figura 46 – Galpão industrial alagado em janeiro de 2024.....	109
Figura 47 – Antigos Galpões.....	116
Figura 48 – Pastoral Operária no dia do Trabalhador em 2004.....	120
Figura 49 – Manifestação dos trabalhadores de Ubá em 2017.....	121
Figura 50 – Festa do Trabalhador.....	122
Figura 51 – Celebração religiosa dos trabalhadores.....	123
Figura 52 – Time de futebol do Bairro São Domingos.....	126
Figura 53 – Fábrica de Móveis Europa.....	128
Figura 54 – Carnaval de 1974.....	129
Figura 55 – Reportagem sobre o carnaval de 1980.....	130
Figura 56 – Fundadores da Acadêmicos do Caxangá em 1979.....	131
Figura 57 – Desfile de carnaval no ano de 1980.....	132
Figura 58 – Jornal Gazeta Regjornal com premiação Carpinteiros do Progresso.....	134
Figura 59 - Monumento em homenagem aos marceneiros.....	135
Figura 60 - Material de divulgação nas redes sociais.....	137

## LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

<b>Tabelas:</b>	<b>Páginas</b>
Tabela 1 - Produção e Comércio.....	27
Tabela 2 - Exportação da produção mercantil em 1907 (kg e l) pelas estações da Estrada de Ferro Leopoldina e Central do Brasil.....	30
<b>Gráficos:</b>	
Gráfico 1 - Abertura de empresas de fabricação de móveis em Ubá/MG.....	42
Gráfico 2 - Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento (IPHAN).....	48
Gráfico 3 - Crescimento da População de Ubá – 1980-2012.....	99

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ACIU - Associação Comercial e Industrial de Ubá.

APL – Arranjo Produtivo Local.

APP - Áreas de Preservação Permanentes

CDMPCU – Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Ubá.

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde.

ES – Espírito Santo.

FEMAP – Feira de Máquinas e Matérias-Prima.

FEMUR – Feira de Móveis de Ubá e Região.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INCEU – Inventário de Configurações de Espaços Urbanos.

INTERSIND – Sindicato Intermunicipal das Indústrias do Mobiliário de Ubá.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

MG – Minas Gerais.

MP – Móveis Parma.

PR – Paraná.

PT - Partido dos Trabalhadores

SC – Santa Catarina.

SMU – Sindicato dos Marceneiros de Ubá

SP – São Paulo.

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

RS – Rio Grande do Sul.

TICCIH - The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage

UFV – Universidade Federal de Viçosa.

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
------------------	----

### **PARTE I**

#### **CAPÍTULO 1 – ENTRE OS MORROS DAS GERAIS: A CIDADE DE UBÁ**

1.1 – DA MATA AO GALPÃO.....	19
1.2 - UM POLO ENTRE MORROS.....	35
1.3 – UM PATRIMÔNIO ENTRE MORROS.....	43

#### **CAPÍTULO 2 - GALPÕES ENTRE MORROS: UMA PAISAGEM URBANA INDUSTRIAL**

2.1 – DIALOGANDO COM A PAISAGEM.....	65
2.2 – AS FÁBRICAS E A FORMAÇÃO DA PAISAGEM.....	75
2.3 – A INFLUÊNCIA DOS GALPÕES.....	91
2.4 – PAISAGEM EM TRANSFORMAÇÃO.....	105

#### **CAPÍTULO 3 – SAMBA, GOLS E TRADIÇÕES: MEMÓRIAS DOS TRABALHADORES ENTRE O MORRO E GALPÃO**

3.1 – GALPÕES DA MEMÓRIA .....	111
3.2 – UNIÃO, LUTAS E FESTA: MARCENEIROS E SINDICATO.....	118
3.3 – SAMBA, GOLS E LEMBRANÇAS .....	124
3.4 – MÃOS QUE FAZEM HISTÓRIA.....	133

### **PARTE II**

<b>CAPÍTULO 4 – PROPOSIÇÃO DO PRODUTO.....</b>	<b>137</b>
--	------------

<b>FONTES DOCUMENTAIS .....</b>	<b>165</b>
---------------------------------	------------

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>166</b>
--------------------------	------------

## INTRODUÇÃO

A história das sociedades humanas e toda sua relação e interdependência com o meio são preocupações constantes que mobilizam grande esforço científico para sua interpretação e entendimento, dentro das especificidades locais. A diferenciação entre as áreas, a desigualdade na distribuição dos recursos, a disputa pelo poder nesses espaços delimitados e as memórias que se entrelaçam na experiência de vida urbana fazem necessário um novo ponto de vista na leitura da história das cidades. Um olhar histórico que veja mais do que apenas os processos e sujeitos hegemônicos.

Preocupados em considerar as diversidades e especificidades presentes nos processos sociais, econômicos, políticos e culturais de formação das cidades e, conseqüentemente das paisagens culturais constituídas e do patrimônio cultural existente, percebemos a necessidade de um olhar interdisciplinar e teórico-metodológico embasado na abordagem empírica, capaz de identificar as memórias do passado dos indivíduos que se relacionam com o meio em que vivem e, mais detalhadamente com o patrimônio cultural presente na cidade de Ubá.

O objetivo principal desta pesquisa consiste em analisar as transformações da paisagem advindas do aparecimento e fixação da indústria moveleira e compartilhar as multiplicidades de memórias dos trabalhadores desse setor. Em outra instância, almeja compreender as identidades de uma cidade que é industrial em uma região tradicionalmente estagnada e agrária, de modo a entender as razões para a negligência desse importante traço identitário local na história oficial e nas políticas públicas do município.

De forma complementar, especificamente, pretende-se, em primeiro lugar, analisar o processo histórico de formação do polo moveleiro e o fato de sua produção espacial apresentar características distintas de outros polos. A partir daí, foi possível compreender os impactos dessa distribuição espacial desordenada na constituição da paisagem urbana e a atuação dos sujeitos envolvidos neste processo. Em segundo lugar, foram analisados os bens vinculados à atividade industrial local (fábricas, sindicatos e bairros) e sua relevância na constituição de uma paisagem urbana específica, buscando identificar elementos materiais e imateriais relacionados aos lugares de memória do operariado de Ubá. Por fim, busca-se contribuir para a criação de um espaço de preservação da memória e história dos trabalhadores da indústria moveleira de Ubá.

Em síntese, este trabalho busca analisar o patrimônio industrial, sua relevância na constituição de uma paisagem urbana específica e, principalmente, valorizar e identificar a memória dos agentes envolvidos nesse processo. Em especial, os trabalhadores são colocados

em destaque como grupo social que se constitui, participa e contribui com sua memória para a formação de uma identidade social. O estudo do patrimônio industrial tem se consolidado nas últimas décadas e envolve um leque de possibilidades para análise. Abrange elementos de diversas origens, materiais e imateriais que, com abordagens qualitativas, permitem identificar suas conexões com a história do município e a formação da paisagem urbana.

Indo de encontro ao tradicional discurso patrimonial, que no âmbito mineiro privilegia a ideia de valorização do barroco, de um passado colonial, ligado ao circuito das ditas “cidades históricas”, nosso objeto de estudo e pesquisa é a cidade de Ubá. A Zona da Mata é uma região de ocupação mais recente em relação às cidades mais antigas de Minas Gerais, de modo que Ubá se localiza em uma microrregião que tradicionalmente não se enquadrava nos critérios de relevância histórica e cultural exigidos pelos órgãos de patrimonialização federal e estadual.

Pautados na criticidade fundamental a um estudo científico, devemos compreender que a visão de “cidade histórica” colocada tradicionalmente já não atende às revisões teóricas pelas quais o estudo do patrimônio cultural tem vivenciado nos últimos anos. É preciso tomar consciência de que toda cidade é histórica, construída por um processo histórico e da experiência dos indivíduos que nela se relacionam entre si e com o espaço. Em trabalho de 2011, Everaldo Batista da Costa problematizou a ideia de que apenas as cidades com passado colonial são consideradas cidades históricas. Para o autor, o discurso estatal de patrimônio e os usos turísticos que conferem destaque às cidades do passado colonial impõem uma hierarquização que inviabiliza a valorização de outras histórias e memórias urbanas (COSTA, 2011).

Chama-nos a atenção, o fato do polo moveleiro de Ubá ter se estruturado de forma bastante peculiar em relação a outros importantes polos nacionais. Em Ubá, não houve a iniciativa da criação de um distrito industrial. Dessa forma, a pulverização das indústrias pela área urbana trouxe consigo consequências que são identificadas e analisadas através de metodologias específicas.

O recorte temporal destacado, entre os anos de 1980 e 2020, coincide com o período de consolidação da atividade industrial na cidade e a formação de um arranjo produtivo local reconhecido como fundamental ao desenvolvimento econômico regional. Ao mesmo tempo, percebe-se que foi durante este tempo, que o município apresentou transformações paisagísticas significativas a serem exploradas ao longo dos capítulos.

A percepção do aumento do número de trabalhos científicos que abordam o tema do patrimônio industrial nos últimos anos em outras regiões, a excepcionalidade das características do espaço e tempo delimitados, justificam a originalidade desta pesquisa e sua importância para

o estudo das cidades. O estudo arqueológico dos vestígios materiais da industrialização no Brasil podem trazer contribuições relevantes de processos tecnológicos, fluxos de mercadorias ou hábitos de consumo; mas, principalmente, talvez ajude a explicar a própria expansão do processo de industrialização, de como se iniciou e a particularidade do seu desenvolvimento nas condições locais (OLIVEIRA, 2017).

Nota-se que, nos processos de patrimonialização realizados pelo município, há uma predisposição às ações conservacionistas de bens diretamente relacionados aos poderes políticos e econômicos locais constituídos. É perceptível a ocultação de uma considerável parcela da população que não se vê e não se encontra representada (VIEIRA, 2017). Uma atenção maior ao patrimônio industrial, trazendo-o à luz das práticas patrimoniais ao lado dos bens tradicionalmente tombados, se coloca como fundamental para um novo enfoque do patrimônio cultural de forma mais abrangente e plural. Uma tendência historiográfica que tem suas raízes nos últimos anos do século XX e se fortalece nas primeiras décadas do século XXI. A atividade industrial marcou indelevelmente a história da cidade de Ubá e as memórias operárias estão associadas à grande parcela da população mais humilde da cidade. Grupos sociais subalternizados associados à atividade industrial não são representados nos patrimônios institucionalizados pelo município, como revelou o trabalho de Anderson Moreira Vieira (2017). Lugares de memória desses grupos que compõem parte expressiva da população do município, como as fábricas, os bairros populares e periféricos são diretamente afetados por uma política de patrimonialização que estigmatiza espaços empobrecidos.

Do ponto de vista das transformações paisagísticas de Ubá, investigou-se a hipótese de que a produção espacial local se relaciona diretamente com a ausência de uma política de planejamento urbano ou um planejamento que privilegia alguns espaços em detrimento de outros, devido ao fomento à especulação imobiliária. Essa distribuição espacial como território produzido de forma consciente ou inconsciente está ligada aos problemas da segregação espacial, degradação ambiental e mobilidade urbana.

A valorização dos saberes e cotidiano cultural dos trabalhadores, suas trajetórias de vida e de luta operária pouco foram privilegiados em pesquisas e na formulação de políticas públicas de Ubá. Como já foi dito, os bens culturais patrimonializados ou registrados no município, são na maioria representativos dos grupos dominantes da economia e política local. Nesse sentido, investigou-se a hipótese da presença marcante da desigualdade e da territorialidade do poder nas memórias e identidades operárias, que se expressam tanto na paisagem urbana, quanto nas memórias produzidas pelos trabalhadores. Por outro lado, pretende-se analisar o protagonismo dos trabalhadores na produção da paisagem urbana, suas experiências, modos de vida e/ou

saberes constituídos no cotidiano dos bairros e das fábricas. Assim, busca-se dar centralidade à relação tempo e espaço das vidas operárias, contribuindo para a valorização destes agentes históricos sob a paisagem local.

Como aponta Besse, parafraseando John Brinckerhoff, as paisagens política e vernacular coexistem e se superpõem, às vezes nos mesmos locais, representando dois aspectos da mesma paisagem: a paisagem política que se define como fruto das decisões do poder, que se inscrevem no espaço do ordenamento e do controle; e a paisagem vernacular que se inscreve no universo da paisagem habitada, dos costumes e práticas vividas naquele espaço, fruto da espontaneidade e da criatividade, da adaptação humana e que resiste e coexiste com a paisagem política. Portanto, compreende-se que os habitantes da cidade também interferem na paisagem urbana e as hipóteses foram norteadas por esse pressuposto (BESSE, 2014).

Pelas especificidades apresentadas, a pesquisa se desenvolveu por meio de um processo permanente e sistemático de registro e análise de evidências materiais e imateriais, decorrentes da relação trabalho humano-espaço. Para isso, a abordagem desenvolvida foi feita de forma direta, como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. O procedimento metodológico realizou-se através de pesquisa exploratória, descritiva e explicativa. Considerando o objeto de investigação e o conjunto de hipóteses apresentadas, o trabalho se divide nas seguintes etapas:

Na primeira etapa, foram identificadas e levantadas informações a partir de livros, artigos e outros materiais bibliográficos relacionados ao objeto de estudo. Em segundo lugar, foi dado início à pesquisa das fontes elencadas para a pesquisa: levantamento e fichamento das fontes escritas disponíveis nos arquivos da prefeitura, dos sindicatos e fábricas e do acervo fotográfico e videográfico de memorialistas locais disponíveis em redes sociais. Base importante para realização da pesquisa foram os jornais disponíveis que abrangiam ao período de interesse. Dentre os documentos textuais e iconográficos, constam: notas jornalísticas, editais de loteamentos, anúncios de imóveis, registro dos bens identificados, por meio de fotografias, vídeos, documentos, entrevistas, etc. Faz-se necessário, na ação aqui desempenhada, entender que os documentos trazem em si uma bagagem da história, da época, da sociedade e dos indivíduos pelos quais foram produzidos, mas também das mudanças e manipulações a que foram submetidos. “O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o significado aparente” (Goff, 2013, p. 497).

Outra parte importante do trabalho, realizada paralelamente à pesquisa nos arquivos, é a pesquisa de campo, que consistiu na observação e registro de construções, espaços, objetos e

rituais próprios das atividades industriais desenvolvidas na cidade de Ubá, bem como suas funções e significados. O objetivo dessa etapa é alcançar a percepção visual e simbólica das evidências investigadas. Tomando como base o Manual Técnico de Uso da Terra (elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), fazendo a comparação de imagens da paisagem na área urbano-industrial, considerando um intervalo de tempo dentro do recorte proposto para o estudo. A partir do mapeamento digital, foi possível a identificação e extração de informações relevantes ao trabalho.

A última etapa da pesquisa consistiu na realização de ações que permitam contribuir para a apropriação dos bens culturais ligados às memórias e identidades operárias de Ubá. De acordo com os resultados alcançados, foram elaborados meios para se compreender quais bens relacionados à vida fabril e cotidiana dessa população operária são identificados por eles como importantes, envolvendo-os efetiva e afetivamente com estes bens culturais referentes ao processo histórico de desenvolvimento de Ubá e às trajetórias e memórias dos seus trabalhadores.

No primeiro capítulo do presente trabalho, buscou-se contextualizar historicamente o objeto de estudo, a cidade de Ubá. Na primeira parte, apresentamos os aspectos históricos referentes ao seu surgimento, às atividades econômicas desenvolvidas ao longo do tempo e sua relevância dentro da organização microrregional. A formação histórica do polo moveleiro de destaque nacional é abordada na segunda parte do capítulo, onde é descrita a origem e a evolução da atividade moveleira na cidade, enfatizando a formação de um arranjo produtivo local. Na terceira e última parte, foram apresentados os principais bens patrimoniais do município e, de forma teórica, buscou-se estabelecer um diálogo entre os conceitos de patrimônio, cidade histórica, patrimônio industrial e foi levantada a questão a respeito do negligenciamento em relação ao patrimônio ligado aos trabalhadores.

No segundo capítulo, o enfoque principal é o estudo da paisagem urbana. No subcapítulo inicial, foi apresentado o conceito de paisagem, sua multiplicidade, suas perspectivas e abordagens. Foi dado aqui, destaque à questão da paisagem urbana industrial e da paisagem vernacular. Na segunda parte do capítulo, é apresentada e analisada a configuração espacial e localização das fábricas de móveis dentro do município, no primeiro momento de expansão da atividade moveleira. Para tal análise, foi considerado o último quartel do século XX. De posse de informações sobre os anos de abertura de várias empresas e seus respectivos endereços, foi possível localizá-las na área urbana da cidade. Através da análise de imagens por sensoriamento remoto, no terceiro subcapítulo, foram identificadas as principais mudanças na organização espacial e expansão da malha urbana em Ubá nas duas primeiras décadas do século XXI e sua

relação com a localização das instalações fabris. No ítem final, são apresentados os principais resultados referentes à pesquisa e que se relacionam com os problemas vividos pela população ubaense como degradação ambiental, mobilidade urbana e poluição.

No terceiro capítulo, o destaque é a apresentação referente à memória dos trabalhadores. A primeira parte deste capítulo, intitulada Galpões da Memória, apresenta uma discussão teórica sobre os lugares de memória. A partir do trabalho de campo, foram elencadas as construções que outrora eram destinadas à fabricação de móveis e que atualmente estão abandonadas ou subutilizadas. A organização sindical e a luta pelos direitos é apresentada na segunda parte deste capítulo. Relacionando o sindicato dos marceneiros à memória dos trabalhadores, destacamos os momentos de mobilização e as festas realizadas em comemoração ao 1º de maio e outras celebrações. Os lugares de vivência dos trabalhadores fora do espaço fabril foram analisados no item seguinte. Com base na pesquisa documental, foram identificados e descritos espaços de presença e atuação dos trabalhadores em suas comunidades. Destacamos aqui, os campos de várzea nos finais de semana, os blocos e escolas de samba no carnaval que são elementos integrantes da cultura e memória do operariado urbano. E, finalmente, a importância dos trabalhadores no processo histórico de formação do polo moveleiro de Ubá, contrariando a história oficial que só valoriza a ação dos empresários locais, é apresentada na última parte do capítulo.

De acordo com a exigência do programa, no último capítulo é apresentado o produto referente ao mestrado profissional. Em parceria com o Sindicato dos Marceneiros de Ubá, pretende-se planejar e construir um espaço de reconhecimento dos trabalhadores na indústria moveleira em Ubá como agentes diretos, responsáveis pela formação histórica da cidade. Esse espaço contará com fotografias, objetos e depoimentos que, de forma organizada, darão luz e relevância àqueles que sempre foram silenciados nos discursos oficiais. Além disso, será elaborado material didático (cartilha) para a distribuição nas escolas do município, com abordagem focada no tema da educação patrimonial, que permita sensibilizar os jovens e toda a comunidade escolar para a pluralidade cultural e a diversidade de atores envolvidos na história e produção da paisagem ubaense, com ênfase na participação dos trabalhadores na construção histórica do polo moveleiro de Ubá.

## CAPÍTULO 1

### ENTRE OS MORROS DAS GERAIS: A CIDADE DE UBÁ

#### 1.1 – DA MATA AO GALPÃO

Um estudo da Zona da Mata mineira justifica-se pela importância que esta região apresentou durante o século XIX e primeiras décadas do século XX, através de seu “complexo agroexportador”, e posteriormente, através de uma diversificada estrutura urbana industrial. É importante destacarmos a diferenciação entre as regiões da Zona da Mata. Essa diferenciação foi feita por Elza Coelho de Souza (1951), que descreveu uma diferença de três sub-regiões norte, central e sul, usando dados do censo de 1940. Tais sub-regiões possuíam processos distintos de ocupação e produção do espaço e distintos padrões de regime de propriedade e, portanto, cada região terminou por possuir peculiaridades nos campos econômico, social, político e cultural.

A região ganhou esse nome devido à sua cobertura extensiva de matas. A flora original da Zona da Mata mineira é caracterizada por florestas tropicais de altitude, que formam o ecossistema da Mata Atlântica. No livro sobre a memória e trajetória de vida de Guido Thomaz Marlière, José Otávio de Aguiar (2022) faz a seguinte descrição sobre a vegetação que se estendia por toda região:

A floresta tropical, que então ainda recobria a região, era formada por uma mata fechada e úmida com árvores seculares que chegavam a alcançar mais de 25 metros de altura. O tipo de vegetação que correspondia ao clima quente que predomina na região era mata mesófila, também chamada de subcaducifólea tropical. Esta começou a ser devastada ainda no século XVIII. Eram comuns os cedros, os parajus, as perobas, os ipês, os jequitibás, os jatobás, as imbaúbas, dentre outros, que, aliados a uma infinidade de trepadeiras e cipós, formavam um emaranhado difícil de ser transposto. A variedade de espécies e a exuberância da mata nativa talvez escondessem aos homens que a ocupavam a fragilidade do ecossistema como um todo. Os solos da Mata Atlântica dependiam mais das árvores do que estas dele (Aguiar, 2022, p. 148).

O médico alemão Georg Heirinch Von Langsdorff, quando percorreu a região na condição de naturalista-zoólogo, em 1824, registrou em seus diários as semelhanças entre as florestas da Zona da Mata Central com as do Rio de Janeiro e apresentou algumas de suas características:

Estamos numa verdadeira mata costeira, que em quase nada ou em nada se diferencia daquela do Rio de Janeiro. As capoeiras contêm guaiabas, Cestrum, aroeiras, Acacia mimosa, samambaias em árvores e samambaias baixas,

Bauhinia, Solanum, Eupatorium, etc., e as matas parecem produzir, mais ou menos, os mesmos tipos de madeira (Langsdorff, 1997, p. 66).

Em seus registros, esse mesmo viajante, já apontou indícios da degradação da Mata diante do avanço das atividades econômicas ali desenvolvidas como a agricultura e a pecuária: “De meia em meia hora, ora à direita, ora à esquerda dos vales, encontram-se propriedades rurais, onde os produtos comuns são milho e feijão, sendo que a renda dos habitantes provém da criação de galinhas e porcos.” (Langsdorff, 1997, p. 66).

Em trabalho realizado em 1958, o geógrafo Orlando Valverde utilizou diferentes metodologias como a interpretação de fotografias aéreas, interpretação da toponímia, além do trabalho de campo. Seu objetivo era realizar a reconstituição cartográfica da vegetação original da região. Todas as indicações o levaram a concluir que o revestimento natural era de uma mata contínua que foi submetida a um processo de devastação generalizado (VALVERDE, 1958). Sobre seus apontamentos, podemos destacar:

A Zona da Mata foi, portanto, submetida a uma devastação generalizada, de tal modo que, segundo evidenciam as fotografias aéreas, só os cumes de algumas elevações possuem manchas acanhadas de matas. Nas partes norte e leste da região a devastação não foi tão drástica. Observadas do terreno, entretanto, estas manchas de florestas residuais são, todas elas, secundárias. Isto pode ser facilmente comprovado de longe, observando as numerosas copas de embaúbas (*Cecropia* sp.) brancas ou prateadas, que emergem do meio da abóbada foliar destas formações bem delimitadas. Ora, a embaúba é uma árvore ávida de luz que só se desenvolve onde a floresta foi derrubada (Valverde, 1958, p. 5).

As chamadas florestas secundárias se destacam em tamanho quando comparadas às florestas primárias, pois evoluíram a partir de um processo histórico de ocupação. As terras que foram inicialmente cultivadas e posteriormente abandonadas, sob condições ambientais específicas, deram início a um processo de regeneração que se estendeu por décadas de sucessão natural, resultando em uma regeneração diversificada da mata. Estas áreas são marcadas pela presença de algumas espécies vegetais, como a embaúba do gênero *Cecropia*, assim como o *Inga*, a *Ochroma* e espécies da família *Melastomataceae*. Além disso, esses ambientes podem exibir uma estrutura que contém elementos curiosos de sua história natural. Não é incomum encontrar pés de café germinando entre outras plantas, assim como uma variedade de árvores frutíferas dentro da mata, como goiabeiras, jabuticabeiras e laranjeiras, que constituíram, no passado, o pomar de uma fazenda cafeeira (OLIVEIRA, 2007).

Embora a colonização tenha ocorrido em momento posterior, ela desencadeou uma série de ciclos de desmatamento. Ao analisarmos brevemente o entorno das cidades e estradas,

podemos concluir que o nome atual não é apropriado e não reflete a realidade dos dias de hoje. As matas que originalmente deram nome ao território agora estão limitadas a pequenos fragmentos nos altos e partes das encostas cobertas de mata. A paisagem atual é dominada por extensas áreas de pastagens, predominando gramíneas.

A maneira como é revelada a topografia em grande parte da Zona da Mata, especialmente em sua região Central, pode ser caracterizada pela expressão "mares de morros", uma área que abrange cerca de 650 mil quilômetros quadrados ao longo da região tropical atlântica do Brasil. Conforme expresso por Valverde (1958), os processos de evolução do relevo resultaram em três planos de erosão: o primeiro, Superfície Leopoldina, apresenta altitudes entre 300 e 400 metros, com um relevo ondulado ou fortemente ondulado. Esta extensão ocorre na direção nordeste-sudoeste, com um dos extremos nas proximidades de Eugenópolis e o outro em Argirita. Os vales dessa superfície frequentemente possuem fundo plano, proporcionando várzeas propícias para atividades agrícolas. O segundo plano, que circunda essa superfície, demonstra considerável simetria, situando-se entre 450 e 500 metros de altitude, sendo denominado "superfície de Guarani-Rio Novo". Esse plano harmônico se reproduz em Carangola, na Serra das Virgens a leste de Leopoldina, e em Ubá e Visconde do Rio Branco. Um terceiro patamar de erosão é observado em extensas áreas nos arredores da Zona da Mata, situando-se entre 800 e 900 metros de altitude. Essas características são claramente perceptíveis em Ervália, Manhuaçu, Espera Feliz e em algumas localidades na periferia de Juiz de Fora. Essa superfície, denominada "Ervália", exhibe um relevo fortemente dissecado ou até mesmo montanhoso (VALVERDE, 1958).

Durante o período colonial, a região oriental da capitania de Minas Gerais foi marcada por uma estigmatização que a retratava como um território natural intocado pelos colonizadores, habitado por grupos indígenas como os coropós, coroados e puris. Estes povos eram frequentemente considerados como resistentes e até hostis à colonização. Essa imagem persistiu ao longo do tempo, sendo propagada por governadores da capitania e também encontrando eco na historiografia paulista (CARNEIRO; MATOS, 2010).

Para vários autores, esse isolamento era útil à coroa portuguesa que procurava manter os ganhos com a mineração na região central impedindo o descaminho do ouro. A Mata era muitas vezes percebida como uma região pouco povoada por colonos brancos, onde grupos indígenas viviam, sem práticas religiosas, moralidade e cultura reconhecíveis. Era considerada uma área onde a civilização estava ausente e a barbárie prevalecia, em parte devido à presença dos Botocudos, um grupo temido e geralmente mal compreendido, associado à prática da

antropofagia. Visão que motivou os governantes à época, uma vez que urge a presença dessas tribos para inibir a continuidade de contrabando de ouro (CARNEIRO; MATOS, 2010). A partir da segunda metade do século XVIII, houve um gravíssimo declínio na arrecadação do Quinto na Capitania de Minas Gerais, desencadeado pelo esgotamento das minas e uso insuficiente de métodos rudimentares, que tornava impossível explorar o subsolo do interior da mina. Ainda, também é importante considerar a necessidade de expansão em novas áreas a serem incorporadas, tanto para a agricultura como para a atividade mineral.

Mesmo diante de uma legislação proibitiva, o espaço dos sertões do leste foram gradativamente ocupados. Essa ocupação, como objeto de estudo historiográfico, aponta para distintas formas e momentos. Não é objetivo deste trabalho estabelecer uma discussão bibliográfica a respeito desse processo. Obstante, analisaremos a ocupação ocorrida da região da bacia do Pomba relacionada diretamente com nosso objeto de estudo, o município de Ubá.

Como observa Ângelo Carrara (1997), a região central da Zona da Mata, entre os municípios situados da margem esquerda do rio Pomba ao alto do vale do rio Doce, nas fronteiras com Espírito Santo, Brasil, era o maior núcleo populacional da Capitania no século XVIII. Embora não seja um exemplo excepcional, integra municípios como Ervália, Guiricema, Visconde do Rio Branco, Senador Firmino, Ubá, Mercês, Rio Espera, Viçosa, Teixeira e a parte setentrional de Rio Pomba.

O vale do rio Pomba, no século XVIII, tornou-se o epicentro da maior concentração de índios Coroados e Coropós, estes encurralados na medida em que o povoamento, vindo do litoral e de região das minas, bem como retirando-se do conflito com os botocudos. Nas planícies dessa região eram encontrados riachos, repletos de peixes. Eram cobertas por matas espessas, até então não efetivamente conquistadas e ocupadas, tornando-se um local apropriado aos grupos indígenas foragidos (CARNEIRO, 2008). Não foram apenas os índios que ali se fixaram: com o tempo, surgiram quilombos, atormentando a paz dos povoados coloniais vizinhos. Lamas (2013) escreveu acerca dessas questões, relacionando-as aos problemas para a administração da Capitania:

Além das questões fiscais, havia ainda o problema dos quilombolas e dos índios bravos dos sertões. Especificamente a área Central da atual Zona da Mata situava-se em um ponto estratégico para ambos os assuntos. Relativamente próxima ao Caminho Novo (que corta o sul da atual Zona da Mata) era vital combater os quilombos estabelecidos nela, pois constantes ataques àqueles que transitavam o Caminho criavam dificuldades para a circulação de mercadorias entre as Capitânicas de Minas e Rio. Já os índios impediam o estabelecimento de fazendas na divisa entre o Norte e o Centro da Mata, atacando sistematicamente os fazendeiros e os expulsando de suas

terras. Observando pelo olhar da administração colonial, quilombolas e indígenas atacavam não apenas pessoas, mas dois sustentáculos financeiros da Capitania, a saber: entradas e dízimos (Lamas, 2013, p. 114).

A colonização da área Central da Mata era crucial para os interesses da administração colonial. Nesse contexto, a abordagem mais apropriada para colonizar essa região consistia na catequese dos indígenas. Estabelecer um aldeamento não apenas liberaria terras para os colonos, mas também criaria uma reserva de mão de obra. Além disso, aproximaria os indígenas dos colonizadores, facilitando a luta contra os quilombos locais. No entanto, os colonizadores iriam perceber, com dificuldades, que o desenrolar desse processo não seria tão simples quanto imaginavam (LAMAS, 2012).

No ano de 1765, foi instalada a primeira freguesia na bacia do Pomba, com o título de São Manuel dos Sertões do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Coropós e Coroados (CARNEIRO, 2008). Criada pelo Governador Luís Diogo Lobo da Silva, só em 1767 houve sua efetivação, com a chegada do padre Manoel de Jesus Maria e dos diretores dos índios Francisco e Manoel Pires Farinho, representando importante passo para realização do processo de colonização dos indígenas.

O padre, mulato, Manoel de Jesus Maria, nasceu do ventre cativo de Maria Angolano ano de 1731. Filho de uma relação de concubinato entre o senhor e sua escravizada, foi escravizado durante parte de sua vida e posteriormente alforriado. Sua origem, obviamente trouxe a ele grande dificuldade para a obtenção da ordem eclesiástica. Seu objetivo só seria alcançado mediante dispensa papal e exaustivo processo concluído por volta de 1767 (PAIVA, 2009).

A atuação do padre, na área Central da Mata de Minas, pode ser medida através do número de batizados que realizou ao longo do tempo que esteve à frente da Igreja Matriz de São Manoel do Rio Pomba. Dessa forma, o batismo incluía os indígenas no processo colonizador, colocando-os contra os povos tidos como “hostis” (LAMAS, 2012).

Desempenhou também, importante papel no desbravamento e colonização de áreas vizinhas que se tornariam futuras cidades na região, inclusive Ubá. De acordo com Guiducci (2011), padre Manoel de Jesus Maria teria chegado às margens do ribeirão Ubá, entre 1780 e 1790, onde teria construído uma capela no local em que, mais tarde, viria ser erguida a matriz de São Januário (GUIDUCCI, 2011).

Diante de tal constatação, devemos considerar que esse fato se caracterizaria como a primeira ação efetiva para o surgimento de Ubá. Ao contrário, percebe-se que na maioria das

obras onde a história do município é tratada, como no caso dos memorialistas locais, há um negligenciamento em relação ao mesmo.

Para Ana Carolina Santos e Silva (2017), essa ação colonizadora já aponta indícios de uma apropriação histórica e cultural, presente nas cidades dessa região, em que certos grupos são privilegiados em detrimento de outros. Sobre tal apontamento, ela escreve:

Durante o estabelecimento dos primeiros grupos humanos foram desenvolvidos símbolos e signos sociais que se perpetuam ao longo do tempo na paisagem natural e fundamentalmente em seu aspecto cultural. Em vista disso, pode-se entender que antes mesmo da apropriação branca desse território já estava constituída socialmente uma estrutura de valores e comportamentos que posteriormente foi sendo modificada e reconstituída com a agregação de outras culturas. Evidentemente, a maneira invasiva como esta apropriação ocorreu afetou de maneira incisiva no estabelecimento de papéis sociais de cada grupo atuante neste território (Silva, 2017, p. 26).

As condições locais que os colonizadores encontraram (presença significativa de populações indígenas que poderiam ser capturadas e transformadas em mão de obra, mais a abundância de terras aparentemente desocupadas) juntamente com as medidas implementadas pela administração colonial, como presídios e aldeias, permitiram o estabelecimento de um sistema de produção baseado em relações de trabalho marcadas pelo domínio e servidão. Neste espaço que já pertencia a grupos indígenas, o pioneiro da colonização não era apenas um desbravador, mas também um agente colonizador que desempenhou um papel crucial na criação e manutenção do projeto de conquista territorial. Sua atuação ativa facilitou a estreita colaboração entre a Igreja e o Estado, tornando possível a realização de objetivos distintos, mas intrinsecamente ligados àquela época, como os de natureza mercantil e religiosa (CARNEIRO, 2008). Em 1787, foi fundada a capela dedicada a São João Batista, no Presídio dos Índios Puris, com a criação da freguesia em 1810 (CARNEIRO, 2008).

A queda da mineração impactou fortemente as regiões que dela dependiam. Afinal, estamos falando das áreas agrícolas que, desde o início da atividade mineradora, se destacaram por abastecer as cidades com a maioria das mercadorias consumidas. O mesmo declínio da mineração fez crescer a importância da atividade agrícola no vale do Paraíba e do Pomba, sendo estimulada, inclusive, pelas autoridades da Capitania de Minas Gerais na época. Ou seja, o governo português ativamente prestou assistência a um setor alternativo e com uma base econômica sólida. Em outras palavras, o apoio a essas cidades por parte do sistema político português proporcionou a recuperação econômica de áreas cuja economia dependia da mineração.

De acordo com Carrara (1999), em 1794 começaram a ser distribuídas sesmarias na região entre os rio Xopotó e Paraopeba, mas precisamente no vale do ribeirão Ubá. Os colonos que se deslocaram para essa região foram atraídos pelo solo fértil e riquezas como a mata rica em madeira para a construção e óleos. Entre eles, o capitão-mor Antônio Januário Carneiro. Sobre ele, Carrara escreve:

Dos sesmeiros que receberam terras na parte central da Mata entre 1794 e 1825, apenas quatro afirmaram ter escravos. À época, o maior proprietário de terras era o capitão-mor Antônio Januário Carneiro, comerciante de Piranga. Ele comprou quatro sesmarias nas imediações do rio Ubá e para aí se transferiu, após o ano de 1805, juntamente com o cunhado, o comendador José Cesário de Faria Alvim (pai do político homônimo), ambos com família, escravos e rebanhos (Carrara, 1993, p. 55).

Antônio Januário Carneiro nasceu em 19 de setembro de 1779, em Santo Antônio de Calambau, atualmente município de Presidente Bernardes. Em 16 de março de 1815, aos 36 anos, recebeu de Manuel de Portugal e Castro, na época governador da capitania de Minas Gerais, o título de capitão-mor de Mariana. Considerado, pela história oficial, o fundador do arraial que daria origem à cidade de Ubá, sendo doador do terreno para a construção da primeira capela em 1815, que foi dedicada a São Januário, santo que era devoto (MORAIS, 1988). Antônio Januário Carneiro instalou-se na Fazenda Boa Esperança, cuja sede, ainda preservada na atualidade, é o Ginásio São José.<sup>1</sup>

Em 1813, Guido Tomás Marlière foi nomeado para liderar os assentamentos na região, estabelecendo uma convivência forçada entre índios e colonos através da manutenção, pelo governo provincial, de três aldeamentos indígenas (CARRARA, 1997).

Sobre a criação da capela, em 1907, a Revista do Arquivo Público Mineiro trouxe um importante documento onde o fato é tratado em ofício, entre o Tenente Joaquim José da Silva - “Juiz de Paz de São Januário de Ubá” - e o Diretor Geral dos Índios no Vale do Rio Pomba - Guido Marlière.

[...] remeto os documentos constantes desta Direção Geral para a criação da Capela de São Januário de Ubá. Não foram assinaladas terras para o dote da mesma capela, porque, segundo a minha lembrança, o falecido Capitão-Mor Antônio Januário Carneiro se encarregou deste negócio, sendo o principal interessado, mas não tendo documento escrito que comprove.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> O Ginásio São José é um dos bens patrimoniais tombados no município e sua relevância será destacada no subcapítulo 1.3.

<sup>2</sup> REVISTA do Arquivo Público Mineiro, 1907, Ano XII, p. 599. Citado por: **UBÁ Cidade Carinho** – Edição Histórica. Ubá: Edições Disbrava, 1980. p. 13. Disponível na Biblioteca Pública Municipal de Ubá – MG.

Inicialmente, o território que hoje abrange o município de Ubá pertencia à vila de São João Batista do Presídio (atual Visconde do Rio Branco), fundada por Lei Provincial nº 209 de 1841. A mesma lei também oficializou a criação do Distrito Arraial de São Januário do Ubá. Em 17 de junho de 1853, uma lei provincial do vice-presidente estadual José Lopes da Silva Vianna promove o arraial de São Januário de Ubá em Vila, ao transferir a sede da vila que antes se situava em São João Batista do Presídio (atual Visconde do Rio Branco) para Ubá.

Lei n. 654 - De 17 de junho de 1853. Art 1.º - Ficção transferidos:  
 § 1.º - A sede da Villa do Presídio para o Arraial do São Januário do Ubá com a denominação de Villa de São Januário do Ubá. Esta transferência verificar-se-há logo que haja casa suficiente para as sessões do Jury, e Câmara; (grafia da época).<sup>3</sup>

O ano de 1857 marca o momento em que a vila de São Januário de Ubá passa a denominar-se Ubá e é elevada à categoria de cidade, sendo a data de criação da Lei, 3 de Julho: “Lei n. 806 - De 3 de julho de 1857. Art. 1.º - A Villa de São Januário do Ubá fica elevada à categoria de Cidade, com a denominação de Cidade;”<sup>4</sup>

O município de Ubá, localizado na microrregião central da Zona da Mata, teve a base de sua economia na produção agrícola desde o seu surgimento. Em Ubá, em meados do século XIX, plantava-se fumo, café, algodão e milho e produzia-se aguardente, açúcar e rapadura (CARRARA, 1999).

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=316990&search=minasgerais|ubal|infograficos:-historico> Acesso em 16 out. 2023.

<sup>4</sup> Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=316990&search=minasgerais|ubal|infograficos:-historico> Acesso em 16 out. 2023.



central da Zona da Mata é que, diferentemente das demais microrregiões, ao longo do século XIX, a porção central da Mata mineira passou por uma significativa transformação em sua estrutura fundiária. E em Ubá, o parcelamento e concentração de solo se tornou uma característica do município neste período (CARRARA, 1999).

Pode-se supor que a divisão das terras de cultivo se tornou mais comum a partir da segunda metade do século XIX. No entanto, em alguns casos, houve acordos para compartilhar todos os bens entre os herdeiros ou regras específicas de herança que beneficiavam um filho em particular, o que, por vezes, resultava na necessidade de outros irmãos procurarem novas oportunidades em outros lugares. Na freguesia de Ubá, observou-se um aumento significativo na fragmentação das propriedades rurais entre os herdeiros nos últimos anos da década de 1850 (CARNEIRO, 2008).

O crescimento da cafeicultura não estava diretamente ligado à expansão das plantações de café, mas sim à disponibilidade de terras para futuros cultivos dessa planta. O esgotamento das florestas nativas nas regiões dos vales dos rios Pomba, Muriaé e Piranga, em parte devido à colonização prévia da área e ao aumento significativo da população, limitou as oportunidades de expansão da cultura do café e do modelo de produção familiar. Sobre este processo, Carrara (1999) descreve:

Ao longo do século XIX, a estrutura fundiária da zona da Mata central experimentou transformações significativas. No último quartel daquele século, os elementos definidores desse modo de produzir já se achavam no processo de saturação que Marx no Dezoito Brumário havia descrito para a França da segunda metade do século XIX, e cujo principal fator era a incapacidade de produção da própria existência de seus membros, dada a crescente indisponibilidade de terras — o seu mais importante meio de produção (Carrara, 1999, p. 49).

A redução das áreas de vegetação natural, que eram necessárias para manter a produtividade em um sistema agrícola deficiente, e a fragmentação da terra obrigaram os agricultores a reduzirem os períodos de repouso do solo, o que, em alguns casos, levou ao esgotamento. Tais fatores contribuíram para uma produção agrícola de pequena escala e desempenharam um papel na formação de um mercado de trabalho livre na Zona da Mata a partir da segunda metade do século XIX, especialmente devido à predominância do sistema de parceria, conhecido como meação, nas fazendas de café (CARNEIRO, 2008).

Percebe-se a existência de um processo de transformação do trabalho. Ao analisar contratos entre os produtores e proprietários no período, Carrara (1999) chama atenção para uma distinção crucial entre esses tipos de acordos. As "sociedades agrícolas" envolvem dois

proprietários que compartilham investimentos na produção, contribuindo com partes iguais ou distintas. Por outro lado, os arrendamentos, as parcerias e as "locações de serviços" que examinamos até agora representam abordagens intermediárias, onde o pagamento de um salário aos trabalhadores se combina com outras formas de remuneração (CARRARA, 1999).

Nesse sentido, podemos entender que a chegada dos imigrantes italianos à região de Ubá, está diretamente relacionada com a transformação do sistema de propriedade na região e às mudanças nas relações de trabalho. A história da imigração do município é dividida em dois períodos: o primeiro, que se iniciou no século anterior e durou até 1888, época da abolição, e o segundo, que abrangeu os anos de 1888 a 1897.

Nos primeiros anos, os imigrantes, originários do Sul da Itália, não eram agricultores, mas sim artesãos, alfaiates, comerciantes, ferreiros, caldeireiros e marceneiros. Sua presença foi fundamental para a construção de Ubá, incluindo a participação na edificação da Estrada de Ferro Leopoldina. Já no segundo momento, que teve início em 1888, os imigrantes eram colonos camponeses provenientes do norte da Itália, e desempenhavam um papel crucial no beneficiamento das lavouras de café. Esses dois períodos distintos contribuíram de maneiras únicas para a formação e desenvolvimento da comunidade local (DEBOSSAN, 2023).

Diferentemente de outras regiões, o imigrante italiano nessa região viu a possibilidade de acesso à terra facilitada, dando continuidade ao desenvolvimento de uma atividade agrícola de caráter essencialmente familiar. Aos italianos, está associada a vocação profissional para a manufatura e o trabalho artístico (MENDONÇA, 2008). Essa presença, conforme será exposto, contribuiu de forma significativa para o início da fabricação de móveis em Ubá.

Nos anos finais do século XIX, enquanto a paisagem rural da Zona da Mata apresentava alterações decorrentes da crise do escravismo e do desgaste do solo, era visível o declínio das antigas regiões produtoras onde os cafezais eram transformados em pastagens. De outro lado, Ubá despontava como um importante município produtor e exportador de produtos agrícolas (CARRARA, 1999, p. 62). O quadro abaixo dimensiona essa relevância na primeira década do século XX.

**Tabela 2 - Exportação da produção mercantil (kg e l) pelas estações das Ferrovias Leopoldina e Central do Brasil (1907)**

Município	café	arroz	milho	feijão	açúcar	aguard.	fumo
Carangola	17.961.879	26.165	2.407.200	1.139.465	20.590	22.666	43.156
Juiz/Fora <sup>1</sup>	14.193.656	10.723	111.433	25.285	486.620	190.692	40.819
Cataguases	11.986.254	504.997	1.757.006	198.813	167.627	382.097	30.027
Muriaé	8.339.897	71.573	306.597	52.509	14.103	6.660	1.214
Ponte Nova	5.797.856	371.055	1.913.471	1.979.654	1.633.884	491.884	7.426
Guarará	5.566.455	32.097	205.517	180.323	167.833	18.810	6.884
Leopoldina	5.550.013	1.038.897	1.564.013	67.260	78.751	489.233	4.232
Rio Pomba	4.805.799	88.855	179.372	57.165	21.610	283.860	28.396
Vis./Branco	4.766.147	84.597	950.139	509.350	707.690	295.270	8.084
S. João Nep.	4.195.289	102.924	154.754	46.535	96.265	30.690	6.663
Ubá	4.065.428	78.929	476.584	174.620	8.920	79.960	243.326
Al. Paraíba	2.975.708	488.691	2.071.589	110.810	126.794	95.313	7.100
Eugenóp.	2.947.236	50.673	441.405	31.344	1.180	27.090	720
Palma	2.583.339	338.169	933.196	32.374	23.544	157.220	700
Viçosa	1.452.795	51.120	872.576	560.867	491.530	102.930	41.875
Rio Novo	1.190.410	51.728	55.809	68.071	135.768	13.427	4.610
Total	98.509.245	3.391.193	13.959.256	5.234.445	4.182.809	2.687.802	475.232

Fonte: JACOB, Rodolfo. *Minas Gerais no 20º. século*. Rio de Janeiro, Gomes, Irmão e Cia., [1910]. p. 94-8/104-106; 1. mais 954.516 kg de cereais, indistintamente

Os dados apresentados acima demonstram que, paralelamente à produção cafeeira, a cidade de Ubá também apresentava considerável participação na produção de milho e fumo. Em relação a esse último, devemos destacar que a produção ubaense, já na primeira década do século XX, correspondia a mais da metade do montante descrito.

A par da expansão agrária nesta área, ocorria uma incipiente industrialização e um processo de urbanização que ali se presencia até fins dos Oitocentos (CARRARA, 1999). Essa industrialização que se inicia ainda no século XIX e está relacionada à desajustes como o isolamento da cidade, escassez de produtos e a dificuldade de locomoção. Era necessário produzir praticamente de tudo (GUIDUCCI, 2011).

As primeiras tentativas de caráter industrial partiram das iniciativas de fazendeiros ubaenses que, movidos pela criatividade e empreendedorismo, iniciaram atividades ligadas à transformação. Sobre esses empreendedores, Guiducci (2011) escreveu:

Mas a primeira iniciativa de caráter industrial partiu do fazendeiro Domingos Martins Pacheco, o Capitão Mingote, industrial e inventor que manifestou com mais de cem anos de antecedência um atributo que diferencia o empreendedor ubaense: a criatividade. Cafeicultor das cabeceiras do Rio Ubá, Capitão Mingote criou uma máquina para despolpar o café a agilizar seu processo produtivo. Esta engenhoca movida a água era, segundo Maria Clotilde Batista Vieira, “uma série de três pilões cobertos com uma caixa de

madeira”. José Cesário de Faria Alvim também investiu na indústria, construindo um complexo na região da atual Praça Guido Marliére, antes mesmo da chegada da estrada de ferro, incluindo um armazém e o Engenho Santa Tereza, movido a vapor, onde se beneficiava café e arroz. O Torreão<sup>5</sup> que se ergue ali ao lado foi construído para ser o caixa forte desse empreendimento. Havia olarias, como as de Nocola Papa e de João e Antônio Amato, que atingiram uma produção considerável na década de 1890 (Guiducci, 2011, p. 13).

A produção em larga escala em Ubá só se desponta nos primeiros anos do século XX, com fábricas de macarrão, fogos de artifício, colchões, cerveja e refrigerante. Especificamente, o Guaraná Mineirinho, criado por volta de 1940, foi o primeiro produto industrial ubaense de destaque. Sendo inclusive, a primeira empresa da cidade a ter vendedores viajando pelo país para negociar seus produtos (GUIDUCCI, 2011).

Outro ponto importante que merece ser citado, diz respeito à chegada das ferrovias que ligavam a região central da Mata ao Rio de Janeiro. Tal fato, de maneira indiscutível, ajuda-nos a compreender o aumento da produção agrícola e o surgimento de uma industrialização inicial. Sobre a importância desse investimento ferroviário na região, Peter Blasenhein (1982) escreveu:

Esta situação mudou dramaticamente no final da década de 1870, quando o sul e o centro da Mata foram ligadas por ferrovias à cidade do Rio de Janeiro. As exportações de café quase dobraram entre 1875 e 1880, um aumento que os fazendeiros atribuíam à locomotiva. A maioria das ferrovias da Mata foram construídas com capital particular, mas o governo provincial estimulou o crescimento garantindo aos investidores um retorno de 7% no seu capital ou concedendo subsídios a companhias baseados em quilometragem (Blasenhein, 1982/2021, p. 83).

Em Ubá, a ferrovia chegou por volta de 1879. Sobre a data de inauguração da estação ferroviária, existem informações controversas. De acordo com os estudos de Giesbrecht<sup>6</sup>, acredita-se que o prédio foi construído em 1879 e inaugurado em 1881, com uma grande festa que contou, inclusive, com a presença do imperador D. Pedro II. Tal fato foi registrado assim por Raul de Moraes (1988):

Quando, em Novembro de 1881 o nosso saudoso monarca Dom Pedro de Alcântara e sua Augusta esposa nos visitaram pela primeira vez, com o

---

<sup>5</sup> O Torreão de Cesário Alvim foi o primeiro bem tombado como patrimônio em Ubá e será tratado no subcapítulo 1.3.

<sup>6</sup> GIESBRECHT, Ralph Mennucci. **Estações Ferroviárias do Estado de Minas Gerais**. Disponível em: [www.estacoesferroviarias.com.br](http://www.estacoesferroviarias.com.br) Acesso em: 28 out. 2023.

objetivo de inaugurar o tráfego da estrada de ferro até a estação desta cidade, estando a ponta dos trilhos já na fazenda do saudoso e ilustre ubaense Cel. Manoel de O. Brandão, foram eles hospedados pelo Dr. Braz Valentim Dias, humanitário e querido clínico de saudosa memória, na casa de sua residência então, hoje residência e propriedade do ilustre ubaense, Major José Theodoro Gonçalves. Esse velho solar teve então as honras de Palácio Imperial durante 36 horas, o tempo que durou a imperial visita à nossa querida Ubá (Moraes, 1988, p. 50).

Ferrovias e rodovias foram elementos balizadores da estrutura urbana de muitas cidades brasileiras, como Ubá. Diante do exposto, Valverde (1958) oferece uma pista sobre a importância de algumas cidades da Zona da Mata na rede urbana regional, dizendo que elas se propagavam como “guirlandas” no decorrer das estradas tradicionais. Isto é, quanto mais antigos os caminhos, mais importantes as cidades. O geógrafo analisa da seguinte forma:

No caminho para as minas, que hoje é a rodovia Rio-Belo Horizonte, estão Juiz de Fora e Santos Dumont; na estrada que do vale do Pomba leva a Ponte Nova, vamos encontrar Leopoldina, Cataguazes, Ubá e Viçosa; no vale do Muriaé ficam a cidade de igual nome e Itaperuna e, pela estrada mais oriental que daí vai para o norte, encontram-se Carangola, Manhumirim e Manhauçu [...] Os nós de comunicação tem importância fundamental para as funções de relação entre os núcleos urbanos. Efetivamente, dos núcleos acima citados, Leopoldina, Ubá, Muriaé e Visconde do Rio Branco são entroncamentos rodoviários; Santos Dumont, Cataguazes e Ubá (êste em sua vizinhança), entroncamentos ferroviários; Além Paraíba, Rio Pomba e Viçosa, centros de ligação dos dois sistemas: rodoviário e ferroviário (Valverde, 1958, p. 63; p. 72).

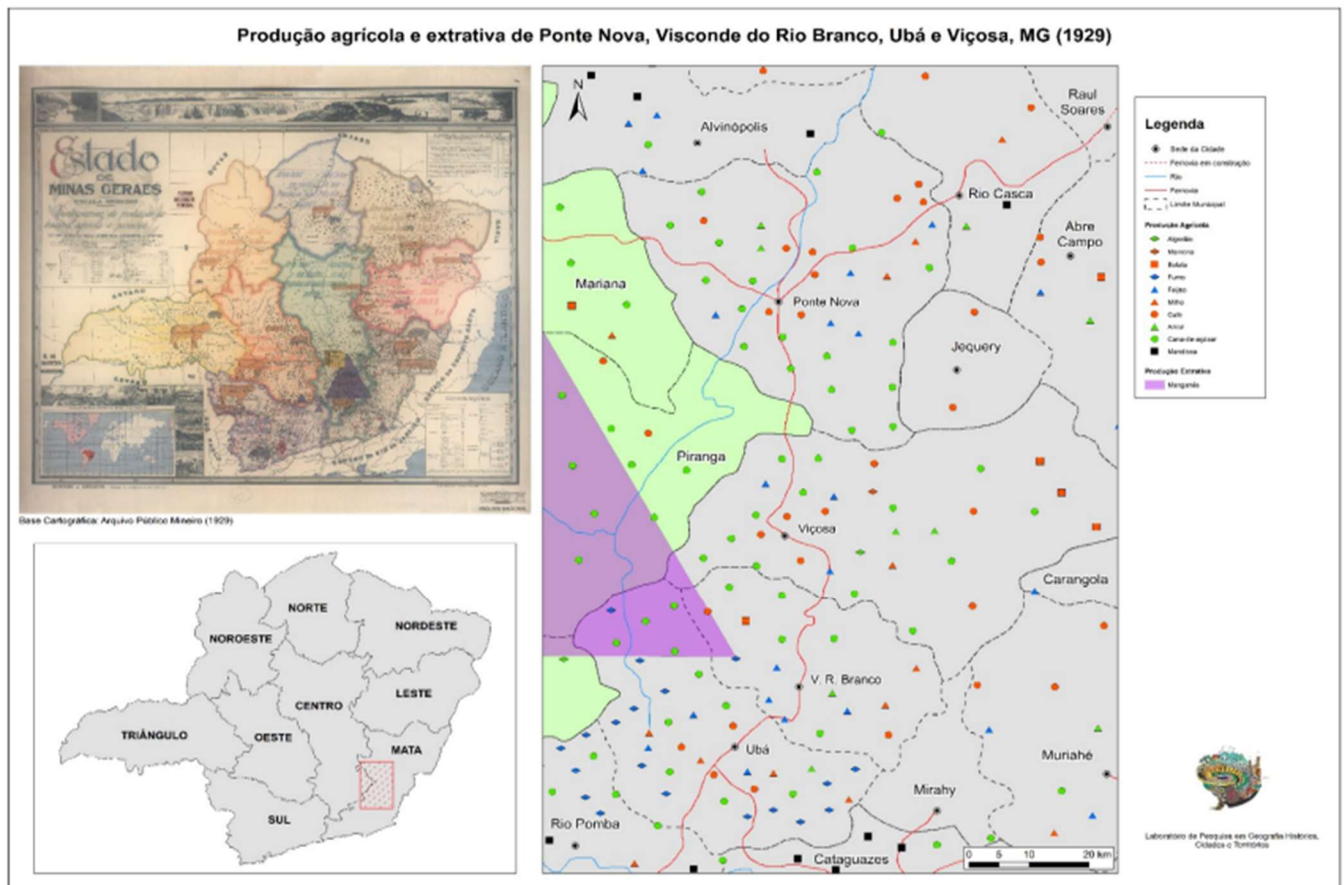
Sendo assim, Ubá fazia parte das confluências relevantes para o comércio regional (o fator transporte era vital para a realização das trocas), já que abrigava importantes vias em seus territórios.

Na primeira década do século XX, o café sofreu com uma de suas piores crises de preço. Para os cafeicultores de Ubá, a redução de seus ganhos teve um impacto significativo. Devemos lembrar que, devido às especificidades em relação ao regime de propriedades dessa região, aos produtores rurais, não era possível a ampliação da lavoura em novas terras. Aos pequenos produtores, restava-lhes assistir ao envelhecimento de seus cafezais.

Na década de 1920, a crise da cafeicultura brasileira trouxe consequências à economia matense. Em Ubá, a produção do fumo ganhou destaque a partir deste período, tornando-se gradativamente a atividade predominante no município (MORAIS, 1988).

## **Figura 2 - Produção agrícola e extrativista de Ponte Nova,**

## Rio Branco, Ubá e Viçosa - MG (1929)



Fonte: DEBOSSAN, 2023, p. 173.

O território de Ubá era marcado pela produção fumícula que formava uma espécie de “cinturão” nordeste à sudeste (ou vice-versa), uma área no hemisfério norte era destinada à indústria extrativa do manganês e no restante de seu espaço havia cultivos de café (próximo à linha férrea), feijão e milho de forma intermitente. Em 1929 no território ubaense 1.296 (ha) da área do município era reservada para o fumo (DEBOSSAN, 2023).

Atendendo aos requisitos essenciais para a atividade de cultivo de fumo, a região de Ubá se converte em um significativo centro de produção, onde a agricultura familiar, a abundante disponibilidade de trabalhadores rurais e o tamanho reduzido das propriedades possibilitaram o desenvolvimento da fomicultura em formato de rolo ou corda, apresentando características artesanais. Sobre as características das propriedades produtoras de fumo em Ubá, Valverde descreve:

A região fumícula de Ubá é, em síntese, uma área ocupada principalmente por pequenos proprietários rurais. Eles possuem, em média de 4 a 5 alqueires (de 80x80 braças), o que corresponde de 12 a 15 hectares; nenhum chega a possuir 50 alqueires. Em geral, têm 2 a 3 empregados; os meeiros, porém são poucos.

O gado existente é escasso e quase sempre para corte; cada um possui 4 a 5 reses. A população rural é densa e se distribui num habitat disperso nos vales, em casas situadas geralmente nos vales e bases das encostas. As casas têm paredes de sopapo, revestidas, a maioria das vezes caiadas, mas são de tamanho bem maior do que o comum no Brasil tropical. Nota-se que há muita casa velha, não reformada. Os telhados são cobertos de telhas em meia calha. Raros serão os ricos dentre a população rural, mas os miseráveis também são poucos (Valverde, 1958, p. 51-52).

Devido ao sucesso da produção agrícola na região, o comércio de fumo na cidade chegou a contar com uma quantidade significativa de mais de 600 compradores, levando-a ser conhecida como “a cidade pioneira dos viajantes”. Na década de 1960, a cidade abrigava mais de 200 armazéns dedicados à venda de tabaco(OLIVEIRA JÚNIOR, 2011).

**Figura 3 – Produção artesanal de fumo em propriedade ubaense**



Fonte: <https://www.facebook.com/miguel.batista.777>

Por volta dos anos 1950, o fumo começa a perder *status* de principal produto em Ubá. Este fato explica-se pela qualidade particular do produto cultivado nesta região, que não atendia às necessidades da crescente indústria tabagista nacional.

Quando ocorreu o declínio da produção fumífera na região de Ubá, houve um período de dificuldade econômica que se abateu sobre toda a Zona da Mata. Em razão desta crise, o

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=5909694695735437&set=pb.100000848942172.-2207520000.&type=3> Acesso em: 26 abr. 2023.

“complexo agroexportador” dessa região jamais conseguiu recuperar sua representatividade econômica dentro de Minas Gerais. Pelo contrário, transformou-se em uma das regiões mais pobres do Estado, com um baixo índice de crescimento econômico e onde se apresenta maior desigualdade social. Mas, diferentemente dos demais municípios, Ubá apresentou uma nova e particular alternativa de desenvolvimento, através de sua especialização na produção de móveis. Esta alternativa *sui generis* foi responsável pela formação de um dos mais importantes pólos de produção moveleira em nosso país.

## 1.2 - UM POLO ENTRE MORROS

A cidade de Ubá é considerada o centro de um dos principais polos moveleiros do Brasil que recentemente, através da publicação de lei estadual (Lei n. 23.765/2021), passou a ser composto por 22 municípios: Astolfo Dutra, Cataguases, Divinésia, Dona Euzébia, Dolores do Turvo, Goianá, Guarani, Guidoal, Guiricema, Mercês, Piraúba, Rio Novo, Rio Pomba, Rodeiro, São Geraldo, São João Nepomuceno, Senador Firmino, Silveirânia, Tabuleiro, Tocantins, Ubá e Visconde do Rio Branco.

A indústria moveleira internacional é constituída por um contingente numeroso de empresas, em sua maioria pequenas e médias, consideradas especializadas. O setor é intensivo em trabalho e tem importância significativa na absorção de mão de obra. Mundialmente, esta atividade industrial possui inúmeros fatores de competitividade, como elevado grau de especialização, tecnologias de produção, matérias-primas inovadoras, estratégias de *design*, comércio e distribuição.

A produção brasileira de móveis apresenta semelhanças com as características do setor internacional, com a maioria das empresas instaladas no país, constituídas por capital nacional e de origem familiar. A produção de móveis está presente em praticamente todo o território nacional, com maior concentração na região centro-sul do País: Grande São Paulo (SP), Votuporanga (SP), Mirassol (SP), Bento Gonçalves (RS), São Bento do Sul (SC), Araçuaia (PR), Linhares (ES) e Ubá (MG).<sup>8</sup> Em 2020, o setor moveleiro nacional era constituído por aproximadamente 18,5 mil empresas, sendo responsáveis por colocar a produção nacional como a sexta maior entre os produtores mundiais.<sup>9</sup>

---

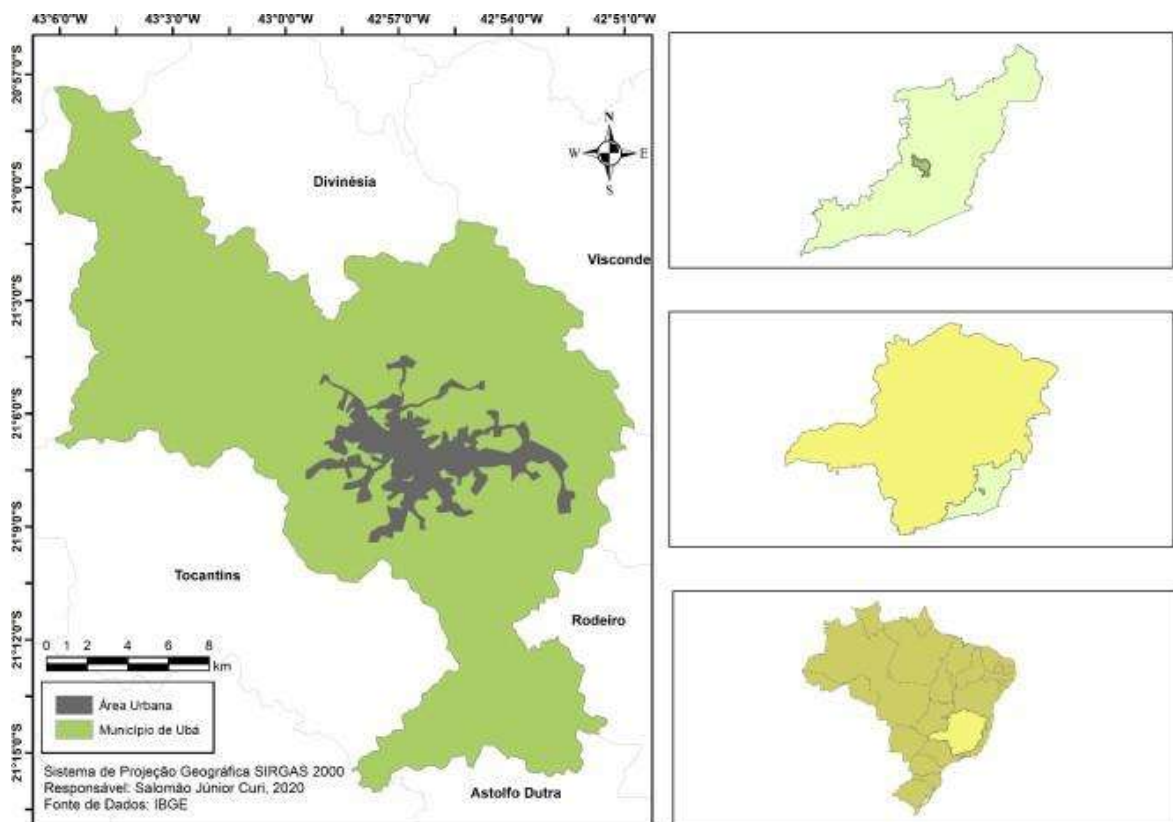
<sup>8</sup> **RELATÓRIO de Acompanhamento Setorial da Indústria Moveleira.** Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) / Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, vol. I, 2008, p. 19.

<sup>9</sup> Abimóvel: Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário. Disponível em: : <http://abimovel.com/capa/dados-do-setor> Acesso em: 13 abr. 2022.

Dentro do Estado, em termos de números de estabelecimentos, a indústria moveleira atualmente se concentra nos municípios de Belo Horizonte, Divinópolis e Ubá. A microrregião moveleira de Ubá destaca-se em primeiro lugar no número de fábricas de móveis em madeira, além de possuir a maior fábrica de móveis em aço do país. Em Minas, Ubá também desponta como a mais importante na geração de empregos na indústria de móveis e nas atividades diretamente relacionadas ao setor. Apresenta-se um conjunto de aproximadamente 300 indústrias do ramo, com predominância em móveis residenciais, abrangendo micro, pequenas e médias empresas.<sup>10</sup>

O polo moveleiro de Ubá, está localizado a Sudeste do Estado de Minas Gerais, na região da Zona da Mata, está a 290 quilômetros (km) de Belo Horizonte, em posição privilegiada também em relação a outros importantes mercados consumidores do país (Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo). Rodovias estaduais e federais servem à região, que conta ainda com acesso aéreo pelo aeroporto regional Itamar Franco.

**Figura 4 – Ubá, MG: Inserção regional, estadual e nacional**



<sup>10</sup> A classificação das empresas é feita com base no faturamento ano-calendário, determinado pelo Estatuto Nacional da Micro e Pequena Empresa, instituído pela Lei Complementar nº 123/2006. Disponível em: <https://www.sebrae-sc.com.br/blog/epp-microempresa-mei> Acesso em: 31 jul. 2023.

Fonte: CURI, 2020, p. 32.

O parcelamento fundiário foi fator determinante para uma significativa presença de imigrantes italianos no município. Consequentemente, estes costumam ser apontados como responsáveis pela existência de uma atividade marceneira desde os primeiros anos do século XX, tendo sido os responsáveis pela instalação das primeiras fábricas de móveis do município. Sobre esta relação entre italianos e a incipiente marcenaria em Ubá, Guiducci (2011) nos esclarece:

[...] os italianos que vieram para cá trouxeram um grande conhecimento. Os móveis da Itália, principalmente os clássicos, são os mais bonitos do mundo hoje. E a característica italiana é que são empresas pequenas e familiares, e eles fazem muita coisa artesanal até hoje (Guiducci, 2011, p. 18).

Esse processo teve início no século XIX, quando robustos troncos de ipê amarelo, jacarandá, cedro, peroba do campo e outras madeiras abundantes eram explorados na Zona da Mata. No entanto, somente a partir de 1900 é que a fabricação de mobiliário ganharia importância, coincidindo com o período em que a cidade deixava de ser apenas um arraial e começava a experimentar uma modesta demanda por trabalhos de marcenaria. Esse contexto marca o início do desenvolvimento da indústria moveleira local (GUIDUCCI, 2011).

Além disso, é preciso considerar que para a consolidação desta atividade econômica, era fundamental que o município possuísse a matéria-prima essencial: o trabalhador. Após a estagnação de atividades agrícolas importantes em Ubá, como o café, fumo e milho, é razoável inferir que, inicialmente, esse contingente humano habituado ao trabalho agrícola foi transferido para o trabalho nas fábricas de móveis. Com a estabilização do ramo moveleiro em Ubá, trabalhadores de municípios da microrregião certamente foram recrutados para trabalhar nas fábricas de Ubá, gerenciadas por imigrantes italianos. Os italianos donos das fábricas são sempre associados à atividade moveleira local e tidos como responsáveis por sua história e memória, mas é preciso lembrar que uma fábrica não funciona sem o trabalho executado por muitas mãos operárias.

Em 1917, testemunhou-se o surgimento da primeira marcenaria em Ubá, especializada na fabricação de esquadrias e móveis personalizados, cujo dono era Eduardo Marcato. Já em 1927, Luiz Fíesten iniciou a produção e comercialização de malas e móveis feitos sob medida. Em 1947, os Irmãos Teixeira estabeleceram uma fábrica de vassouras na região. Em 1951,

Sebastião José Barreto fundou a Auto-Refrigeração, uma empresa dedicada à produção em série de refrigeradores de madeira (MENDONÇA, 2008).

Ainda de acordo com Mendonça (2008), nesse período embrionário da indústria moveleira, a cidade enfrentava desafios significativos em termos de infraestrutura, incluindo um sistema de telefonia precário, fornecimento de energia elétrica inadequado e uma rede viária carente de estradas asfaltadas que conectassem os centros de consumo e suprimento. O problema das estradas se agravava durante o período de chuvas, resultando no completo isolamento da cidade em relação aos grandes mercados consumidores e aos fornecedores de madeira para as fábricas de móveis na cidade e na região.

Nesse processo de desenvolvimento da atividade econômica do município podemos destacar também os interesses da Associação Comercial e Industrial de Ubá (ACIU), que buscava incentivar a criação de indústrias no município para absorção de mão de obra rural disponível. Mendonça(2008), destaca que em 1963, Sebastião José Barreto, proprietário da Auto Refrigeração, assumiu a presidência da Associação Industrial e Comercial de Ubá. Essa mudança foi bastante significativa para resolução das questões ligadas à infraestrutura e obtenção de crédito para os empreendedores do setor. Outro ponto importante foi a promoção, por parte da ACIU, de feiras e mostras, objetivando promover o parque manufatureiro, de modo a incentivar a criação de empresas industriais na cidade e região. A primeira mostra se deu em 1963 e a segunda em 1964. A imagem a seguir, documenta a realização de uma destas exposições. É importante destacarmos que o evento ocorre na principal praça da cidade. A Praça São Januário, no coração da cidade, é onde se localiza a igreja matriz e o paço municipal.

### **Figura 5 - Mostra de móveis realizada no ano de 1963**



Fonte: <https://www.facebook.com/miguel.batista.77> <sup>11</sup>

Na primeira década da análise, nos anos 1960, constata-se o surgimento das primeiras fábricas de relevância na cidade. Tradicionalmente, a origem da indústria moveleira em Ubá relaciona-se diretamente à família Parma, de origem italiana. José Francisco Parma, iniciou em 1953 a fabricação de esquadrias, carrocerias, rodas de carroça e móveis sob encomenda. Outro importante nome da família é José Parma, frequentemente citado como um dos pioneiros na fabricação de móveis em série na cidade (OLIVEIRA JÚNIOR, 2011).

No ano de 1966<sup>12</sup>, especificamente, duas empresas ligadas a essa família deram início às suas atividades. A Coparma Ltda. e Parma SA. Indústria e Comércio, ambas localizadas à Praça Francisco Parma, no bairro Industrial. Podemos considerar que, nesse contexto, o primeiro momento da indústria moveleira em Ubá foi bastante representativo e com uma repercussão significativa no âmbito político e econômico local. Nas imagens abaixo, encontradas no arquivo pessoal de um memorialista ubaense, temos o registro, com pompas de grande evento, da chegada de caminhões transportando madeira para a fabricação de móveis. Os caminhões carregados desfilaram em carreta pelas principais ruas da cidade acompanhados

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=5909694695735437&set=pb.100000848942172.-2207520000.&type=3> Acesso em: 26 abr. 2023.

<sup>12</sup> A data refere-se ao registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, não está diretamente ligada ao início das atividades de maneira informal.

por escolta policial, revelando de onde provinha a matéria-prima necessária ao início da fabricação de móveis. Em uma das fotos, há uma faixa ao lado do caminhão onde se lê: “Existe MP na Bahia”, indicando a procedência da madeira utilizada na fabricação dos móveis Parma.

**Figura 6 - Chegada de madeira na COPARMA em 1966**



Fonte: <https://www.facebook.com/miguel.batista.77>. Compilação do autor.<sup>13</sup>

Outra importante empresa desse período, ligada à produção moveleira em Ubá e à família Parma, foi a Móveis Domani. Fundada em 1959, por Francisco Parma, a primeira fábrica de armários de cozinha laqueados, feitos em caixote de madeira desmontados que embalavam mercadorias do Armazém Santo Antônio.<sup>14</sup> Com o tempo passou a fabricar armários, guarda-roupa, sofá e esquadrias. Em meados dos anos 1960 empregava aproximadamente 1.200 funcionários (MENDONÇA, 2008).

Um fato extremamente relevante em relação a esta empresa, curiosamente está ligado não às suas atividades, mas ao fim das mesmas. Com o encerramento das atividades dessa empresa em meados da década de 1970, um fenômeno interessante nos chama a atenção. Parte de seus ex-empregados tornaram-se empreendedores do setor, abrindo suas próprias fábricas, aproveitando o conhecimento adquirido na empresa e a demanda que surge com o seu

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=5909694695735437&set=pb.100000848942172.-2207520000.&type=3> Acesso em: 26 abr. 2023.

<sup>14</sup> O Armazém Santo Antônio era uma grande empresa comercial que adquiria grande quantidade de mercadorias, desde produtos alimentícios até produtos de vestuário, abastecendo o mercado de Ubá e região.

fechamento (CROCCO; HORÁCIO, 2001). Sobre o fim da Domani, Mendonça (2008) escreveu:

Em meados dos anos de 1970, o proprietário partiu para o ramo de fabricação de madeira aglomerada, abrindo a Minasplac. A princípio, essa indústria seria instalada em Ubá, porém, em virtude da falta da matéria-prima eucalipto na cidade e região, aliada ao tempo para implantação do projeto - já que o projeto estava relacionado com recursos financeiros do governo -, o projeto foi para Uberaba, cidade situada no Triângulo Mineiro, local que possuía grande plantação de eucalipto. Com a transferência da Minasplac, houve o cancelamento das atividades da Domani (MENDONÇA, 2008).

Na imagem a seguir, podemos ter uma noção do tamanho e importância dessa empresa em sua plenitude produtiva e de sua localização dentro da área urbana do município. O galpão de funcionamento da Domani foi posteriormente adquirido para o funcionamento de uma grande empresa do setor atacadista, o Armarinho Santo Antônio Ltda., que funcionou ali por muitos anos. Com o fim das atividades da empresa citada, em fins dos anos de 1990, o galpão foi mais uma vez voltado para a fabricação de móveis. Esse tímido surto industrial, provocado pelo fechamento da empresa Móveis Domani, pode ser verificado no Gráfico 1 da página seguinte.

**Figura 7 – Galpão da fábrica de móveis Domani (Anos 1960)**



Fonte: <https://www.facebook.com/miguel.batista.77><sup>15</sup>

---

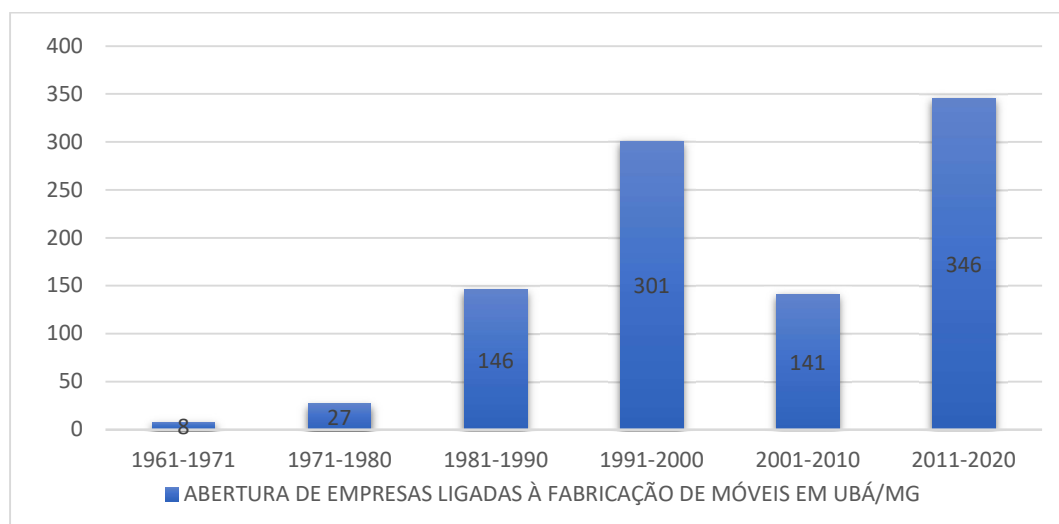
<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=5909694695735437&set=pb.100000848942172.-2207520000.&type=3> Acesso em: 26 abr. 2023.

No período correspondente à década de 1970, podemos observar um crescimento considerável, em relação ao período anterior, das aberturas de fábricas na cidade. Em seu trabalho, Mendonça (2008) chega a destacar alguns aspectos significativos da produção moveleira e das estratégias adotadas pelos produtores nesse período:

As estratégias de produção, comercialização e distribuição adotadas pelas empresas, com base na produção de móveis populares – utilizando painéis de madeira reconstituída como o aglomerado e o compensado –, com pouca tecnologia de produção e investimento em frota de caminhões próprios, proporcionando rapidez de entrega, permitiu a rápida expansão. No início da década de 1970, os produtos da Domani estavam sendo vendidos em 16 estados brasileiros. Além disso, existiam 13 lojas do grupo Parma, espalhadas em Minas Gerais e em outros Estados (MENDONÇA, 2008).

Conforme citado anteriormente, no período entre 1981 e 1990, constata-se um *boom* industrial. Mais de uma centena de estabelecimentos dedicados à fabricação de móveis foram abertos em Ubá. Esse *boom* industrial pode ser verificado no gráfico 1, confeccionado com os dados obtidos no Portal de Dados Abertos do governo federal. A partir da identificação das datas de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica e pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas, conseguimos elencar todas as empresas de fabricação de móveis em Ubá, ativas e inativas, entre os anos de 1960 e 2020.

**Gráfico 1 - Abertura de empresas de fabricação de móveis em Ubá/MG (1961-2020)**



Fonte: autoria própria<sup>16</sup>

<sup>16</sup> Obtidos com Dados Públicos Extraídos Diretamente do Portal de Dados Abertos. Disponível em: <https://www.empresaqui.com.br/acesso/empresas?ModalAcao=&ModalCNAE=&ModalAcao=>. Acesso em: 07 jan. 2023.

No que tange à formação de um polo moveleiro de importância nacional, podemos considerar a década de 1990 como o período de consolidação. Nesse ciclo de levantamento, foram elencadas mais de 300 fábricas de móveis com registro de abertura. Não é o foco principal e objetivo deste trabalho, identificar os fatores endógenos e exógenos responsáveis pelo considerável crescimento de estabelecimentos industriais na cidade. Mas temos consciência que a política econômica nacional desse período, associada aos primeiros passos na iniciativa de um arranjo produtivo local, foram fundamentais para que isso ocorresse.

Outro fator importante para a consolidação do polo foi a organização dos produtores através da criação de um sindicato patronal. A história do Intersind teve início em 1986, quando um grupo de 20 empresários iniciaram o projeto de organizar o setor moveleiro e trazer melhorias para a classe. Eles deram origem à Associação dos Fabricantes de Móveis de Ubá. Três anos depois, em 1989, a comunidade moveleira viu esse projeto se concretizar com a criação do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Marcenaria de Ubá, ou INTERSIND, cuja missão era fomentar o crescimento produtivo e transformar a cidade em um polo de produção de móveis (INTERSIND, 2004).

Durante a década de 1990 várias ações intermediadas pelo INTERSIND fortaleceram o setor moveleiro em vários aspectos. Destacamos nesse período a preocupação na qualificação da mão de obra e a realização de feiras, com destaque para a FEMUR – Feira de Móveis de Ubá e Região – e a FEMAP – Feira de Máquinas e Matérias-Primas.

O Polo Moveleiro de Ubá, sob a liderança do Intersind, é amplamente reconhecido em todo o país como um modelo de arranjo produtivo. Em 2004, uma Portaria Interministerial assinada pelos Ministérios do Desenvolvimento, Planejamento, Ciência e Tecnologia e Integração Nacional certificou o APL (Arranjo Produtivo Local), autorizando-o a receber apoio integrado do Governo Federal para a implementação das ações necessárias ao desenvolvimento de toda a região (INTERSIND, 2004).

### **1.3- UM PATRIMÔNIO ENTRE MORROS**

No sentido original da palavra, "patrimônio" deriva do latim "*patrimonius*" e está relacionado com os bens de família que são transmitidos às gerações seguintes, ou seja, a herança. A partir do contexto material, o termo se expande para englobar não apenas bens tangíveis, mas tudo o que é aprendido, aprimorado e modificado ao longo das gerações. Isso inclui elementos como a língua, tradições, costumes, métodos de trabalho e formas de

entretenimento. Podemos perceber, portanto, que o patrimônio pode ser compreendido não apenas através de elementos tangíveis, mas também por meio do seu aspecto imaterial, principalmente no que diz respeito à cultura de um povo. Em última instância, todo patrimônio é imaterial, pois não existe patrimônio sem o valor, sentimento ou afeto dedicado por um grupo a determinado bem.

Atualmente, o conceito de patrimônio se expande para abranger a expressão "Patrimônio Cultural". Essa ampliação visa englobar, por definição, todas as criações humanas de caráter emocional, intelectual e material, independentemente de sua origem, época ou forma, bem como elementos da natureza que contribuam para o entendimento do ser humano sobre si mesmo e o mundo que o cerca.

A análise do patrimônio cultural fomenta a apreciação e consagração do que é comum a um específico conjunto social em determinado período e local. Esse legado abrange três amplas categorias: a primeira incorpora os elementos ligados à natureza e ao ambiente; a segunda diz respeito ao entendimento, às técnicas, ao conhecimento e ao saber prático; e a terceira aborda de maneira mais direta o patrimônio histórico, que abarca uma ampla gama de objetos, artefatos e construções resultantes da interação entre o ser humano e o ambiente, assim como do conhecimento prático humano, ou seja, tudo que é produzido pelo ser humano ao modificar os elementos naturais, adaptando-os para seu próprio benefício. Françoise Choay (2001), ao se referir ao patrimônio histórico, chama-nos a atenção:

Patrimônio histórico. A expressão que designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes dos seres humanos (CHOAY, 2001).

A atenção voltada para a preservação do patrimônio histórico nacional, especialmente no que diz respeito aos bens imóveis fora do contexto museológico, ganha um significado mais expressivo a partir da década de 1920. Isso ocorreu porque a falta de conservação desses bens estava comprometendo sua integridade, despertando a preocupação de intelectuais que denunciavam a negligência em relação às cidades históricas e a degradação daquilo que era considerado um "tesouro" nacional. Esses pensadores perceberam que a inércia das elites nacionais e do Estado diante dessa questão poderia prejudicar a reputação do país perante as nações tidas como civilizadas. Esse assunto se tornou um foco de preocupação no Governo, no Congresso Nacional, nas instituições culturais e na imprensa (FONSECA, 1997).

Na Constituição de 1934, artigo 10, observa-se pela primeira vez no Brasil a noção jurídica de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Esse artigo tinha como objetivo responsabilizar o poder público pela preservação dos monumentos de valor histórico ou artístico de importância nacional:

Art 10 - Compete concorrentemente à União e aos Estados: III - proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte<sup>17</sup>.

.Com o Decreto-Lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937, do então presidente Getúlio Vargas, tem-se a criação do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O SPHAN foi estruturado por intelectuais e artistas brasileiros da época.

Na época de sua criação, essa instituição já enfrentava diversos conflitos. Alguns dos conflitos relacionavam-se com a necessidade de equilibrar a modernização do país com a preservação de seu legado cultural. A implementação do SPHAN envolveu desafios práticos, como a identificação e tombamento de bens culturais, bem como a conscientização da população e das autoridades locais sobre a importância da preservação. Conflitos de interesses entre proprietários de imóveis e os objetivos de preservação também eram comuns. No campo cultural, dois grupos dentro dessa instituição apresentavam uma disputa que é descrita por Mariza Veloso Motta Santos (1996) da seguinte forma:

Neste momento situaremos o grupo da Academia SPHAN no cenário dos embates culturais, onde então ocorria uma disputa pela hegemonia das concepções sobre passado/futuro, tradição, história, arte, memória nacional, original etc., todas essas categorias sendo problematizadas a partir da ideia de nação e patrimônio (SANTOS, 1996).

É importante destacar que nos anos que se seguiram à formação do SPHAN, as políticas de preservação do patrimônio no Brasil adotaram predominantemente uma abordagem estética em detrimento do aspecto histórico. Isso resultou na ausência da incorporação de conceitos significativos da historiografia nacional e internacional, que são essenciais para uma compreensão mais aprofundada da preservação do patrimônio, conforme ressaltado por Fonseca (1997).

---

<sup>17</sup> BRASIL. **Constituição Federal de 1934**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 17 jan. 2024.

[...] se houve uma preocupação de elaborar critérios para a avaliação do valor artístico dos bens, o mesmo não pode ser dito em relação ao valor histórico. [...] a constituição do patrimônio no Brasil foi realizada a partir de uma perspectiva predominante estética. Inclusive, praticamente não havia historiadores no quadro de funcionários do Sphan, tendo ficado a Seção de História entregue a pessoas, como Carlos Drummond de Andrade, que, apesar de seu inegável valor intelectual, não era um especialista na matéria (FONSECA, 1997).

Até o final da década de 1970, a ideia de patrimônio nacional estava firmemente centrada na preservação de bens imóveis. A essas unidades, inicialmente consideradas de maneira isolada, foram posteriormente incorporados os conceitos de sítios e conjuntos arquitetônicos relevantes para a sociedade. Estes eram vistos como relíquias do passado histórico e utilizados de forma pedagógica no ensino dos valores nacionais, buscando fortalecer um sentimento de nacionalidade a ser compartilhado por todos os brasileiros.

Na Constituição de 1988, esse conceito foi revisto, abrindo a possibilidade de reconhecimento dos bens de natureza imaterial. O artigo 216 da Constituição Federal estabeleceu:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico<sup>18</sup>.

O conceito de patrimônio cultural imaterial é abrangente, carregado de um forte viés antropológico, e engloba potencialmente as expressões de todos os grupos e camadas sociais. No país, observa-se uma inclinação para compreendê-lo e aplicá-lo nos ricos universos das culturas tradicionais populares e indígenas. Essa inclinação encontra sustentação em razões interligadas e importantes. Esses universos culturais abrigam circuitos de consumo, produção e difusão cultural organizados por meio de dinâmicas e lógicas próprias, bastante distintos dos demais circuitos consagrados de produção cultural. Ao mesmo tempo, conectam-se a questões relacionadas ao desenvolvimento integrado e sustentável. Esses processos culturais têm uma história extensa, atravessando inúmeras transformações e ressignificações. Derivando seus

---

<sup>18</sup> BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 17 jan. 2024.

significados da atualização em contextos do presente, esses processos culturais podem evocar tanto a continuidade com o passado pré-colonial, como no caso indígena, quanto a formação dinâmica da chamada cultura popular e do folclore brasileiros, especialmente configurados desde o último quartel do século XVIII (ANDRADE, 1982).

O Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000 – complementado pela Resolução nº 1 de 3 de agosto de 2006 (DOU 23/3/2007) –, é o principal marco legal da atuação do Estado relativa ao Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil. A aprovação e a promulgação desse decreto podem ser entendidas como a culminância de um processo de investimentos políticos e intelectuais realizados pelos dirigentes e técnicos do IPHAN, iniciado em 1997. Com base nessa legislação, instaura-se o conjunto de políticas públicas de cultura que configuram o contexto contemporâneo do Patrimônio Cultural Imaterial em nosso país<sup>19</sup>.

Diante do que foi até aqui exposto, é de grande importância atentarmos para a relevância do Estado de Minas Gerais e da sua representatividade dentro da visão das políticas patrimoniais que vigoraram no Brasil por várias décadas e até o presente momento. Uma análise especial a respeito da questão do patrimônio cultural em Minas Gerais justifica-se por ser a unidade da federação onde se encontra nosso objeto de estudo, a cidade de Ubá.

Em pesquisa à “Lista de bens tombados e processos de tombamento em andamento” no sítio do IPHAN, foram obtidos os dados que possibilitaram a elaboração do gráfico a seguir. Tendo apenas o Estado do Rio de Janeiro a sua frente, em Minas Gerais foram identificados 348 registros, conforme demonstrado no Gráfico 3. Destes 348 registros, 204 eram de bens já tombados<sup>20</sup>.

Em seu trabalho de dissertação, Almeida (2017) analisou sobre a construção do patrimônio cultural em Minas Gerais. Sobre essa relevância do Estado, ele escreveu:

Em Minas Gerais o número de cidades com bens tombados ou registrados é também crescente, acompanhando a tendência indicada acima. Em 2009 o estado contava com 676 municípios com bens culturais protegidos e 147 com patrimônios imateriais registrados. No ano de 2011, um total de 4.031 bens culturais estavam registrados na lista apresentada ao ICMS Patrimônio Cultural do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. Para demonstrar o ritmo desse crescimento, em 2016 este número chegou a mais de 4.500 bens listados (ALMEIDA, 2017).

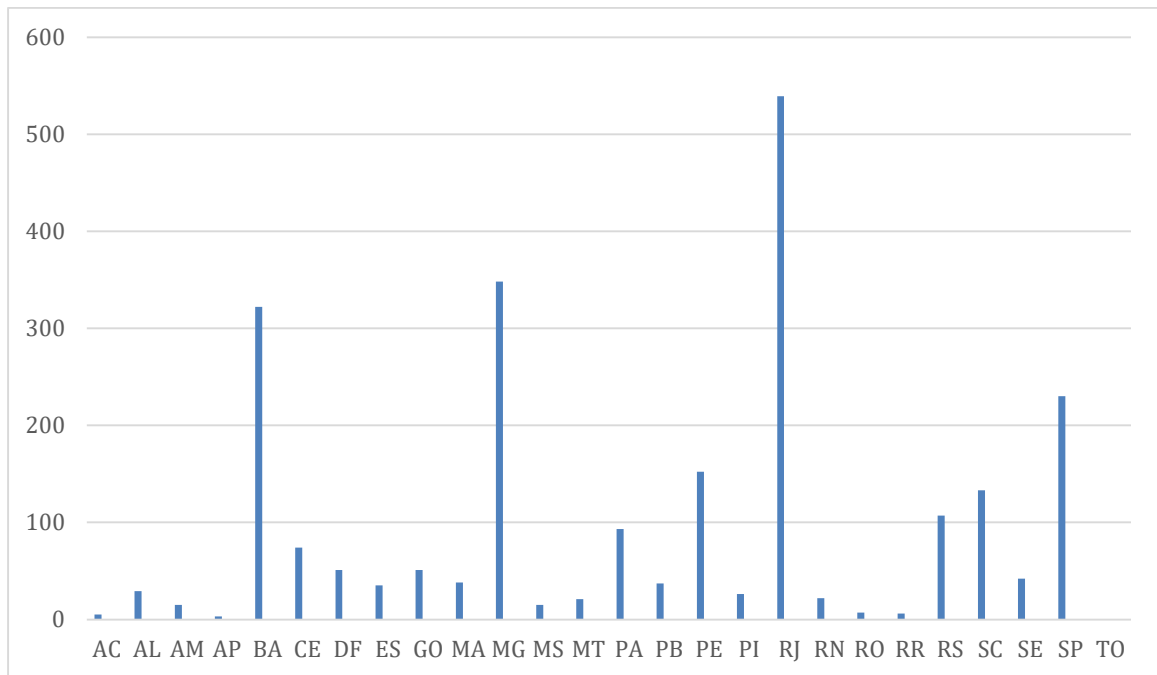
---

<sup>19</sup> IPHAN. **O registro do patrimônio imaterial**: dossiê final das atividades da Comissão do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. 4.ed. Brasília: Instituto Patrimônio Histórico Nacional, 2006.

<sup>20</sup>IPHAN. **Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento** (atualizado em agosto/2023) – IPHAN, página eletrônica.

Almeida (2017) ainda identificou uma desigual distribuição dentro do Estado, em relação às suas diversas regiões. A Zona da Mata, mesorregião onde Ubá está localizada, fica fora do circuito dos tombamentos e registros realizados dentro do estado. Na cidade, há apenas um único bem constando na lista do IPHAN, ainda em fase de instrução, sendo ele o Museu Ginásio São José (ALMEIDA, 2017).

**Gráfico 3 –Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento (IPHAN), por Estados**



Fonte: autoria própria

A cidade de Cataguases é uma situação especial, contando, desde 1994, com um conjunto urbano (com valor histórico, arquitetônico e paisagístico) protegido pelo IPHAN. Juiz de Fora, como centro regional, possui poucos bens tombados, mas é possível destacar e reconhecer a coleção/acervo do Museu Mariano Procópio, oficialmente protegida nacionalmente desde 1938, e mais seis processos nacionais referentes a edificações ou conjuntos arquitetônicos. Além disso, existem quatro bens listados como protegidos no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais; nesse contexto, as cidades de Leopoldina e Lima Duarte têm um bem registrado na listagem estadual. Em relação a cidades como Ubá, Muriaé, Ponte Nova e Manhuaçu, que fazem parte de outros centros microrregionais nas zonas da mata de Minas Gerais, é possível afirmar que estão, nesse sentido, excluídas dos circuitos narrativos do patrimônio nacional (ALMEIDA, 2017).

Ubá está fora do tradicional circuito mineiro de patrimônio atrelado à ideia tradicional de valorização do barroco e do passado colonial. A zona da Mata é uma região de ocupação mais recente em relação às cidades mais antigas de Minas Gerais, de modo que Ubá se localiza em uma microrregião que tradicionalmente nunca se enquadrou na categoria das chamadas cidades históricas e nos critérios exigidos pelos órgãos de patrimonialização federal e estadual de relevância histórica e cultural.

Everaldo Batista da Costa (2011), em sua tese de doutorado, elaborou um trabalho significativo ao analisar o ordenamento territorial das cidades coloniais mineiras, consideradas Patrimônio Mundial, enquanto totalidades urbanas inseridas no processo conceitualizado como "patrimonialização global". O autor explica que o conceito de "patrimônio global" por ele utilizado está inserido no movimento mundial contemporâneo de busca da preservação do patrimônio urbano e natural. Esse processo teria como maior representação a inscrição de cidades de diversas nações e regiões do planeta em uma lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, onde simultaneamente ocorre um processo de mercantilização promovido pelos governos locais (COSTA, 2011). Dentro dessa perspectiva, o barroco presente nas cidades coloniais mineiras seria o elemento que as torna "universais". A respeito dessas cidades, ele atenta:

As cidades coloniais mineiras devem ser entendidas como espacialidades teatrais e solenes que agregam as formas do barroco e esboçam formas artísticas; trazem, em seu âmago, as representações do sagrado enaltecido pelo deliberadamente estético, o mito e a realidade de um período que trata, no jogo da arte, do sentimento religioso, através da persuasão, quer seja pelo fausto, quer seja pela ostentação – caracteres ainda vigorantes e mobilizadores (COSTA, 2011).

Nesse sentido, as chamadas “cidades históricas” estão ligadas à ideia de rememoração, à representação do tempo transcorrido no e pelo território, de suas gêneses à contemplação contemporânea das evidências paisagísticas de suas próprias histórias, hoje mercantilizadas e, por isso, ressignificadas. Assim, a concepção de "cidade histórica" surge como uma construção da sociedade moderna no início do século XX, sendo resultado da necessidade de afirmar identidade através do território, no contexto da formação do Estado-nação. O processo de tombamento se manifesta como uma ferramenta político-estatal situada em um contexto específico de espaço e tempo. São construídas como síntese da formação cultural elitizada brasileira (COSTA, 2011).

É preciso romper com essa visão tradicional sobre patrimônio histórico e encarar o paradigma de que toda cidade é histórica. Uma cidade histórica, vista de forma mais abrangente, busca conservar tradições, modos de vida, práticas culturais e eventos significativos que ocorreram em seu território. Isso pode incluir a preservação de espaços, a manutenção de tradições locais, a celebração de eventos culturais e a valorização das comunidades que habitam a área. Essa abordagem mais holística visa promover uma compreensão mais profunda da história e identidade da cidade, reconhecendo-a como um local dinâmico e vivo, onde o patrimônio vai além da arquitetura física e engloba aspectos intangíveis que contribuem para a riqueza cultural e social da comunidade.

Quando nos deparamos com as políticas de preservação do patrimônio histórico e cultural em Ubá, constata-se que, na maioria dos casos, optou-se por preservar patrimônios edificados. Esses, por sua vez, são como fragmentos de um passado de um grupo seletivo local e apaga a memória de significativa parcela da população local. Sobre esse distanciamento e essa invisibilidade de grande parte dos ubaenses na participação da construção desse passado, percebe-se uma intencionalidade, como apontou Leonardo Civalé (2015):

Da mesma forma que a história positivista privilegia a versão dos vitoriosos ou a história das nações seleciona na memória as interpretações dos interesses nacionais, os objetos ou construções que são privilegiados são escolhidos por uma seleção prévia. Portanto, sendo a patrimonialização uma operação intelectual, mental e social, é evidente que suas escolhas, como um jogo de luzes e sombras, projetam um foco sobre aquilo que se quer que seja lembrado e aquilo que deve ser esquecido (CIVALE, 2015).

Esse entendimento nos possibilita refletir sobre os bens que geralmente são preservados nas políticas de patrimônio. Muitas vezes, esses bens são apenas apontados como representações de um passado desconexo, onde a memória de grande parte daquela sociedade é deixada de lado, em detrimento de monumentos que não trazem nenhuma identificação social.

Em consideração ao que até aqui foi exposto, faremos uma breve contextualização e descrição dos bens patrimonializados no município de Ubá. Não é objetivo desse trabalho aprofundar-se nas discussões referentes aos processos de registro e tombamento dos bens que aqui serão elencados. De maneira didática, os bens tombados e registrados no município serão apresentados aqui em ordem cronológica de acordo com os respectivos reconhecimentos.

### **Torreão de Cesário Alvim**

Primeiro bem tombado do Município de Ubá, segundo disposição da Lei nº. 541 de 20 de abril de 1963. Trata-se de imóvel que pertenceu ao político do Império, Cesário Alvim.

**Figura 8 – Torreão de Cesário Alvim**



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Localizado próximo à Estação Ferroviária, funcionou como escritório para comandar o embarque da produção cafeeira de sua "Fazenda da Liberdade", em formato octogonal, com janelas em ogivas em todas as faces, de aparência gótica, encimado por platibanda corrida (as janelas, são todas em tipo guilhotina, de cachilhos, com seis quadrados de vidro<sup>21</sup>).

A respeito de Cesário Alvim, Vieira (2017) escreveu:

Considerando a carreira política de Cesário Alvim e também sua representatividade econômica para o Município, além da proximidade dele com Dom Pedro II, haja vista sua nomeação para presidente de duas províncias de destaque no Império, a construção da estação de trem naquele local que lhe favorecia, incluindo a hospedagem do casal de imperadores em sua propriedade, é possível pensar que o desenvolvimento registrado no entorno da praça, em grande parte, deveu-se a Cesário Alvim. Em relação à hospedagem do casal de imperadores vale ressaltar que se tratava de um período em que não havia em Ubá hotéis com acomodações à altura da realeza. Por isso, eles tiveram que se hospedar em alguma residência. Entretanto, a escolha da Fazenda da Liberdade demonstra a importância de Cesário Alvim (VIEIRA, 2017).

<sup>21</sup> Disponível em: <http://www.uba.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/torreao-de-cesario-alvim/6561> Acesso em: 19 jan. 2024.

O imóvel atualmente, de propriedade particular, encontra-se abandonado e em estado de deterioração avançado.

### **Ginásio São José**

Em 1862, foi construído e serviu como sede da Fazenda Boa Esperança, uma das maiores da região e um ponto central para a coleta de café. Propriedade que pertenceu a um dos fundadores do município de Ubá, o capitão-mór Antônio Januário Carneiro, avô do doutor Fécas, José Januário Carneiro, fundador do Ginásio “São José” em 24 de agosto de 1905. Em Minas Gerais, havia poucas instituições de ensino na época, e jovens de várias partes do país vinham para estudarem em regime de internato no Ginásio São José.

**Figura 9 – Ginásio São José**



Fonte: Página da Prefeitura Municipal de Ubá<sup>22</sup>

O Ginásio “São José” como símbolo de implantação da política pública de proteção ao patrimônio cultural de Ubá foi tombado em 1997 por decreto do prefeito na época. Vieira (2011) a respeito desse processo de tombamento nos chamou a atenção para o seguinte fato:

[...]é possível criticar um aspecto naquele cenário que se configurava com a adoção do Ginásio “São José” como símbolo de implantação da política pública de proteção ao patrimônio cultural de Ubá. O histórico da patrimonialização e da consequente restauração do referido bem cultural, de acordo com o que foi noticiado pela imprensa, estava impregnado pela ação

<sup>22</sup> Disponível: em <https://www.uba.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/ginasio-sao-jose/6560> Acesso em: 19 jan. 2024.

de personagens representantes da elite cultural e política da cidade, caracterizando como conservador o conjunto de medidas tomadas pelos agentes públicos naquele momento (VIEIRA, 2017).

Em Ubá, o Ginásio São José, atualmente Museu Ginásio São José, é o único bem que está na lista em etapa de instrução para o tombamento no IPHAN.

### **Paço Municipal "Governador Ozanam Coelho"**

Em 02 de fevereiro de 1900, o prefeito Cel. Carlos Brandão inaugurou o Paço Municipal. Durante várias décadas o edifício do Paço abrigou os Três Poderes: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. A partir de 1983, passou a ser sede exclusiva do Poder Executivo, vindo a receber, em 27 de junho de 1984, o nome de "Paço Municipal Governador Ozanam Coelho", por disposição da Lei Municipal nº 1610.

**Figura 10 – Paço Municipal "Governador Ozanam Coelho"**



Fonte: Página da Prefeitura Municipal de Ubá<sup>23</sup>

O processo de tombamento foi aprovado pela Deliberação nº 01 de 22 de maio 2001, do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural e homologado pelo Decreto nº 4005 de 17 de agosto de 2001, do Prefeito de Ubá.

Com a construção de um novo centro administrativo no ano de 2023, o Paço Municipal passará por uma reforma, após aprovação do CDMPCU (Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Ubá) e será transformado em um centro cultural.

<sup>23</sup> Disponível em: <https://www.uba.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/paco-municipal-governador-ozanam-coelho/6557> Acesso em: 19 jan. 2024.

### **Escola Estadual Coronel Camilo Soares**

Aprovada na reunião do CDMPCU de 22 de maio de 2001 o tombamento do prédio da primeira escola pública de Ubá só foi finalizado no dia 15 de outubro de 2002, dia do Professor, em sessão pública especial do CDMPCU realizada na própria escola.

**Figura 11 – Escola Estadual Coronel Camilo Soares**



Fonte: Página no Facebook<sup>24</sup>

No processo de tombamento desse bem, Vieira (2017) destaca que, nesse caso, o interesse público pode ser observado. Em sua dissertação, ele relata:

No referido formulário de entrevista da pesquisa constam informações relativas à época em que estudaram, direção e servidores que conviveram enquanto eram alunos. Por último os ex-alunos são convidados a opinarem sobre o tombamento do prédio da escola, proposto pelo CDMPCU. A grande maioria declarou apoiar o tombamento, chegando a elogiar o trabalho em curso, argumentando laços de afetividade com a escola (VIEIRA, 2017).

### **Piano de Ary Barroso**

Pelo Decreto de nº 4069 de 12 de março de 2002, foi realizado o tombamento do Piano onde o radialista e compositor, nascido em Ubá, Ary Evangelista Barroso, aprendeu as primeiras notas. Esses fato, inclusive, deu início à comemoração do centenário de nascimento de Ary Barroso na cidade.

24

Disponível em: [https://www.facebook.com/groups/395748830617189/?paipv=0&eav=Afbr3Wxjd9wOfi3Dtjd68KHdbu8scZdnA61u3LRkY7yeLTgYrbLNSoYH6uFo\\_47iSZ4&\\_rdr](https://www.facebook.com/groups/395748830617189/?paipv=0&eav=Afbr3Wxjd9wOfi3Dtjd68KHdbu8scZdnA61u3LRkY7yeLTgYrbLNSoYH6uFo_47iSZ4&_rdr). Acesso em: 19 jan 2024.

**Figura 12 – Piano de Ary Barroso**



Fonte: Página da Prefeitura Municipal de Ubá<sup>25</sup>

De acordo com informações retiradas no *site* da Prefeitura Municipal, Ary Barroso nasceu em Ubá, no dia 07 de Novembro de 1903. Aos 18 anos mudou-se para o Rio de Janeiro, para fazer a faculdade de Direito. Posteriormente, tornou-se radialista e um músico respeitado tendo como sua principal obra a canção Aquarela do Brasil.<sup>26</sup>

### **Manga Ubá (Patrimônio Natural) e Mangada (Patrimônio Imaterial)**

Através do Decreto 4.258, de 13 de dezembro de 2003, foi reconhecida a manga Ubá como patrimônio natural do município e o registro da mangada da manga Ubá como patrimônio imaterial do município.

**Figura 13 – Manga Ubá**



<sup>25</sup> Disponível em: <https://www.uba.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/piano-de-ary-barroso/6562> Acesso em: 19 jan. 2024.

<sup>26</sup> Disponível em: <https://www.uba.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/ary-barroso/6484> Acesso em: 19 jan. 2024.

Fonte: Página da Prefeitura Municipal de Ubá<sup>27</sup>

O fruto considerado um dos símbolos da cidade, teve na ação de sua patrimonialização, a intenção de representar uma ampliação, por parte dos órgãos envolvidos, na noção do conceito de patrimônio e do sentido de preservação. Tal fato pode ser identificado no trecho extraído do dossiê elaborado pelo CDMPCU:

Surge na compreensão moderna da conservação dos bens culturais a serem preservados o conceito de "memória gustativa" , fortalecendo a identidade cultural das comunidades centenárias das Minas Gerais. O queijo de Minas, por exemplo, é parte significativa do rico patrimônio histórico do povo das Gerais. Dentro deste contexto de ampliar o conceito de patrimônio, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá iniciou no ano de 2002 um trabalho de pesquisa sobre a Manga Ubá e o seu saboroso doce: a mangada . Uma das competências do Conselho do Patrimônio (conforme seu regimento interno aprovado pelo Decreto nº 3985, de 31-05-2001) é o de "promover e preservar a herança cultural do Município). A Mangada produzida em Ubá também faz parte de nossa herança cultural.<sup>28</sup>

Vale destacar que já havia instituído no município o Dia da Manga Ubá, através da Lei Municipal nº 2.827 (de 08.07.98). De acordo com a legislação, o "Dia da Manga Ubá" deve ser comemorado anualmente, no "segundo sábado do mês de dezembro".

### **Estação Ferroviária da Praça Guido Marlière**

Conforme já foi abordado na primeira seção deste capítulo, a construção e inauguração da Estação Ferroviária em Ubá foi um importante evento histórica ocorrido na cidade de Ubá.

Inaugurada entre os anos de 1879 e 1880, a estação acompanhou as transformações vividas pela cidade no processo histórico que ocorreu, passando de uma economia agrária para o desenvolvimento da indústria moveleira.

### **Figura 14 – Estação Ferroviária**

---

<sup>27</sup> Disponível em: <https://portalfacilarquivos.blob.core.windows.net/uploads/UBA/imgOrig/%7BE4CC8CB8-0EB5-D48D-BABC-D2EE2C6ABC78%7D.jpg> Acesso em: 19 jan. 2024.

<sup>28</sup> Disponível em : <https://www.uba.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/manga-uba/6563> Acesso em: 19 jan. 2024.



Fonte: Página da Prefeitura Municipal de Ubá<sup>29</sup>

No ano de 2004, através do Decreto nº 4.308, foi realizado o tombamento do Conjunto Arquitetônico da Estação Ferroviária.

### **Congada Nossa Senhora do Rosário**

O CDPCU elaborou um trabalho de pesquisa sobre a mais antiga entidade cultural viva de nosso município entre 2000 e 2006, deliberando pelo registro da BANDA DE CONGADA DE UBÁ, da Sociedade Ubaense de Congados Nossa Senhora do Rosário como "Patrimônio Imaterial do Município de Ubá", reconhecendo sua grande importância para a cultura do povo ubaense e assegurando a proteção especial. O Decreto 4.515, de 03 de julho de 2006, consolidou o seu processo de reconhecimento institucional.<sup>30</sup>

**Figura 15 – Congada Nossa Senhora do Rosário**



<sup>29</sup> Disponível em: <https://www.uba.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/estacao-ferroviaria-da-praca-guido-marliere/6558>. Acesso em: 19 jan. 2024.

<sup>30</sup> Disponível em: <https://www.uba.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/congada-nossa-senhora-do-rosario/6565>. Acesso em: 19 jan. 2024.

Fonte: Site Prefeitura Municipal de Ubá<sup>31</sup>

Essa ação, excepcionalmente, marca no município o reconhecimento de uma manifestação cultural ligada à população de ascendência africana e da camada mais humilde da sociedade.

### **Corporação Musical e Cultural 22 de Maio**

A Sociedade Musical 22 de Maio teve sua origem em 22 de maio de 1898, quando um grupo apaixonado pela música, liderado pelo maestro João Ernesto e acompanhado por figuras como João Hipólito e Eduardo Marcato, fundou a banda. Com o passar do tempo, a sede da sociedade mudou de uma casa antiga para um prédio próprio, graças aos esforços do presidente da época. Em reconhecimento aos serviços prestados à comunidade, a rua onde a banda tinha sua sede recebeu o nome da Sociedade Musical 22 de Maio, por decreto do ex-Prefeito Municipal em 1947.

O primeiro maestro da banda, o mulato João Ernesto, deixou um legado marcante antes de seu falecimento em 1914, contribuindo para a rica história da Sociedade Musical 22 de Maio.

A regência de João Ernesto em Ubá reflete o período em que as bandas de música alcançavam grande popularidade no Brasil. Isso se torna um aspecto relevante da história regional, revelando como os músicos em Ubá se adaptavam ao movimento musical das bandas. O tempo em que o Maestro viveu também coincide com períodos cruciais de transformações na sociedade brasileira, como a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, os quais influenciaram significativamente sua trajetória (PEREIRA,2016).

Em 2008, a Sociedade Musical 22 de Maio celebrou seus 110 anos de história. O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá reconheceu a importância da banda, recomendando ao governo municipal que a declarasse como "Patrimônio Cultural do Município de Ubá".

### **Figura 16 - Corporação Musical e Cultural 22 de Maio**

---

<sup>31</sup> Disponível em: <https://www.uba.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/congada-nossa-senhora-do-rosario/6565>  
Acesso em: 19 jan. 2024.



Fonte: Site iPatrimônio<sup>32</sup>

No Encontro Regional de Bandas de Música, realizado na Praça Guido Marlière em 25 de maio, onde 19 corporações musicais participaram, o prefeito Dirceu dos Santos Ribeiro assinou o Decreto 4739, ratificando a decisão do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Ubá. Esse decreto oficializou a Sociedade Musical e Cultural 22 de Maio como "Patrimônio Cultural imaterial do Município de Ubá".

### **Fazenda das Palmeiras**

O Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Fazenda das Palmeiras foi tombado pelo Decreto N°.5004, de 12 de janeiro de 2010.

A fazenda Palmeiras, inicialmente propriedade da família de Raul Soares de Moura e posteriormente vendida a família de Levindo Eduardo Coelho, ou seja, duas das tradicionais e significativas famílias políticas que marcaram a história do município durante o final do século XIX e por várias décadas do século XX.

### **Figura 17 – Fazenda das Palmeiras**

---

<sup>32</sup> Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/uba-corporacao-musical-e-cultural-22-de-maio/#!/map=38329&loc=-21.12217001051975,-42.93264448642731,17>. Acesso em: 28 mar. 2024.



Fonte: Página da Prefeitura Municipal de Ubá<sup>33</sup>

Ao longo da segunda metade do século XX a área da fazenda, diante do avanço imobiliário em seu entorno, foi sendo dividida e vendida como loteamento. Com isso, a parte loteada tornou-se um grande bairro de Ubá, o Bairro das Palmeiras.

Sobre essas ações preservacionistas, o trabalho de Anderson Moreira Vieira (2017) nos fornece rica discussão a respeito da política pública de patrimônio cultural no município de Ubá. Em sua dissertação, o historiador aponta para o ano de 1996, com a criação da Lei 2.696<sup>34</sup>, como o início de uma preocupação conservacionista no âmbito municipal. A análise das preservações ocorridas no período entre 1996 e 2004 revela claramente que diversas memórias foram moldadas por atores sociais em Ubá, incluindo empresários, agentes políticos e agentes do patrimônio. Essa manipulação varia em intensidade e forma, dependendo dos interesses que impulsionam cada uma das iniciativas de preservação. Contudo, uma vez concluídos os procedimentos oficiais de preservação, esses mesmos agentes deixam de ser veículos para a transmissão dessas memórias, assemelhando-se a uma página virada de um livro (VIEIRA, 2017). Para Vieira, a forma como a política patrimonial foi conduzida na cidade Ubá leva ao distanciamento entre o patrimônio e a sociedade. Sobre essa questão ele escreveu:

Portanto, em que pese a atuação de atores sociais preocupados com a preservação dos bens e das manifestações culturais, o trabalho desenvolvido pela política pública patrimonial no Município de Ubá, entre 1996 e 2004, de certa forma, não passou de estratégias de discurso que se voltaram para a apropriação do patrimônio cultural pelo Estado, cuja consequência é a sua objetificação. Assim, o patrimônio pode ser reduzido a um objeto nas mãos

<sup>33</sup> Disponível em: <https://www.uba.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/fazenda-das-palmeiras/6566> Acesso em: 19 jan. 2024.

<sup>34</sup> Prefeitura Municipal de Ubá, Lei Número 2.696, de 20 de novembro de 1996, dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural. Disponível em <http://www.uba.mg.gov.br/legislacao> Acesso em: 19 jan. 2024.

dos agentes públicos que, na maioria das vezes, agem movidos por interesses de grupos específicos (VIEIRA, 2017).

Considerando o *ethos* constituído e os aspectos da paisagem de nosso objeto de estudo, a cidade de Ubá, se faz necessário um olhar atento sobre o patrimônio relacionado ao aspecto histórico da formação de um polo moveleiro.

Diante da relação de tambamentos e registros realizados pelos órgão responsáveis na esfera municipal, a história da indústria moveleira e, principalmente dos trabalhadores é negligenciada. Sobre esse apagamento, Almeida (2017) ao analisar as ações do CDPCU descreve:

Para o caso específico de Ubá pareceu-nos interessante observar que numa cidade industrial, um polo moveleiro, com sindicato de marceneiros não há menção em documentos das memórias da indústria local, nem aos bairros populares, periféricos. As pequenas edificações populares não mereceram ainda ficar para a memória oficial. As condições de vida dos trabalhadores, suas lutas, seus interesses, poderão também ser objeto de outros trabalhos e investigações em maior profundidade (ALMEIDA, 2017).

De certo modo, é recente o interesse pelo estudo e preservação do patrimônio industrial. O debate sobre o tema remonta ao período pós Segunda Guerra Mundial, quando a Inglaterra teve grande parte de suas edificações industriais destruídas no conflito. A partir dos anos 1960, essa discussão se intensificou com a realização de diversos encontros onde o tema foi abordado. Nesse contexto, a colaboração internacional com a criação de importantes documentos relacionados à preservação de bens culturais, como A Carta de Veneza (1964) e da Convenção do Patrimônio Mundial (1972), favoreceram e expandiram o conceito de patrimônio cultural. No Brasil, houve o primeiro tombamento de um bem vinculado ao patrimônio industrial em 1964, com a Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, no município de Iperó, estado de São Paulo. Foi na Inglaterra também que diversos profissionais de diferentes áreas dedicaram-se à identificação e ao estudo do patrimônio da industrialização e procuraram discutir métodos e critérios para a sua preservação, surgiu assim, a disciplina “arqueologia industrial”. Sobre o termo, veja o que escreve Beatriz Mugayar Kühl (2006):

A arqueologia industrial interessa a várias áreas do conhecimento, em especial às humanidades, estando ligada à antropologia, à sociologia e à história – social, do trabalho, econômica, das ciências, da técnica, da engenharia, da arte, da arquitetura, das cidades, etc (KÜHL, 2006).

Com ênfase nos aspectos memoriais e simbólicos, devemos entender o patrimônio industrial como dotado de demandas que envolvem contribuições de diferentes campos do saber:

Ao patrimônio industrial estão associadas diversas questões como modos de organização da produção no espaço, transmissão dos saberes, condições de trabalho, manifestações culturais e também lutas e conquistas, como greves para reivindicar melhores condições de trabalho e de remuneração, a exemplo da primeira greve geral em São Paulo(...) (KÜHL, 2006)

Inicialmente, evidenciava-se a necessidade de documentação, seleção e preservação desses testemunhos. Buscava-se definir uma forma, um método que definisse os limites cronológicos deste novo campo do patrimônio. Posteriormente, entende-se que as diversas estruturas, sítios, paisagens são documentos que registram a atividade humana de extração e produção. Há casos em que o patrimônio a ser preservado ainda se encontra em funcionamento, o que confere a essa atividade industrial um caráter de continuidade histórica. A Carta de Nizhny Tagil, documento do TICCIH (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage), de 2003, resume as definições feitas ao longo de várias décadas, e que buscam, de forma abrangente esclarecer o tema:

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.<sup>35</sup>

A natureza singular dessa tipologia de patrimônio, incluindo sua dimensão imaterial e com foco mais nos processos sociais do que apenas em seus suportes materiais, soma-se também à busca por um papel mais ativo do patrimônio no desenvolvimento das sociedades em prol de práticas políticas e culturais socialmente inclusivas. Sempre relevante, a figura do trabalhador deve ser inserida nesse contexto investigativo e preservacionista. Essa concepção é explicitada por Cristina Meneguello:

A indelével associação entre os espaços de trabalho e as memórias dos trabalhadores incide também na dimensão imaterial da experiência industrial (os saberes, as rotinas de trabalho, as práticas cotidianas). Essa dimensão do

---

<sup>35</sup> Disponível em: [www.ticcih.org](http://www.ticcih.org). Acesso em: 01 nov. 2021.

passado industrial, que inclui ex-trabalhadores, filhos ou netos de trabalhadores e a comunidade circundante, muitas vezes entra em cena e possibilita a atuação organizada de grupos pela proteção de algum bem em específico trazendo, desse modo, o patrimônio industrial para a arena de debate político e civil (MENEGUELLO, 2011).

Em virtude do crescimento e buscando o fortalecimento deste campo de pesquisa, em 2004, organizou-se no Brasil uma representação do Comitê Brasileiro para Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH<sup>1</sup>), a qual têm como principais objetivos o apoio à iniciativas de salvaguarda do patrimônio industrial, à oferta de assistência especializada, à reunião de pesquisadores da área e à sensibilização da opinião pública para o patrimônio industrial (ROSA, 2011).

Mediante análise dos tombamentos realizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a partir da década de 1980, mesmo sendo nítida a busca por uma preservação menos seletiva, assumindo-se para o patrimônio brasileiro diretrizes mais plurais como expressa a Constituição Federal de 1988, não se verificam ações de reconhecimento e preservação de bens relativos à memória industrial como bairros operários ou paisagens industriais (MARINS, 2016).

O atraso e a morosidade dos órgãos responsáveis em promover políticas de patrimonialização e preservação desse segmento, contribui para que se perca grande variedade de elementos que, de certo modo, com intervenções corretas e planejadas, trariam subsídios para compreensão da atividade industrial como um todo. Mais do que isso, contribuiu para a reafirmação da desvalorização dos sujeitos diretamente envolvidos na atividade industrial – os operários. Outra questão relevante relaciona-se à dimensão arquitetural do patrimônio industrial. Sobre o tema, Meneguello (2011) relatou:

O desmantelamento de edifícios e galpões industriais, oficinas, matadouros, armazéns, linhas férreas e estações de trem, gasômetros, moinhos e fiações, seja pela falta de critérios de valorização por parte dos órgãos oficiais de preservação - que ainda relutam em conceder valores indiscutíveis a esse tipo de bem - seja pela força da especulação imobiliária que centra sua atenção nas rentáveis áreas hoje centrais que esses bens ocupam, fazem do patrimônio industrial um problema urbano em larga escala (MENEGUELLO, 2011).

Preservar garantindo a função social do patrimônio industrial e de seu entorno, garantindo os valores que nele se consubstanciam, parece urgente em contextos de especulação financeira do espaço urbano. O desejo de restauração, quando se concentra apenas no valor estético da paisagem, pode imprudentemente apagar as marcas e riquezas das diversas histórias que a compõem. Com frequência, locais simples e desprovidos do *status* de monumento são

negligenciados, embora guardem significados simbólicos que expressam conteúdos sociais, mesmo que estes não se traduzem em elementos materiais. No entanto, a substância desses lugares emerge por meio das relações sociais que neles ocorrem, desempenhando um papel crucial na representação do indivíduo que faz parte desse ambiente.

O conceito de patrimonial que buscamos aqui evidenciar deve ser compreendido como resultado de conhecimentos e princípios conferidos, independentemente de sua natureza material ou imaterial. A dinâmica da evolução dos valores é reconhecida, assim como sua mutação em decorrência das identidades em movimento. Por essa razão, patrimônio não se apresenta como um dado, mas sim como uma conquista, um direito. Conforme destacado por Ulpiano Meneses, os princípios são atributos históricos, sofrem transformações e devem ser considerados em um cenário de lutas por direitos adquiridos por meio do patrimônio e/ou de lutas pelo direito ao patrimônio. Nessa perspectiva, observam-se alterações conceituais fundamentais que propiciam rupturas com a colonialidade do conhecimento e uma virada decolonial (CHUVA, 2020).

## **CAPÍTULO 2**

### **GALPÕES ENTRE MORROS:**

### **UMA PAISAGEM URBANA INDUSTRIAL**

#### **2.1 - DIALOGANDO COM A PAISAGEM**

Há uma discussão intensa entre autores de diferentes áreas, como filosofia, geografia, história e sociologia, sobre a origem do termo "paisagem" e quando e onde as ideias relacionadas a ela podem ter surgido. Esses autores veem a paisagem como uma ideia que é construída socialmente, e em seus textos, ela é desvinculada de uma natureza intrínseca. Eles exploram a ideia da construção de uma sensibilidade para com a paisagem, destacando sociedades que possuem essa sensibilidade em contraste com aquelas que não a têm.

No mundo ocidental, percebe-se que a partir da Renascença é que se constata uma preocupação com a paisagem como um objeto. Tal aspecto está diretamente ligado ao desenvolvimento das artes nesse período, principalmente à pintura. De forma crítica, devemos entender que esta visão a respeito da paisagem, de forma contemplativa, a coloca apenas como uma representação, uma estampa ou ilustração. A paisagem assim, se encontra dissociada do factual e do empirismo científico.

Até o final do século XIX, a ideia de que a paisagem era principalmente um objeto para ser representado na pintura permanece. Na França, por exemplo, o dicionário Larousse de 1875 define paisagem como uma visão rural considerada pelas suas qualidades pitorescas (AUDUC, 2009). No entanto, durante o século XIX, houve uma mudança significativa, e a paisagem deixou de ser apenas um tema de pintura para ser associada a espaços naturais. Esse deslocamento ocorreu paralelamente ao movimento romântico, que buscava uma conexão mais íntima com uma natureza idealizada. Nesse contexto, a própria natureza passou a ser considerada um monumento, espaços de contemplação que deveriam ser preservados. Podemos perceber que em muitas interpretações atuais da paisagem, principalmente ligadas àquela do senso comum, essa ideia ainda é fortemente presente.

Se não há um consenso a respeito do surgimento e construção histórica da ideia de paisagem, sua apropriação pela ciência é facilmente identificada. Dentre os responsáveis por tal realização podemos destacar o alemão Alexander von Humboldt.

Para Humboldt, a observação da paisagem não é apenas poética e artística, mas também uma operação científica. Ele via a pintura como uma maneira de representar e registrar essa observação. Descrever e pintar a paisagem para ele significava mais do que capturar o espaço visual; era uma forma de registrar a organização espacial, os resultados das leis naturais e sociais. Na época de Humboldt, a divisão rígida entre arte e ciência ainda não estava totalmente estabelecida, e sua abordagem em relação à paisagem reflete essa interconexão entre arte e ciência (PEDRAS, 2000).

A partir do momento em que a geografia se consolida como disciplina acadêmica, por volta do final do século XIX, a paisagem se torna um dos elementos centrais para alguns dos geógrafos da época. Na Alemanha do início do século XX, Siegfried Passarge e Otto Schlüter contribuíram de forma significativa para o estudo da paisagem. Eles se dedicaram a pesquisar como os elementos que formam a paisagem se organizam, permitindo a criação de uma hierarquia das paisagens, bem como nos processos de transformação da paisagem natural em paisagem cultural (CORRÊA, 1995).

Na França também a paisagem aparecia como um conceito importante para alguns dos métodos geográficos que ali se desenvolviam. Quem ganhou maior reconhecimento foi Paul Vidal de la Blache. Sua ideia de *gênero de vida* está ligada à ideia de que, para atender às suas necessidades essenciais, o ser humano precisou utilizar recursos naturais. A natureza, com sua distribuição geográfica variada, impõe condições que podem ser abordadas de maneiras diversas pelos grupos humanos. A interação cultural que emerge nos diferentes grupos, a partir de sua relação com o ambiente em que estão inseridos, cria um modo de vida específico para cada grupo. Compreender a interação da sociedade com a natureza é crucial para o trabalho do geógrafo nessa perspectiva. Dado que esse modo de vida se reflete na paisagem, sendo tanto seu resultado quanto seu formador, a análise da paisagem torna-se uma operação essencial para compreender essas dinâmicas (RIBEIRO, 2007).

Embora tenha sido gradativamente deixada de lado pela geografia a partir da década de 1950, a concepção de modo de vida continua a desempenhar um papel significativo em certas abordagens da paisagem, especialmente aquelas que são guiadas por iniciativas de preservação do patrimônio cultural, especialmente as influenciadas pela UNESCO (RIBEIRO, 2007).

Carl Sauer, apontado como criador da geografia cultural, em artigo de 1925, "Morfologia da paisagem", explorou a paisagem considerando seus aspectos morfológicos, tanto naturais quanto humanos. Ele via a paisagem cultural como uma expressão tangível de ideias e atividades humanas, embora reconhecesse que ela permanece ligada à sua natureza física e material. Esse ponto de vista reflete a marcante influência do positivismo descritivo da época (SCHIER, 2003).

Por grande parte do século XX, as discussões a respeito do conceito de paisagem se mantiveram. Nas décadas de 1950 e 1960, houve críticas e uma certa distância em relação ao conceito de paisagem. Alguns criticavam o foco nas formas, argumentando que isso escondia a compreensão dos processos que ocorriam nelas, já que formas semelhantes podiam ter causas e contextos sociais completamente diferentes. Além disso, a escala da paisagem, vista como a escala visual, limitava a geografia a uma única escala, sem uma compreensão completa de áreas maiores. A preferência por métodos quantitativos em detrimento dos métodos qualitativos também contribuiu para as críticas à paisagem na geografia daquele período, em um contexto em que a produção geográfica estava cada vez mais influenciada pelo neopositivismo e pela matemática como linguagem central (RIBEIRO, 2007).

Pelas seguidas críticas impostas ao conceito e ao estudo da paisagem nesse período, podemos entender que o desenvolvimento de uma geografia cultural se deu forma bastante complexa. Dentre os diversos críticos e formuladores deste conceito nas academias, chama-nos atenção, a ideia formulada por Denis Cosgrove (1984):

[...]a ideia de paisagem representa um modo de ver – um modo no qual alguns europeus tem representado a eles mesmos e a outros o mundo e suas relações e através da qual eles tem comentado sobre relações sociais. (COSGROVE, 1984, *apud* RIBEIRO, 2007).

A partir desta constatação, se torna necessário uma análise crítica em relação ao diálogo que buscamos aqui estabelecer com o conceito de paisagem. Nitidamente, as escolas europeias e norte americana foram, invariavelmente, formuladoras das bases teóricas deste conceito a partir de seus enfoques analíticos. Cientes da necessidade de novas abordagens no estudo de bases conceituais que se fundamentaram na modernidade europeia, gostaríamos de trazer à discussão uma visão de paisagem em que se valorize um outro olhar. Diferentes lugares produzem diferentes conhecimentos. A predominância da perspectiva eurocêntrica na produção científica, considerada quase como uma realidade única, gera um desconforto significativo, especialmente quando analisada a partir da nossa subjetividade como pesquisador no contexto latino-

americano. Sendo assim, é importante entendermos a ideia de ‘colonidade do poder’ desenvolvida pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano. Em seu corpo de trabalho ele a definiu da seguinte forma:

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social quotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América (QUIJANO, 2009).

Em um contexto histórico em que os movimentos políticos e culturais do Sul buscam reconhecimento no âmbito da produção de conhecimento, podemos notar uma grande disparidade comparando o conceito de paisagem com os de lugar e território. O número crescente de autores e trabalhos que buscam desenvolver uma nova teoria para questionar as ferramentas analíticas da modernidade é evidente. Dentro de nossas possibilidades na realização desse trabalho, percebemos que, especificamente, em relação a trabalhos científicos que abordem o conceito de paisagem temos restritas possibilidades.

O geógrafo brasileiro Milton Santos, em seu livro "A Metamorfose do Espaço", aborda o conceito de paisagem de uma maneira singular. Para Santos, a paisagem não é apenas um cenário visual estático, mas sim um espaço que reflete as relações sociais, econômicas e culturais em constante transformação. Ele destaca a dinâmica das interações humanas com o ambiente, enfatizando como as práticas sociais moldam e são moldadas pelo espaço ao longo do tempo. Portanto, para Milton Santos, a paisagem é mais do que uma simples imagem visual; é um palco vivo de processos sociais e espaciais em constante evolução (SANTOS, 1988).

A paisagem, para Santos (1988), de forma cognoscível, é composta por elementos subjectivos que só através de uma interpretação profunda pode ser interpretada para além de sua imagem. Portanto, diferentes indivíduos podem ter diferentes interpretações. Esse desafio, para o autor, precisa ser superado. Para isso, Santos (1988) sugere:

Nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto para chegar ao seu significado. A percepção não é ainda o conhecimento, que depende de sua interpretação, e esta será tanto válida quanto mais limitarmos o risco de tomar por verdadeiro o que é só aparência. (SANTOS, 1988).

Nessa linha, os estudos desse importante geógrafo brasileiro nos permitem interpretar a paisagem enquanto conceito necessariamente decodificável e construir novas possibilidades de

leitura paisagística. É necessário admitir que na perspectiva de Milton Santos, o conceito de paisagem é desenvolvido a partir de sua representação como uma parte visível do espaço. Essa representação é vista como a projeção da inter-relação entre o sistema de ações e o sistema de objetos, embora de uma maneira passiva (AZEVEDO, 2017).

Embora, proveniente de uma formação eurocêntrica, Denis Cosgrove (2012) oferece um estudo analítico do conceito de paisagem capaz de subsidiar novas possibilidades interpretativas. Cosgrove (2012) enfatiza a complexidade da paisagem como um campo de experiências e percepções humanas. Ele destaca como as paisagens são moldadas por relações de poder, ideologias e práticas sociais. Para ele, a imposição de certas visões, valores e ideologias por grupos dominantes, ou pelo Estado podem determinar a forma como a paisagem é percebida e representada. Esse entendimento nos mostra que as culturas dominantes têm o poder de criar e manter elementos muito mais evidentes na paisagem do que as culturas que foram subjugadas ou que tentam se emergir (AZEVEDO, 2017).

Considerando a paisagem como aspecto fundamental ao estudo das cidades, destacamos, mais uma vez, a importância do diálogo entre diversas áreas do conhecimento, entendendo que só a ação multidisciplinar chegará próximo de identificar e interpretar as diversas percepções paisagísticas e seus elementos culturais, políticos, econômicos e sociais. Essa complexidade inerente ao entendimento das paisagens é explicitada na obra do filósofo francês Jean-Marc Besse (2014):

O historiador da cultura está confrontado com uma conjuntura teórica e historiográfica complexa, ambígua. Efetivamente, existem, atualmente, uma polissemia e uma mobilidade essenciais do conceito de paisagem, e essa situação teórica deve-se, em parte, à atomização profissional e acadêmica das diferentes "disciplinas" que fazem dela seu campo de estudos e de intervenções (BESSE, 2014).

De acordo com Besse, é possível perceber a paisagem através de cinco portas, ou seja, por meio de diferentes pontos de reflexão, considerando o pensamento contemporâneo a respeito deste conceito. A paisagem pode ser definida como uma “representação cultural”, “como um território produzido pelas sociedades na sua história”, “como um complexo sistêmico”, “como um espaço de experiências sensíveis” ou “como um local ou contexto de projeto”. Para o autor, cada uma dessas posições é sustentada por um discurso e práticas profissionais específicas (BESSE, 2014). Portanto, o pesquisador defende ser preciso compreender a paisagem como patrimônio de base cultural, possuidora simultaneamente de objetividade e subjetividade. As paisagens são construções históricas dos indivíduos que, ao

longo do tempo, definem e reafirmam suas identidades como grupo. Nesse sentido, Besse (2014) também afirmou:

A paisagem não é, portanto, um simples conjunto de espaços organizados coletivamente pelos homens. É também uma sucessão de rastros, de pegadas que se superpõem no solo e constituem, por assim dizer, sua espessura tanto simbólica quanto material (BESSE, 2014).

Reafirmando essa historicidade da paisagem que, de maneira dinâmica e instável, transforma-se ao longo do tempo em objeto de conhecimento histórico e passível de narrativa, o geógrafo Ulpiano Bezerra de Menezes (2002) relatou:

A paisagem oferece pistas materiais que permitem perceber seu caráter histórico. São esses “traços fósseis” que conduzem ao entendimento da formação geomorfológica e social da paisagem contemporânea e de suas sucessivas fisionomias anteriores, ao longo do tempo. Mais do que um palimpsesto (as escritas superpostas que são constantemente encontradas nos manuscritos sobre pergaminho), a paisagem, na expressão do historiador Fernand Braudel (1986-87) é como nossa pele, condenada a conservar cicatrizes de feridas antigas (MENEZES, 2002).

A institucionalização da paisagem acontece quando esta é transformada em patrimônio cultural. Essa consideração, segundo Ulpiano Menezes (2002), se deu pelo processo de monumentalização. Para ele, foi esse reconhecimento que fez da paisagem um bem de interesse coletivo e merecedor de proteção por parte do poder público. Sobre essa “monumentalização”, ele explicou:

A monumentalização toma elementos da paisagem e transforma em fetiches, por assim dizer sacralizados, dotados de valores próprios, como se fossem autônomos, imutáveis, independentes das contingências da vida sociocultural, independentes, também, do próprio contexto ambiental. O monumento é sempre algo que seu entorno não é. Ao sobressair, o monumento assume, sozinho, os significados dispersos no espaço de que faz parte (MENEZES, 2002).

Nos Estados Unidos e na Europa, a partir do final do século XIX e, principalmente, durante a primeira metade do século XX, uma série de leis e ações foi implementada para desenvolver estratégias de preservação da paisagem, predominantemente por seu valor cênico. Essas iniciativas também encontraram respaldo no Brasil e, em parte, orientaram as ações do IPHAN na área. Apesar de no Brasil as ações concretas para criação dos primeiros parques naturais remontarem à mesma época da proteção ao patrimônio cultural, ou seja, nos anos 1930,

um sistema mais abrangente e complexo de preservação de espaços com base em seus valores naturais só seria estabelecido muito mais tarde.

Nesse ínterim, a partir de 1937, no âmbito federal, o então SPHAN iniciou diversas iniciativas de preservação vinculadas à paisagem, respaldadas pelo decreto lei 25/1937, que estabelecia o tombamento e instituíu os Livros do Tombos, incluindo o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Paralelamente, a crescente discussão sobre a necessidade de delimitação do entorno de bens tombados trouxe à tona desafios relacionados à visibilidade do bem, sendo a paisagem uma categoria frequentemente mencionada. Ela também desempenha um papel significativo em algumas metodologias de inventário desenvolvidas ao longo do tempo pelo órgão, como o INCEU – Inventário de Configurações de Espaços Urbanos, que destaca o aspecto visual e a percepção do sítio.<sup>36</sup>

Nos anos 2000, a portaria 127/2009, que institui a Chancela da Paisagem Cultural, buscava transformar substancialmente a abordagem da paisagem dentro do IPHAN, refletindo parcialmente as discussões na UNESCO. Essa iniciativa enfatiza com maior intensidade outro aspecto da paisagem: a relação entre sociedade e natureza. A paisagem cultural é concebida, portanto, como a categoria principal para abordar essa característica específica da paisagem.<sup>37</sup>

[...] paisagem cultural traz a marca das diferentes temporalidades da relação dos grupos sociais com a natureza, aparecendo, assim, como produto de uma construção que é social e histórica e que se dá a partir de um suporte material, a natureza. A natureza é matéria-prima a partir da qual as sociedades produzem a sua realidade imediata, através de acréscimos e transformações a essa base material (NASCIMENTO; SCIFONI, 2010).

Nesse contexto, gostaríamos de explorar o conceito de patrimônio histórico e como ele influencia a formação de paisagens que têm significados compartilhados socialmente. Isso vai além do patrimônio histórico oficialmente reconhecido e inclui aquelas paisagens que podem parecer comuns à primeira vista, mas que estão cheias de significados e experiências sociais.

Essas paisagens podem ser como documentos, onde podemos identificar as histórias de vida das pessoas que as habitam e os lugares que têm significados profundos para a comunidade. São lugares onde os símbolos ganham vida e onde a história se desdobra diante de nossos olhos, como memórias de nossa ligação com o passado e com os outros.

---

<sup>36</sup> RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural>. Acesso em: 7 jan. 2024.

<sup>37</sup> **Idem**.

Nesta perspectiva, Ab'Sáber (2011), apresenta a ideia de uma visão de paisagem compreendida a partir de usos temporais e espaciais:

[...] a paisagem é uma herança. Na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades (AB'SABER, 2011).

A esta forma de se ver a paisagem, podemos relacionar ao conceito de História Ambiental, vertente do conhecimento que surgiu na década de 1970, no contexto em que se realizavam conferências sobre a crise global e cresciam os movimentos ambientalistas na sociedade civil de vários países (WORSTER, 1991).

O reconhecimento da importância da História Ambiental e o seus legados ambientais têm colocado o foco em atividades humanas como um legítimo e essencial assunto nas ciências ambientais. Assim, cabe à História Ambiental, campo de convergência de saberes ligados ao meio ambiente, a difícil tarefa de interpretar a paisagem do presente à luz das escolhas e ações feitas pelas populações no passado (OLIVEIRA; ENGEMANN, 2011).

As histórias econômicas e rurais, campos historiográficos mais antigos, em geral, descreveram e descrevem paisagens, mas em muitos trabalhos a história da paisagem se confunde com a história ambiental. Dentro dessas divisões de especialidades acadêmicas, inúmeros estudos podem ser definidos como culturais, econômicos e ambientais. Contudo, os historiadores têm se autodenominado de alguma forma e, num levantamento superficial, parece que historiadores quer culturais quer ambientais partem de noções antagônicas de paisagem. Na sua grande maioria, os historiadores ambientais estão engajados em assuntos destacados internacionalmente sobre a relação das sociedades com a natureza. Alguns, com um claro projeto de conhecimento e de intervenção sobre o território (CORRÊA, 2012). Sobre a história ambiental, a autora ainda elucida:

A História ambiental é um campo que se propõe como interdisciplinar. Os diferentes acadêmicos que pesquisam a relação do homem com a terra numa perspectiva diacrônica estão, na sua grande maioria, treinados para trabalhar com determinados tipos de testemunhos. A História tinha os documentos escritos como a sua fonte de pesquisa até a segunda metade do século XX. No último quarto do século, buscou novas fontes com o apoio de outras ciências como a Antropologia. A memória oral, a fotografia, o cinema, o patrimônio histórico, a cartografia e a literatura foram concebidos como documentos históricos e toda uma discussão

metodológica sobre seu uso e interpretação foi desenvolvida (CORRÊA, 2012).

Diante disso, é relevante salientar mais uma vez a importância de interpretar a paisagem como um registro histórico, devido à possibilidade de identificar diversas marcas e vestígios que revelam acontecimentos históricos de comunidades passadas não registrados pela historiografia oficial da época. As marcas e vestígios presentes na paisagem florestal são variados, indo desde uma específica espécie arbórea que não é derrubada, devido à prática de corte seletivo motivado por diversas razões, até a presença atual de árvores dessa mesma espécie (ou de outras espécies) com diferentes idades sucessivas em um determinado trecho de floresta. É possível, inclusive, deparar-se com pedras dispostas em um local que anteriormente servia como moradia e que, hoje, são ruínas encobertas pela vegetação. Certamente, a compreensão adequada da paisagem florestal demanda um olhar especializado e aprimorado, pois, do contrário, nada será perceptível (SALES, 2011).

Referente às cidades, suas paisagens são testemunho e resultado das ações, tradições, mudanças e continuísmos dos agentes que nela registraram suas experiências. São lugares de memória que lhes dão singularidades e expressam características de um tempo e espaço (FIGUEIREDO, 2013).

De forma indissolúvel, a paisagem contém em si uma dimensão material, simbólica e funcional. Espaço delimitado em que se reconhece a existência de um lugar onde a memória se cristaliza e onde se insere a constituição de uma memória coletiva. Sobre essa relação entre memória coletiva e espaço, o sociólogo francês Maurice Halbwachs (1990) escreveu:

É sobre o espaço, sobre nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, em que todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças (HALBWACHS, 1990).

A conexão entre o indivíduo e a paisagem se torna evidente por meio de um processo cognitivo, no qual a memória do lugar é moldada pelas atividades do dia a dia, resultando na construção de espaços culturalmente significativos. Cada pessoa absorve seu entorno através de múltiplas formas de processamento cognitivo, desenvolvendo uma relação entre paisagem e memória que se reflete em recortes específicos do território. Nesse instante, o espaço se transforma em um lugar, que é moldado por uma ligação emocional única.

Ao estabelecermos um entendimento dessa conectividade entre o indivíduo e a paisagem onde suas atividades cotidianas se desenvolvem, somos levados ao diálogo como uma das categorias da Paisagem Cultural, a Paisagem Vernacular. Em uma de suas definições, podemos entendê-la como:

[...] uma Paisagem que tenha se constituído ao redor das atividades do cotidiano (sejam econômicas ou não) e cujas características se associem ao uso continuado. Tais paisagens podem ter evoluído organicamente, a partir de adições residuais do tempo ou a partir de diretrizes gerais de organização do território (dimensão de lotes, traçado de estradas, p.ex.), mas sem perder os contornos próprios dos indivíduos ou grupos que as realizaram. Podem também apresentar significados e simbolismos associados a estes mesmos grupos ou atividades (FRANK; YAMAKI, 2021).

John Brickerhoff Jackson (2003), crítico literário e responsável por cunhar o termo, observou que toda paisagem possui significados que existem em diversas “camadas” que se constituíram ao longo do tempo em diferentes épocas, com usos associados ao cotidiano. Na sua visão, a categorização de uma paisagem como Vernacular é bastante ampla e inclui uma ampla variedade de paisagens, que vão desde modernas autoestradas até agrupamentos de ranchos antigos ou cidades medievais (FRANK; YAMAKI, 2022).

Na carta sobre Arquitetura Vernacular do ICOMOS (1999), a definição de Paisagem Vernacular enfatiza os aspectos funcionais (utilitários) na vida cotidiana e ao mesmo tempo um recorte da história da sociedade (Vernacular Heritage).

Em "A paisagem, entre a política e o vernacular", Besse (2014) questiona a perspectiva aérea considerando sua dimensão política<sup>38</sup>. Ele destaca que, à luz do desenvolvimento da cultura moderna e da sociedade capitalista, o território passou a ser tratado como mercadoria e espetáculo a ser admirado de fora. A visualização da paisagem de cima contribui para naturalizar a desigualdade nas relações sociais, escondendo a realidade dos processos históricos e conflitantes que a moldam.

No desenvolvimento de seus argumentos, Besse (2014) estabelece uma distinção entre a ‘paisagem política’ e a ‘paisagem vernacular’ ” estabelecida por John Brinckerhoff. Sobre essa distinção, Besse escreve:

Uma observação, entretanto, antes de analisá-las: o “político” e o “vernacular” devem ser entendidos mais como formas ou modalidades paisagísticas que coexistem e se superpõem, às vezes, em um mesmo local. Não se deve, então,

---

<sup>38</sup> Em ‘Geografias aéreas’ é abordada a ampliação da perspectiva sobre o mundo humano a partir da fotografia de avião (BESSE, 2014).

marcar esta distinção de maneira muito forte, definitiva, fazendo dela uma alternativa de caráter absoluto. São, na verdade, dois aspectos da mesma paisagem e do mesmo território, dois aspectos contemporâneos, mas que não utilizam os mesmos ritmos espaciais e temporais, por exemplo (BESSE, 2014).

Nesse contexto, a paisagem política surge como resultado das decisões de um poder central, revelando o poder que influencia nela, em um espaço de grande escala - marcado por grandes visões de poder - que é geométrico e homogêneo, caracterizado pela ordem, pelo controle e pela dominação. Por outro lado, a abordagem paisagística vernacular pode ser entendida como uma "paisagem habitada" ou "paisagem vivida", onde as fronteiras políticas não são tão rígidas. A paisagem vernacular é aquela em que vivemos e, ao habitar, incorporamos hábitos, costumes, práticas e experiências ao espaço.

Essas paisagens podem ser como documentos, onde podemos identificar as histórias de vida das pessoas que as habitam e os lugares que têm significados profundos para a comunidade. São lugares onde os símbolos ganham vida e onde a história se desdobra diante de nossos olhos, como memórias de nossa ligação com o passado e com os outros.

Assumindo que o conceito de paisagem é um domínio genuinamente interdisciplinar, os estudos sobre ele revelam sua notável polissemia e complexidade. A paisagem abrangente abraça elementos culturais, históricos e sociais, superando suas manifestações físicas. A habilidade de proporcionar uma visão holística do desenvolvimento urbano, integrando camadas temporais e nuances que contribuem para moldar a identidade e a experiência coletiva de uma comunidade, é a ferramenta relevante para o estudo da história das cidades.

## **2.2 – AS FÁBRICAS E A FORMAÇÃO DA PAISAGEM**

Para facilitar a compreensão a respeito das paisagens industriais, é necessário buscarmos o significado do termo. Paisagem industrial, é um tipo de paisagem cultural que foi modificada pelos efeitos de certo tipo de ação humana. Especificamente, nesse caso, o processo cultural dominante responsável por essa transformação é o industrial (STUART, 2012).

**Figura 18 - Galpões industriais em Ubá**



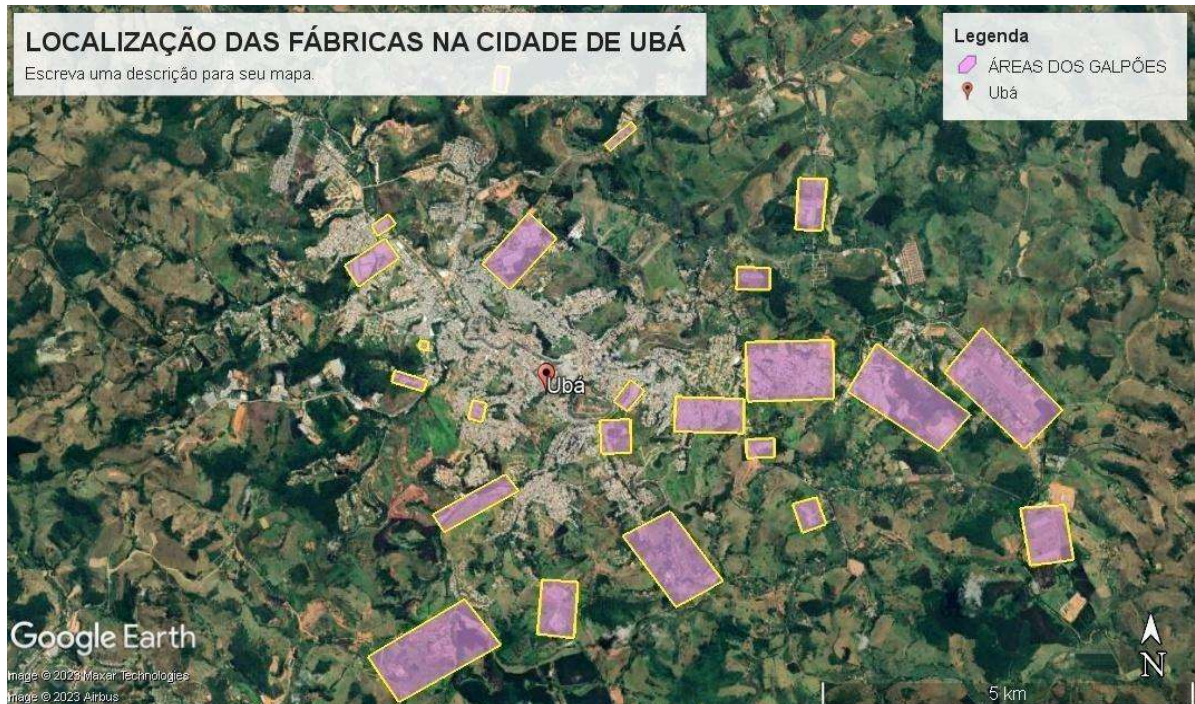
Fonte: compilação do autor<sup>39</sup>

No caso de Ubá, é preciso compreender o processo histórico de formação do polo moveleiro, o fato de sua produção espacial apresentar características específicas e analisar os impactos dessa distribuição espacial desordenada na constituição da paisagem urbana.

Chama-nos a atenção, o fato de o polo moveleiro de Ubá ter se estruturado de forma bastante peculiar em relação a outros importantes polos nacionais. Em Ubá, como pode ser observado na figura abaixo, não houve a iniciativa da criação de um distrito industrial. Essa distribuição espacial como território produzido de forma consciente ou inconsciente pode estar diretamente relacionada aos problemas da segregação espacial, degradação ambiental e mobilidade urbana. Até aqui, o que fica perceptível é a relevância das fábricas como fator primordial para a expansão da malha urbana.

**Figura 19 - Áreas com maior concentração de fábricas em Ubá (MG)**

<sup>39</sup> 1 – Parque industrial da Sier Móveis bairro Louriçal; 2 – Galpões localizados no Bairro Mangueira Rural; 3 – Móveis Bianchi no bairro Triângulo; 4 – Itatiaia Móveis. Montagem criada a partir de imagens extraídas de vídeo no YouTube “Ubá Visto de Cima” de autoria da TV UNIFAGOC. Disponível em: <https://youtu.be/8FIJH7Nwk24>. Acesso em: 23 abr. 2023.



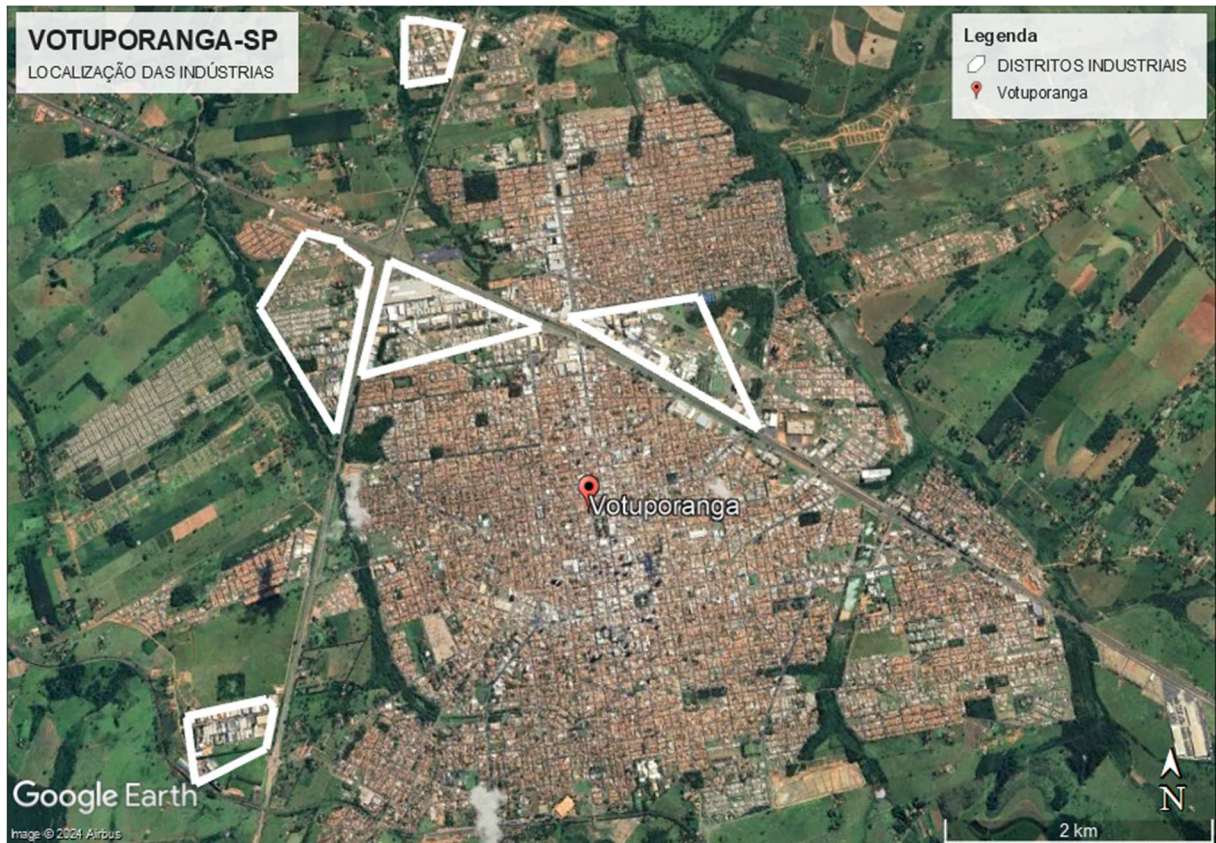
Fonte: Elaborado pelo autor com base em imagens do Google Earth (2023)

A criação de uma regulamentação específica para estruturação territorial, que compreende a distribuição das atividades e da população no território, constituindo a área urbana, só aconteceu no ano de 2008, através da Lei Complementar nº 099, que institui o Plano Diretor do Município de Ubá.<sup>40</sup> No que se relaciona ao desenvolvimento das atividades industriais na cidade, tivemos um considerável período sem uma devida preocupação com a criação de leis para regulamentar a ocupação do espaço dentro dos limites municipais. Essa morosidade ou desinteresse dos agentes legisladores em estabelecer tais leis podem ser apontados como uma das causas dessa formação espacial específica.

Na figura 20, observamos uma concentração industrial em áreas específicas do espaço urbano na cidade de Votuporanga, no estado de São Paulo. Percebe-se que esse fato possibilitou uma produção espacial, em certa medida, portadora de organização e adequação às necessidades para o desenvolvimento da atividade industrial, diminuindo sua interferência na complexidade urbana.

### **Figura 20 - Localização das indústrias em Votuporanga (SP)**

<sup>40</sup> Disponível em: <https://www.uba.mg.leg.br/plano-diretor/plano-diretor.pdf/view> Acesso em: 23 jan. 2024.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em imagens do Google Earth(2023)

A organização no espaço intraurbano de Votuporanga passou por modificações provocadas pela distribuição da população estabelecida no município, principalmente durante as décadas de 1960 e 1970, e em especial pela introdução de algumas indústrias de móveis na localidade. Isso resultou em desafios nas modalidades de ocupação do espaço urbano, culminando em uma reconfiguração do traçado urbano da cidade. Na cidade, a ausência de leis de zoneamento e de um distrito industrial por volta de 1970, levou a instalação de algumas indústrias em áreas residenciais trazendo transtornos para a população. Pela importância das atividades industriais para o município, cria-se uma demanda pela instalação de um distrito voltado especificamente para localização das instalações fabris (CUCATO, 2015).

Neste cenário, é estabelecido pelo poder público, a elaboração do primeiro Plano Diretor Integrado no ano 1971, com o objetivo de capitanear políticas públicas para o planejamento do município (SANT'ANA, 2007).

A implementação destes planos por parte da governança local estimulou ao estabelecimento de novas empresas nas regiões designadas para atividades industriais e também atraiu a realocação de empresas já estabelecidas no município. Nos pontos de interseção das vias rodoviárias, foram organizados os dois primeiros polos industriais e, juntamente com eles,

os conjuntos habitacionais operários, áreas residenciais destinadas às camadas populares da população urbana que migraram do campo, atraídas pelas oportunidades de emprego na indústria (especialmente a moveleira). Dessa forma, a proximidade entre as classes operárias e as instalações industriais é empregada como estratégia para otimizar os custos relacionados à reprodução do capital (CUCATO, 2015).

No município capixaba de Linhares, outro importante centro de produção moveleira, podemos perceber o mesmo tipo de preocupação em relação à localização das fábricas no perímetro urbano.

**Figura 21 - Localização das indústrias em Linhares (ES)**



Fonte: Elaborado pelo autor (2024) com base em imagens do Google Earth (2024)

No âmbito municipal, a Lei Orgânica de Linhares, em seu artigo 131, diz que “a política de desenvolvimento urbano, [...] tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções da cidade [...] e garantir o bem-estar de seus habitantes”. Além disso, deve assegurar “I – o plano de uso e ocupação do solo que garanta o controle da expansão urbana, [...] a preservação, proteção e recuperação do ambiente cultural e natural” (LINHARES, 1990).

A geografia plana facilitou a evolução do desenho urbano regular, com vias amplas e áreas ajardinadas no centro das principais avenidas. O direcionamento do crescimento iniciou-se a partir do Rio Doce em direção ao interior do território, sendo delimitado pelas margens das lagoas. Na atualidade, uma das direções de expansão urbana segue em direção à borda da Lagoa Juparanã (SILVEIRA, 2022).

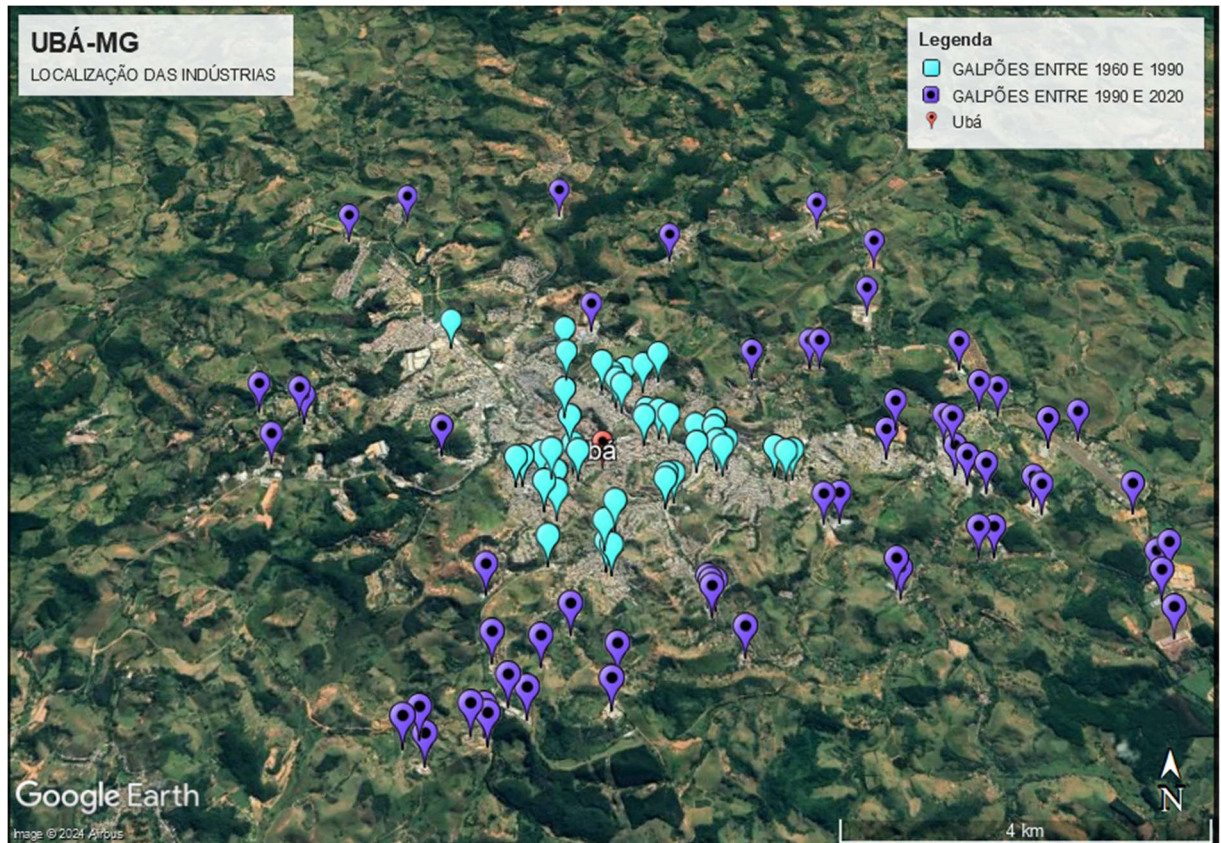
Na figura 22, constata-se essa particularidade em relação à produção espacial em Ubá. Como pode ser observado, a localização das fábricas não seguiu um planejamento lógico na instalação das mesmas, o que indica uma pulverização territorial que, por sua vez, desencadeou uma estrutura produtiva em arquipélagos<sup>41</sup>. Essa visão de arquipélagos urbanos reflete a realidade contemporânea, onde atividades produtivas e serviços se espalham por diferentes áreas, muitas vezes distantes umas das outras, e são interconectados por meio de redes de transporte e comunicação. Em vez de uma única e centralizada estrutura produtiva, há múltiplos centros de produção e consumo dispersos, cada um com sua própria dinâmica e especialização.

A maioria das áreas onde estas empresas se encontram localizadas são regiões periféricas do município. Na pesquisa realizada, foi feito um levantamento de informações através de uma consulta direcionada por filtros, extraindo do portal Dados Abertos do governo federal, obtendo um levantamento do número de empresas do ramo moveleiro que iniciaram suas atividades a partir de 1960 e a localização dessas empresas no espaço urbano, foi determinada através do endereço registrado nesse banco de dados. Com esses dados em mãos, foi elaborado o mapa a seguir.

### **Figura 22 - Localização das fábricas em Ubá**

---

<sup>41</sup> Milton Santos explicou a estrutura produtiva em arquipélagos através de sua teoria da "urbanização difusa". Segundo ele, as cidades já não seguem mais um modelo tradicional de concentração urbana, mas sim se dispersam em forma de arquipélagos, caracterizados por diferentes polos de desenvolvimento conectados por fluxos econômicos, sociais e culturais.



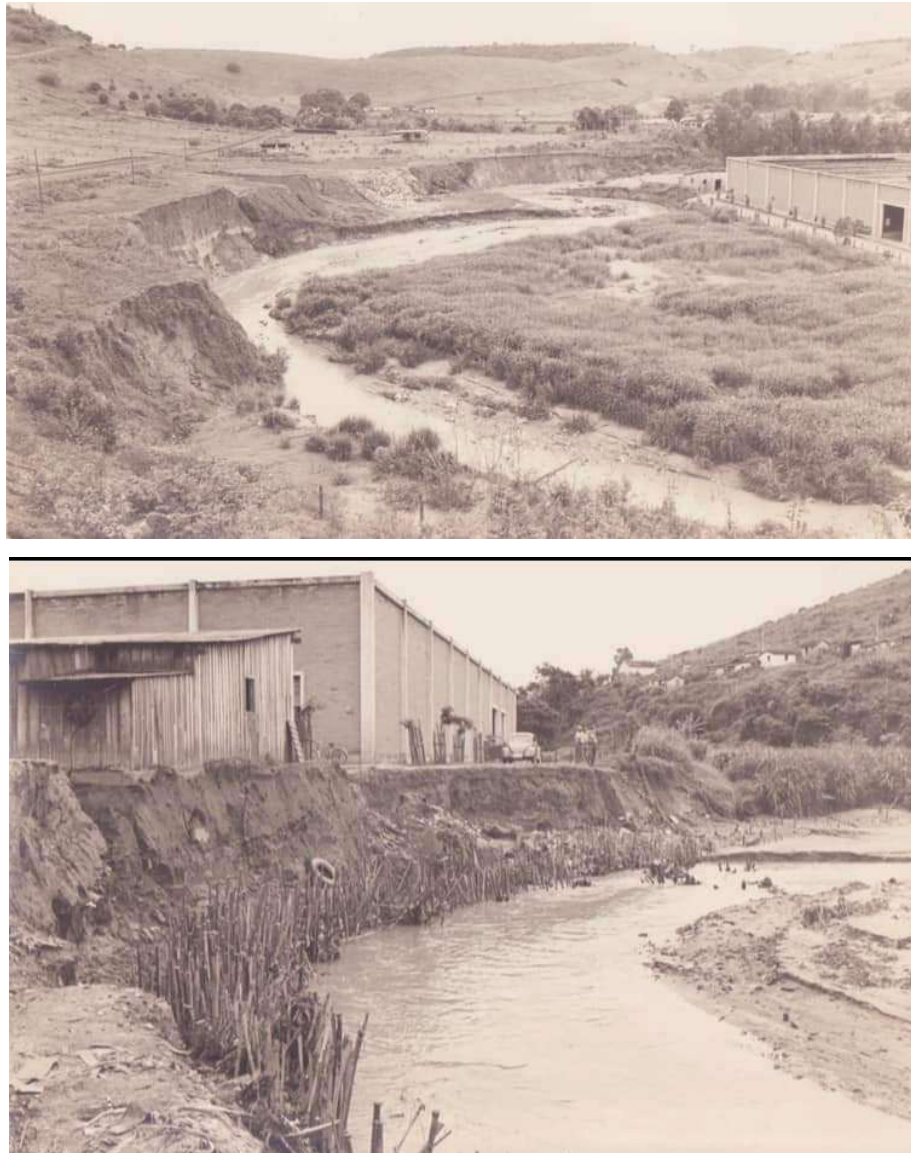
Fonte: Elaborado pelo autor com base em imagens do Google Earth (2023)

Pela análise da imagem acima, podemos perceber que inicialmente, entre os anos de 1960 e 1990, as fábricas ocupavam galpões, de forma desordenada em áreas mais próximas à centralidade urbana. Outras evidências encontradas durante o trabalho de pesquisa corroboram para esse entedimento. Em Guiducci (2011), extraímos a declaração de um empresário ubaesne que vivenciou esse momento de gênese da atividade moveleira na cidade e fez o seguinte relato: “[...] Eu trabalhei nessa fábrica com o Francisquinho Trevizano, era uma fábrica que havia em frente ao Ubá Tênis Clube e saia lá na rua Santa Cruz” (GUIDUCCI, 2011). Pelas referências descritas, esta fábrica estava localizada a poucos metros da Igreja Matriz de São Januário, bem no centro da cidade.

Outro elemento importante para explicar essa centralização na localização inicial das fábricas de móveis é a presença do ribeirão que corta a cidade. A cidade de Ubá está situada em uma área de relevo acidentado, com diversos vales atravessados por rios que cortam uma série de morros. O crescimento urbano do município ocorreu nas margens de um ribeirão que leva o mesmo nome. Inicialmente, essa área não era afetada pelas frequentes inundações do rio, mas a expansão da cidade avançou sobre as várzeas, muitas vezes aterrando áreas alagadiças e se espalhando significativamente (ANDRADE, 1961).

A presença de galpões destinados à fabricação de móveis às margens do rio é comprovada pelas fotografias a seguir. As referidas fotos foram tiradas durante uma grande inundação ocorrida na cidade no final da década de 1970. A razão para a construção dessas instalações industriais em áreas tão próximas ao leito do ribeirão está relacionada ao descarte dos resíduos produzidos pela atividade moveleira, que eram, muitas vezes, jogados diretamente na leito do ribeirão.

**Figura 23 – Localização de galpão às margens do ribeirão Ubá**



Fonte: <https://www.facebook.com/miguel.batista.77><sup>42</sup>

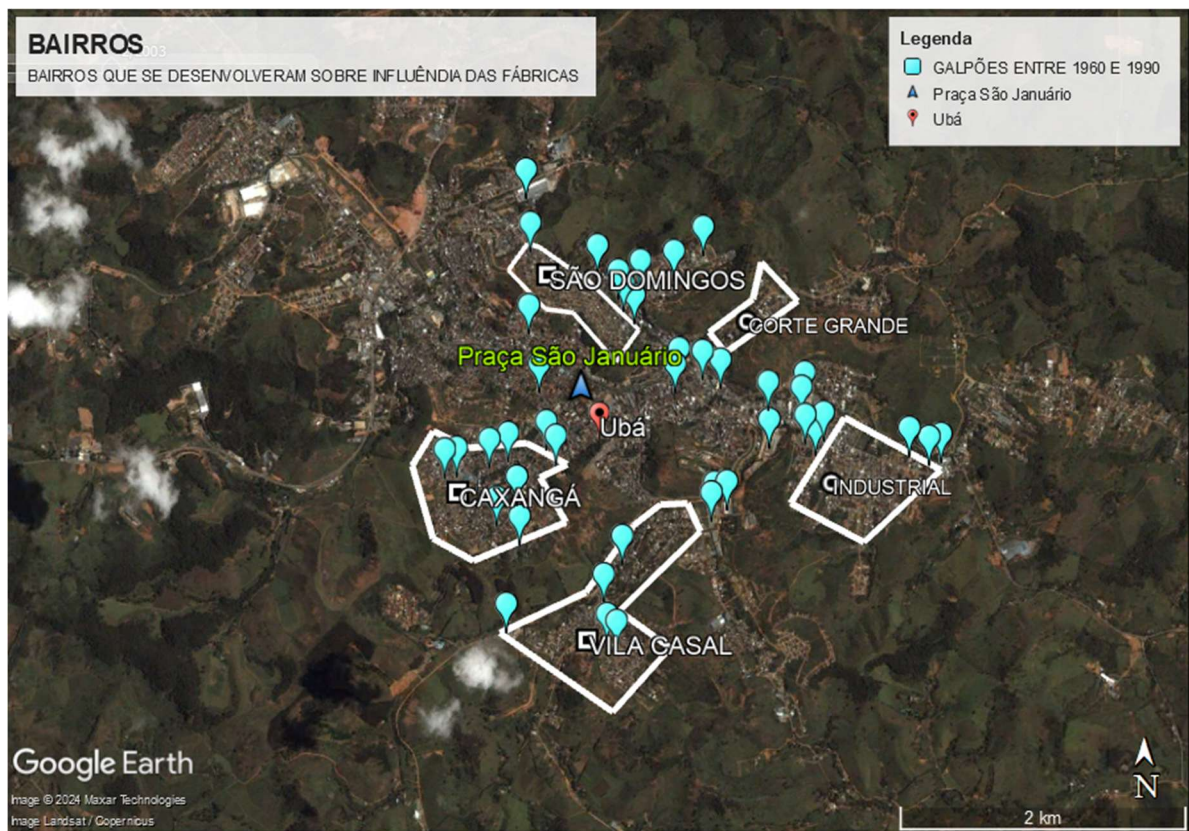
---

<sup>42</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=6335582146480021&set=pb.100000848942172.-2207520000.&type=3> Acesso em: 26 abr. 2023.

Tomando como direcionamento esse entendimento de que, no primeiro momento do processo de industrialização ocorrido no município de Ubá, temos, em certa medida, uma disposição das fábricas na centralidade urbana, serão apresentadas algumas percepções relacionadas à influência das atividades industriais na formação da paisagem urbana.

Partindo da perspectiva de que para o desenvolvimento dessas indústrias era essencial contar com contingente de trabalhadores que, dentro da dinâmica produtiva, estivessem próximos ao seu local de trabalho. Não havendo, nesse sentido, nenhum tipo de empreendimento onde a intencionalidade fosse justamente atender à demanda crescente de pessoas que se estabeleciam na cidade atraídos pelas novas possibilidades de trabalho, devemos considerar o crescimento de bairros como São Domingo, Caxangá e Vila Casal.

**Figura 24 - Localização das fábricas em Ubá e principais bairros**



Fonte: Elaborado pelo autor com base em imagens do Google Earth (2024). Imagens com datação de 2003

Quando se compreende a formação do polo moveleiro dentro do município de Ubá, constata-se uma alteração demográfica que se reflete principalmente nos bairros onde a massa trabalhadora se encontrava. No caso dos bairros acima citados, um fator que merece destaque é a proximidade dos mesmos em relação à região central da cidade. Essa proximidade, quando se

verifica um primeiro momento das indústrias de móveis localizadas nesse perímetro mais próximo à centralidade, favorece ao crescimento do número dos moradores nessas comunidades. A proximidade com o local de trabalho e o baixo valor dos imóveis dentro destes bairros são fatores que endossam tal argumento.

Na observação da imagem anterior, podemos ver a localização desses bairros dentro da malha urbana. Ao considerar a localização dos galpões assinalados, percebe-se que, nesse contexto, essas comunidades atendiam aos interesses dos industriais em se constituírem como locais para moradia dos operários, facilitando a mobilidade dos mesmos em relação ao local de trabalho. Em contrapartida, para os trabalhadores, que tinham como principal meio de transporte as bicicletas, residir próximo ao local de trabalho era algo a se considerar.

No trabalho de pesquisa realizado, tendo como fontes primárias os jornais de circulação na cidade, foram encontrados editais de loteamentos<sup>43</sup> nesses bairros nos primeiros anos da década de 1980. Tal fato demonstra que, nessas comunidades, surge uma demanda por moradias no contexto em que o polo moveleiro começa a se constituir.

**Figura 25 – Expansão do Bairro Vila Casal e Edital de loteamento**



Fonte: Criado pelo autor, com base em imagem do Google Earth e Jornal *Cidade de Ubá*

<sup>43</sup> Após 1979, a Lei 6.766/1979 passou a dispor sobre o registro de loteamentos nos Cartórios de Registro de Imóveis.

No bairro Vila Casal, podemos considerar também o fato de o mesmo ser cortado pela ferrovia. É sabido que, no mercado imobiliário, os terrenos que margeiam as ferrovias têm um menor valor, possibilitando a aquisição pelos trabalhadores.

Na figura a seguir, destacamos um loteamento localizado à Rua Tenente Pedro Batalha, no bairro Caxangá, divulgado no ano de 1962. Na rua citada, existiam, nesse período, alguns pequenos galpões utilizados na fabricação de móveis. No caso específico desse loteamento, os terrenos à venda ocupavam uma área de encosta de morro e, conseqüentemente, eram terrenos com valor mais acessível.

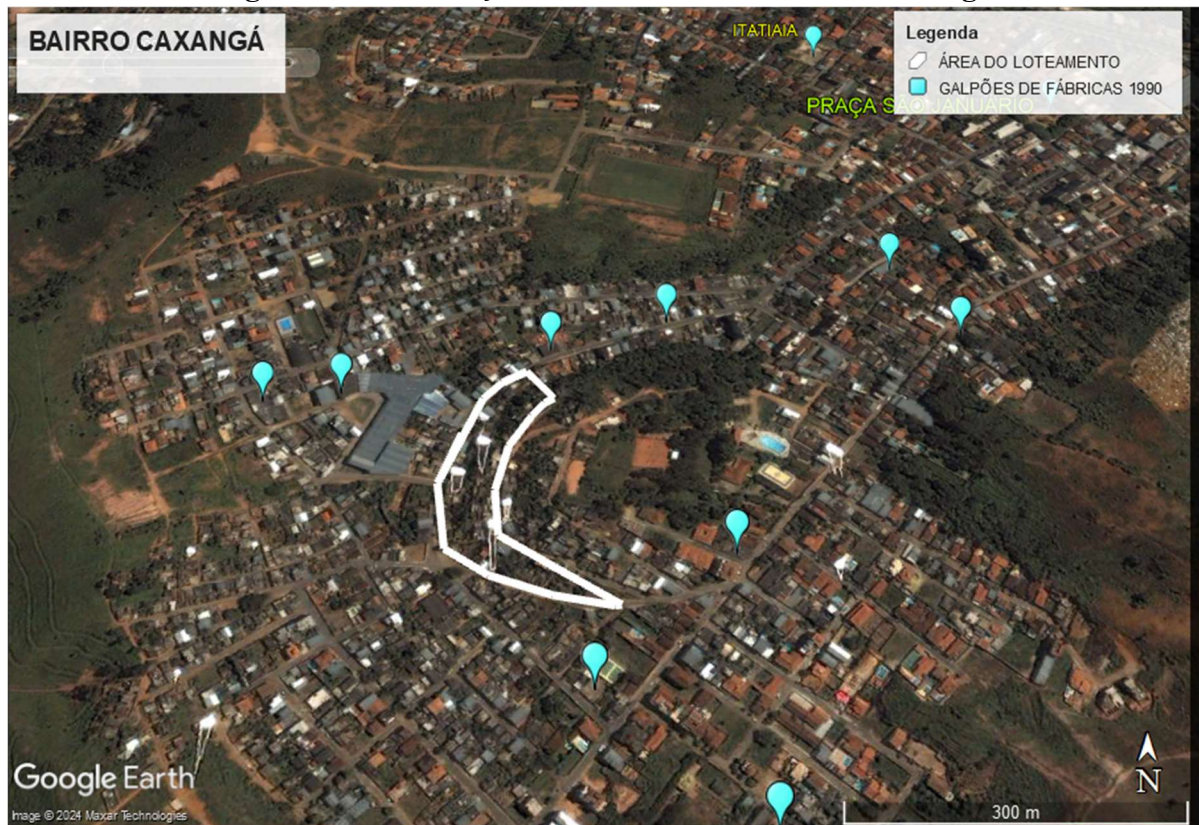
**Figura 26 – Edital de loteamento no Bairro Caxangá**



Fonte: Jornal *Cidade de Ubá*

A imagem a seguir permite a visualização em evidência do loteamento apresentado acima. Nela também podemos observar, pelos elementos em destaque, a presença de galpões destinados à fabricação de móveis na região próxima. Outro ponto significativo está na proximidade deste bairro ao antigo galpão da Itatiaia e, conseqüentemente, à centralidade do município.

**Figura 7 – Localização do loteamento no bairro Caxangá**



Fonte: Elaborado pelo autor com base em imagens do Google Earth (2024). Imagens com datação de 2003

Outro bairro com relevância dentro do município é o São Domingos. Sua localização bem próxima à região central da cidade e sua grande concentração populacional conferem a esse bairro características específicas que merecem atenção dentro do contexto inicial de formação do polo moveleiro de Ubá.

Podemos destacar, que um importante empreendimento industrial se estabeleceu no Bairro Eldorado, próximo ao São Domingos, ainda em meados da década de 1960. A Wembley Roupas S/A, de propriedade do empresário e político José Alencar Gomes da Silva, foi uma grande empresa do setor de confecção que atuou na cidade por muitos anos. Na imagem a seguir podemos ter a percepção da localização dessa empresa no bairro acima citado e sua proximidade ao São Domingos.

**Figura 28 – Bairro Eldorado - o galpão da Wembley**



Fonte: <https://www.facebook.com/miguel.batista.77>.<sup>44</sup>

Ao analisarmos a fotografia, podemos perceber que, na década de 1960, em que a foto acima foi realizada, o bairro São Domingos ainda apresentava uma tímida ocupação. A maior concentração de construções vistas na foto está localizada nas partes mais baixas do morro, próximo à avenida principal do bairro.

**Figura 29 – Imagem bairros São Domingos e Eldorado**

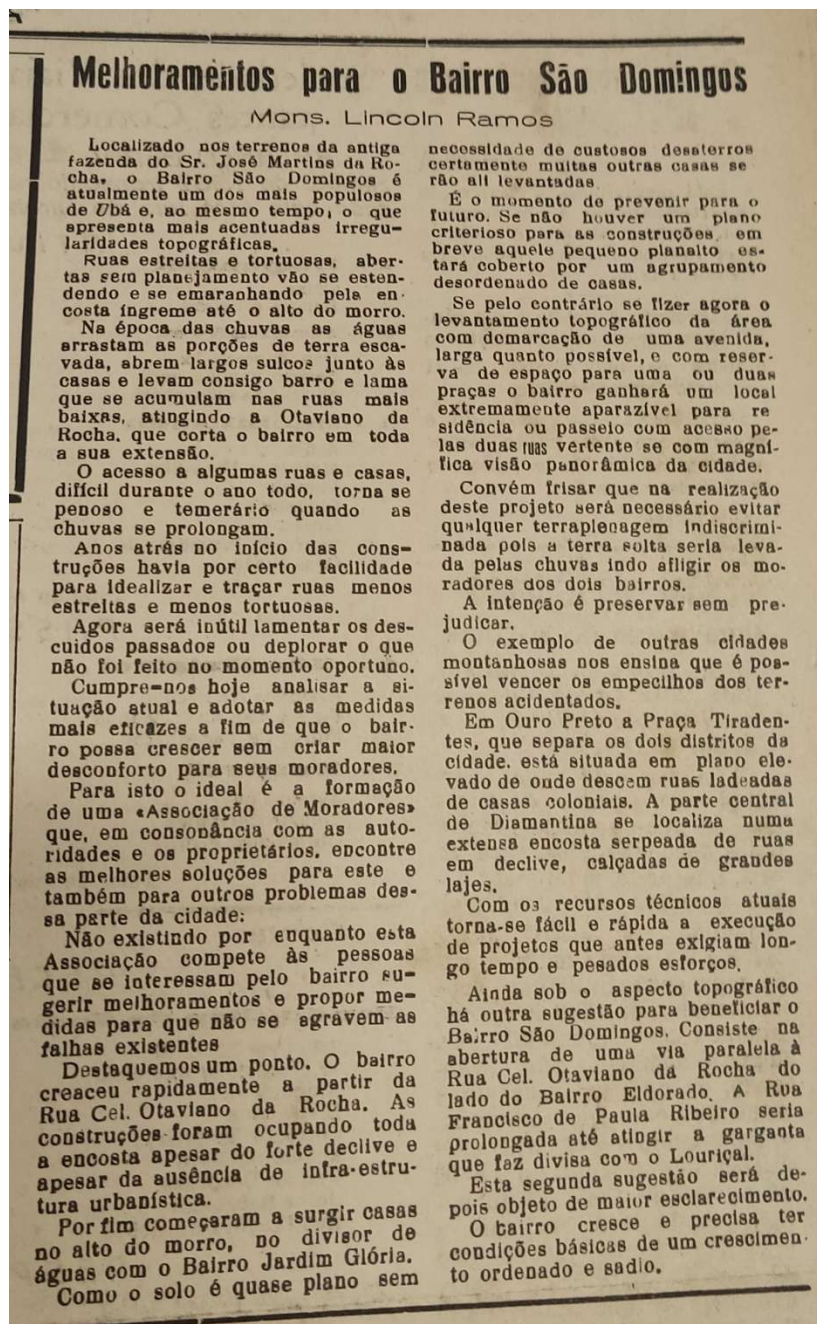


Fonte: Elaborado pelo autor com base em imagens do Google Earth (2024). Imagens com datação de 2003

<sup>44</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=6335582146480021&set=pb.100000848942172.-2207520000.&type=3> Acesso em: 26 abr. 2023.

Respalhando tais evidências, no trabalho de pesquisa junto aos jornais do período, foram encontradas algumas citações ao bairro São Domingos destacando alguns dos problemas vividos pela crescente população local. Na edição do jornal semanal *Cidade de Ubá*, número 2317 de 07 de agosto de 1983, Monsenhor Lincoln Ramos, clérigo responsável pela igreja do Divino Espírito Santo que atendia àquela comunidade, escreveu um artigo cobrando das autoridades responsáveis melhorias no bairro.

**Figura 30 – Recorte Jornal: Melhoramentos para o Bairro São Domingos**



Fonte: MELHORAMENTOS para o Bairro São Domingos. **Jornal Cidade de Ubá**, Edição nº 2306, 17 jul. 1983

Diante da percepção de que os bairros citados anteriormente tiveram seu crescimento relacionado ao período em que a cidade sofreu um decréscimo na produção agrícola e um aumento nas instalações fabris destinadas à fabricação de móveis, nas próximas linhas será feita uma análise sobre a evolução dessas comunidades, transformando-se em um elemento paisagístico de caráter vernacular.

Jean-Marc Besse (2014) define uma paisagem vernacular em seu livro "O Gosto do Mundo" como aquelas paisagens que são formadas pelo uso cotidiano e pelas práticas culturais de uma comunidade. Ele destaca que essas paisagens são construídas ao longo do tempo por meio das interações entre as pessoas e o ambiente, refletindo o modo de vida, as tradições e as adaptações ao meio natural e social. Essas paisagens não são planejadas de maneira formal, mas emergem organicamente a partir das práticas ali desenvolvidas.

É importante destacar que os referidos bairros, ao apresentarem um crescimento acelerado e sem planejamento, constituíram espaços que podem ser denominados como favelas. A utilização do conceito de favela, aqui empregado, está de acordo com o novo documento apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que orienta sobre a mudança da nomenclatura como reflexo da divulgação dos resultados do Censo Demográfico de 2022:

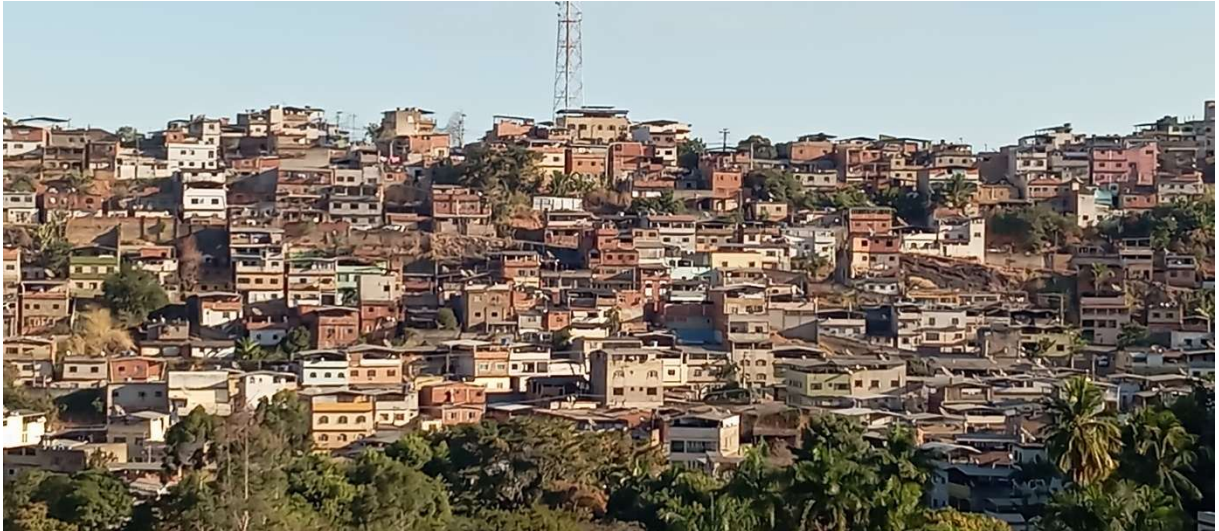
A presente nota tem como objetivo apresentar elementos metodológicos acerca da alteração da nomenclatura de “Aglomerados Subnormais”, utilizada pelo IBGE em seus censos e pesquisas, para “Favelas e Comunidades Urbanas”, retomando o termo “Favela”, utilizado historicamente pelo instituto desde 1950, junto ao termo “Comunidades Urbanas”, em consonância a seus usos e identificações mais recentes (IBGE, 2024).

O documento apresenta, ainda, a construção de uma abordagem sobre o conceito de favelas e comunidades urbanas, coerente com o direito constitucional à moradia e com o princípio do direito à cidade, garantido pelo Estatuto da Cidade. Nesse sentido, a nota do instituto define favelas como:

Territórios populares originados das diversas estratégias utilizadas pela população para atender, geralmente de forma autônoma e coletiva, às suas necessidades de moradia e usos associados (comércio, serviços, lazer, cultura, entre outros), diante da insuficiência e inadequação das políticas públicas e investimentos privados dirigidos à garantia do direito à cidade. Em muitos casos, devido à sua origem compartilhada, relações de vizinhança, engajamento comunitário e intenso uso de espaços comuns, constituem identidade e representação comunitária (IBGE, 2024).

Nesse sentido, esses espaços representam a desigualdade socioespacial da urbanização. No caso de Ubá, os bairros São Domingos, Caxangá e Vila Casal apresentam características que se consolidaram durante o processo de desenvolvimento da indústria moveleira na cidade, absorvendo grande parte do contingente de trabalhadores que buscavam moradia.

**Figura 31– Bairro São Domingos**



Fonte: Arquivo do autor

Essas comunidades urbanas se formam por meio de um processo de construção e urbanização vernacular único, que não só difere, mas é o próprio oposto, dos métodos tradicionais de arquitetura e urbanismo convencionais. Elas criam uma estética própria, uma estética das favelas, que é completamente diferente da estética da cidade formal e possui características distintas. As casas são, geralmente, construídas em mutirões com materiais de baixo custo e fáceis de encontrar, como tijolos aparentes, estruturas de concreto armado, esquadrias industrializadas, telhados de zinco e/ou amianto, pedaços de compensados industrializados, madeiras, latas, lonas, entre outros. Essas casas, no entanto, têm uma estrutura inicial precária, pois o principal objetivo é proporcionar moradia. Com o tempo, elas vão sendo melhoradas em um processo conhecido como bricolagem, onde as obras nunca têm fim, pois não seguem um projeto específico e estão em constante mudança e fragmentação.

Outro aspecto significativo referente a esses espaços é a questão da constituição de uma identidade e representação comunitária que se origina nas relações de vizinhança e compartilhamento dos espaços. Essas comunidades, como locais de vivência dos trabalhadores, tornam-se locais de sociabilidade e interação fora dos espaços de trabalho. Na terceira seção do

presente trabalho, essa abordagem será considerada, destacando sua importância como locais de memória.

A formação do polo moveleiro em Ubá oferece um estudo de caso valioso sobre como a ausência de planejamento urbano e regulamentação pode moldar uma cidade. A industrialização desordenada resultou em uma paisagem urbana de maneira única.

Na dinâmica produtiva e mediante a complexidade que envolve a logística para o recebimento de matéria-prima e escoamento da produção, essa configuração espacial das fábricas na área urbana central de Ubá, constatada dos anos 1960 até 1990, tornou-se inviável e incapaz de absorver a expansão e crescimento do setor industrial moveleiro, que se verifica a partir dos anos de 1980.

Atendendo à essa necessidade, constatamos as primeiras empresas do setor moveleiro que realizam movimentações em sua estrutura produtiva com o deslocamento de antigos espaços, na área central, para regiões periféricas e localizadas estrategicamente próximas à rodovia que corta o município. O início dos anos de 1980 trouxe consigo um dos fatos mais significativos para a compreensão da influência das fábricas de móveis na constituição do espaço urbano e na formação de uma paisagem específica na cidade de Ubá. A construção do novo e moderno galpão da Itatiaia Móveis. Pela relevância atribuída, analisaremos esse caso mais adiante em um subcapítulo específico.

## **2.3 A INFLUÊNCIA DOS GALPÕES**

### **O caso da Itatiaia.**

Fundada em 1964, a Itatiaia transformou-se na mais importante empresa moveleira de Ubá. Especializada na fabricação de móveis de aço, é a maior fabricante de cozinhas do Brasil, com aproximadamente 1.200 funcionários diretos, exportando seus produtos para outros países da América do Sul, América Central e África.

Em nosso estudo, se faz extremamente importante analisar os impactos causados no processo histórico de construção da paisagem urbana ubaense, a partir da instalação do complexo industrial da Itatiaia, na região oeste da cidade, no ano de 1980. Inicialmente localizado à Avenida Raul Soares, na porção central da cidade, com grande proximidade à Praça São Januário, o galpão de produção da Itatiaia até então utilizado foi, em parte, desativado e suas atividades ligadas à fabricação de armários de aço foram levadas para um

novo espaço. Um empreendimento moderno e condizente com a capacidade de crescimento da empresa.

**Figura 32 – Galpão Itatiaia localizado na Avenida Raul Soares**



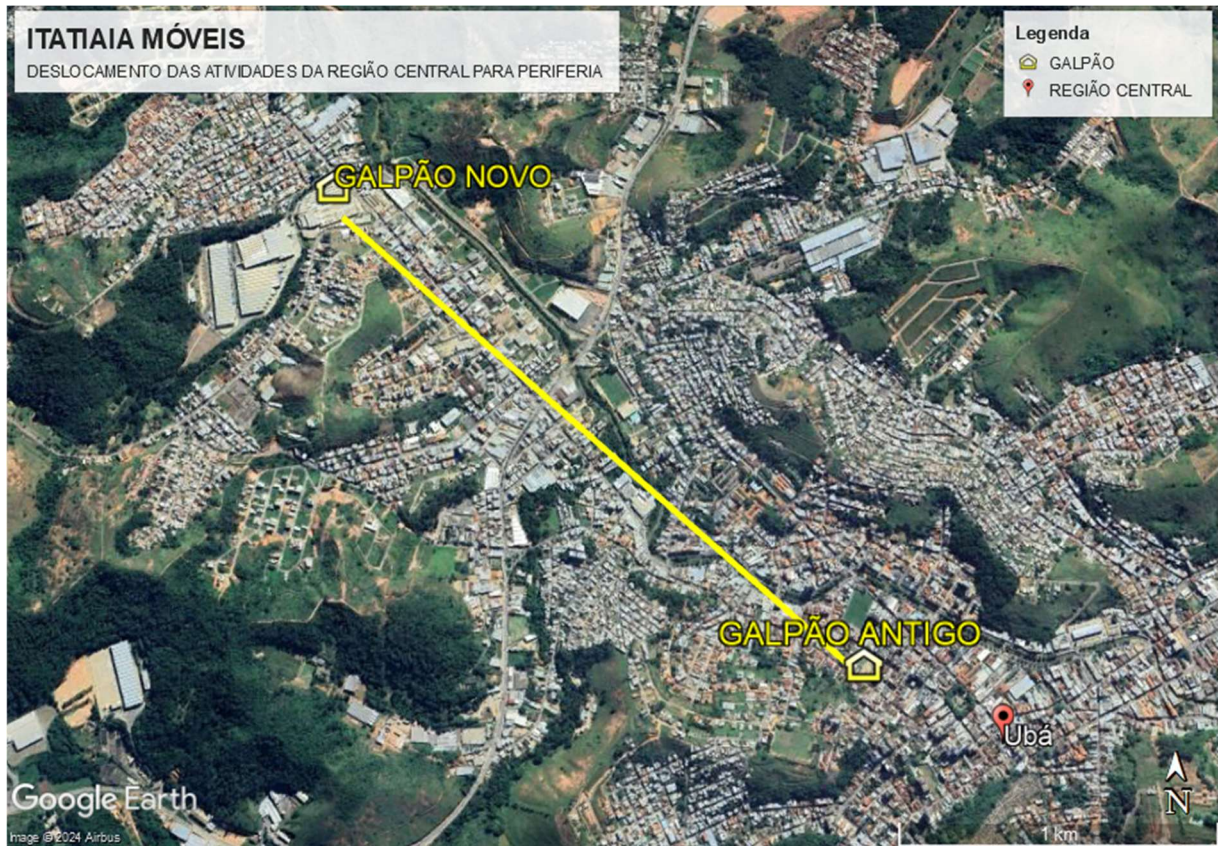
Fonte: <https://www.facebook.com/miguel.batista.77><sup>45</sup>

A mudança e instalação da fábrica Itatiaia na região oeste da cidade, em uma área que até os anos iniciais da década de 1980, ainda não apresentava uma ocupação efetiva, com baixa densidade de construções, trouxe significativas transformações urbanísticas e contribuiu para a formação de novos bairros. Iniciou-se uma tendência de deslocamentos de empresas moveleiras para as regiões periféricas do município. Tal fato pode ser observado com a criação de um novo parque industrial da Parma Móveis, do Móveis Apolo e a instalação da Paropas.

**Figura 33 – Localização da Itatiaia Móveis**

---

<sup>45</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=6335582146480021&set=pb.100000848942172.-2207520000.&type=3> Acesso em: 26 abr. 2023.



Fonte: Elaborado pelo autor(2024) com base em imagens do Google Earth (2024)

No processo de pesquisa, junto ao Arquivo Histórico de Ubá, percebemos em publicações do Jornal *Cidade de Ubá*, referências a esse fato, onde se exalta a magnitude de tal empreendimento e se aponta a importância de tal ação para o desenvolvimento da cidade. Deve-se destacar que, nesse momento da história do polo moveleiro ubaense, as indústrias moveleiras ainda não haviam alcançado seu *status* de principal atividade econômica. Dentro do limite temporal estabelecido em nossa pesquisa, as fontes primárias utilizadas, no caso, o jornal semanal *Cidade de Ubá*, nota-se a ausência de referências e publicações relacionadas à atividade industrial moveleira no município. Essa observação é válida até o ano de 1985, período até aquele momento analisado.

Como exceção, a mudança da Itatiaia para o novo espaço foi referenciada em algumas edições do periódico *Cidade de Ubá*, indicando assim, sua importância local e as expectativas geradas pela ação empreendedora de seu presidente, Lincon César Pena Costa. Nas notas jornalísticas abaixo, podemos observar essas indicações e compreender um pouco da relevância dessa empresa no âmbito local. Sua capacidade produtiva e a geração de empregos são alguns dos pontos significativos relacionados. Cabe também destacar que a referência citada em relação à nova localização está diretamente ligada a duas comunidades rurais: Barrinha e

Miragaia. Essa referência às localidades sugere a compreensão de que a região do município onde a empresa se instala caracteriza-se como uma área de baixa densidade populacional e pouco urbanizada até então.

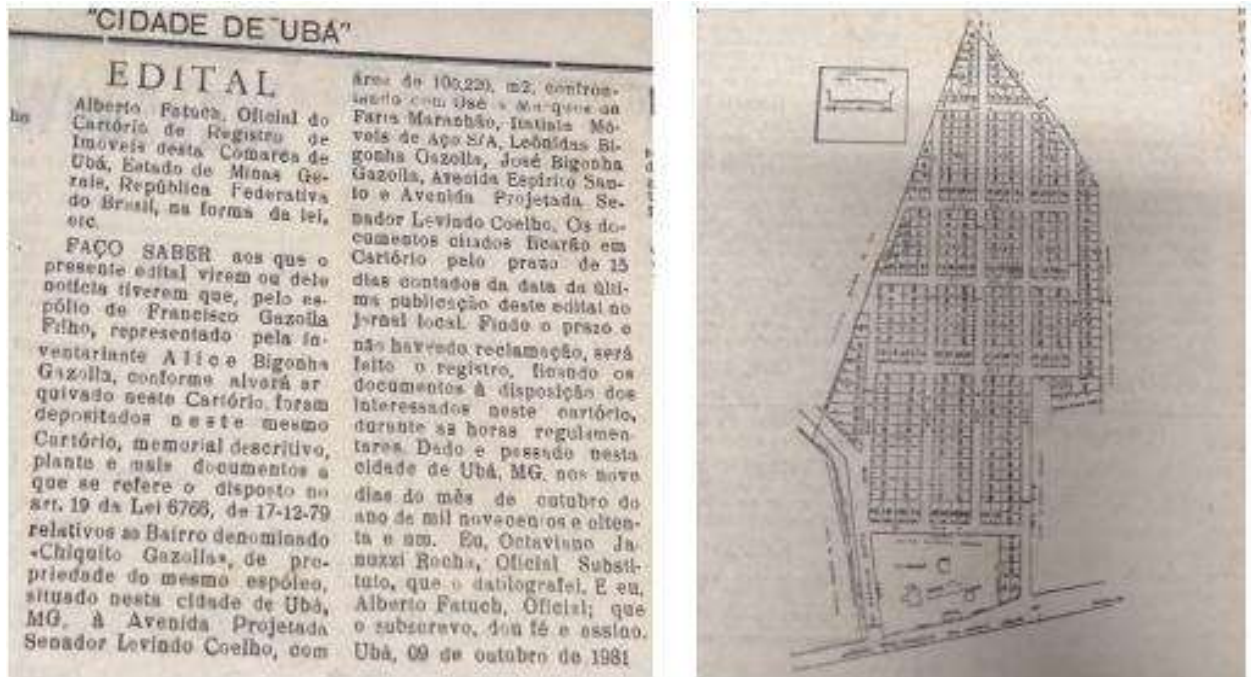
**Figura 34 – Notas sobre as novas instalações da Itatiaia Móveis**



Fonte: ACONTECÊNCIAS. **Jornal Cidade de Ubá**, Edição de 22/01/1980; ITATIAIA Móveis de Aço. **Jornal Cidade de Ubá**, Edição de 15/02/1981

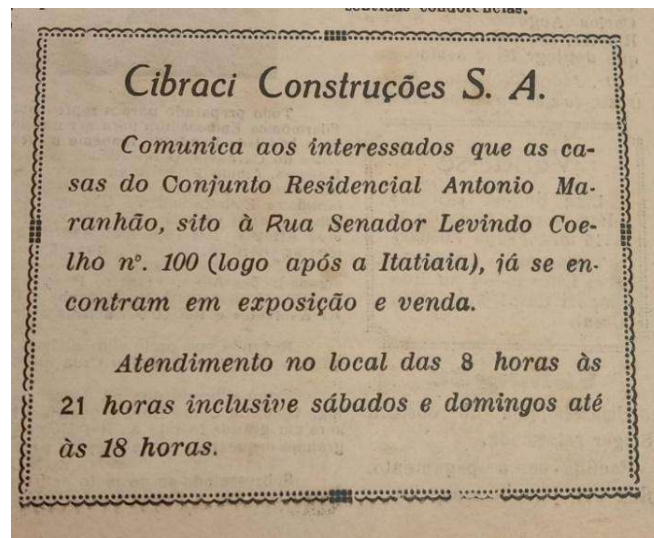
Ao analisarmos o contexto envolvendo o processo de deslocamento e instalação da Itatiaia Móveis na Zona Oeste da cidade, verificamos a ocorrência de uma expansão da malha urbana representada pela dinâmica no surgimento de loteamentos populares periféricos e conjuntos habitacionais populares. Essa evidência foi constatada, como pode ser percebida, em anúncios publicitários e editais de loteamentos, que no período posterior à instalação da fábrica nessa região, passaram a ser publicados nos jornais locais.

**Figura 35 – Edital do loteamento Bairro Chiquito Gazolla**



Fonte: EDITAL. **Jornal Cidade de Ubá**, Edição nº 2306, 17 jul. 1983.

**Figura 36 – Nota publicitária de vendas de imóveis Cibraci**

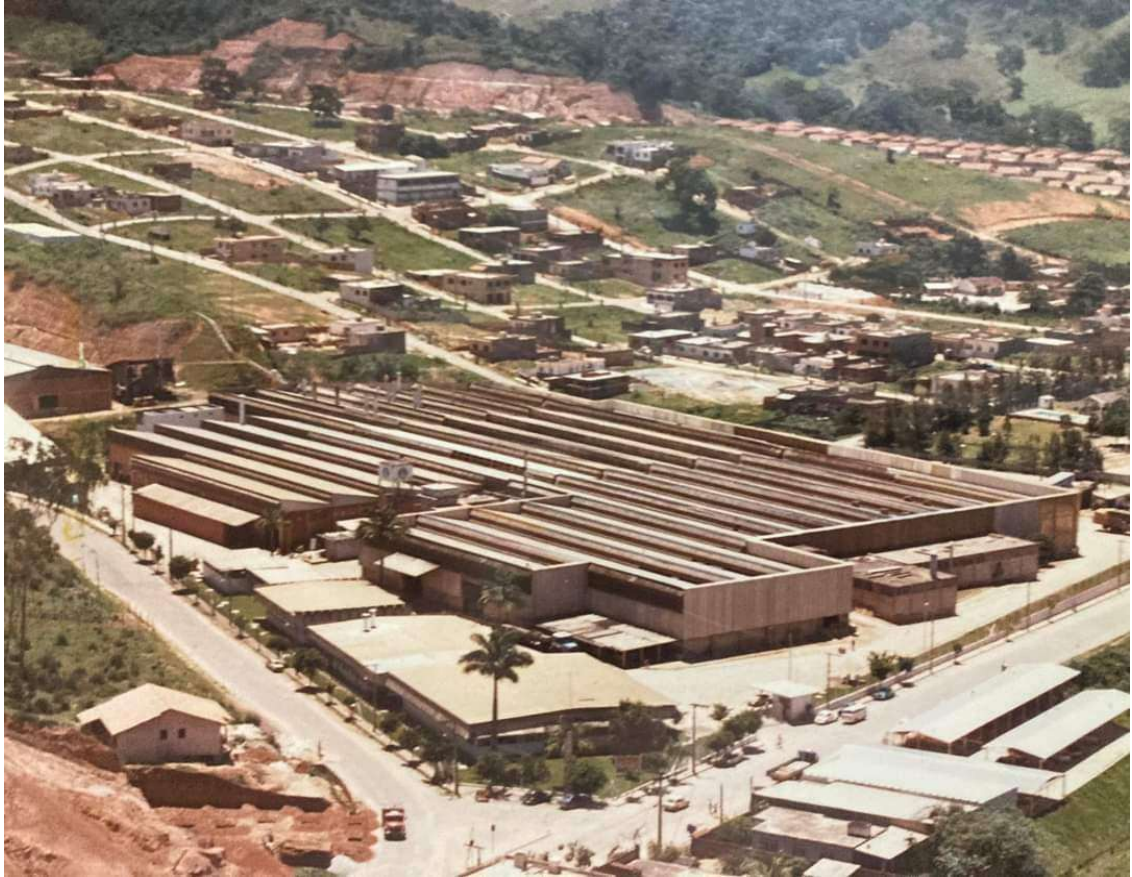


Fonte: CIBRACI Construções S. A. **Jornal Cidade de Ubá**, Edição nº 2292, 23 jan. 1983

Na figura a seguir, temos uma fotografia com data de registro por volta de 1985. Nela podemos constatar o significativo crescimento de construções destinadas à moradia na área próxima ao complexo industrial da Itatiaia. Respectivamente, temos a visão dos bairros Chiquito Gazolla e Cibraci. Estes bairros, por sua vez, apresentam características que os

aproximam das classes com padrão de vida médio. O valor dos imóveis e os tipos de construções que se apresentam não podem ser, de imediato, associados aos operários.

**Figura 77 – Fábrica Itatiaia e Bairros Chiquito Gazola e Cibraci**



Fonte: <https://www.facebook.com/miguel.batista.77><sup>46</sup>

De certa forma, podemos inferir que no período correspondente aos anos 1980, houve um crescimento perceptível da malha urbana diretamente relacionado à construção espacial promovida pela expansão das indústrias no município e um conseqüente aumento populacional.

Em Ubá, não há especificamente o planejamento de criação de um bairro operário. Não foi encontrado, nos jornais pesquisados, nada que indicasse a preocupação por parte do poder público. Percebe-se que alguns bairros assumem essas características, devido à proximidade em relação às fábricas. No caso dessa reestruturação espacial provocada pela dinâmica do deslocamento de uma grande empresa do setor moveleiro para essa região da cidade, um bairro que apresenta em sua formação tais aspectos, é o Antonina Coelho, popularmente conhecido

---

<sup>46</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=5909694695735437&set=pb.100000848942172.-2207520000.&type=3> Acesso em: 26 abr. 2023.

como “COHAB”. Sua criação coincide com a chegada da Itatiaia a essa região da cidade e o tipo de imóvel disponibilizado se enquadra dentro das possibilidades de aquisição do operariado local.

**Figura 38 – Bairro Antonina Coelho/Cohab**



Fonte: <https://www.facebook.com/miguel.batista.77> <sup>47</sup>

Entendendo que o processo de transformação do espaço urbano está diretamente relacionado ao processo de produção capitalista, que a atuação dos seres humanos como agentes sociais conduz à uma reestruturação da paisagem urbana, devemos observar que no caso da cidade de Ubá, atrelado a fatores e interesses do setor imobiliário, a presença da fábrica de móveis Itatiaia foi fator determinante para mudanças significativas e formação de uma paisagem urbana industrial. Neste sentido, torna-se necessária a comparação, através das imagens apresentadas a seguir, das transformações percebidas em relação à construção espacial, ocasionadas pela expansão da indústria moveleira em Ubá.

**Figura 39 – Região próxima à Itatiaia entre 2000 e 2020**

---

<sup>47</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=5909694695735437&set=pb.100000848942172.-2207520000.&type=3> Acesso em: 26 abr. 2023.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em imagens do Google Earth (2023)

A capacidade da indústria de se destacar em relação às outras atividades econômicas é um fator importante na produção e expansão do espaço urbano em Ubá. Além de contribuir para a nova centralidade da cidade, a indústria moveleira também se expressa no espaço através da formação da periferia urbana. Com a expansão geográfica da indústria, houve um aumento no número de loteamentos residenciais na periferia, o que ampliou a mancha urbana.

A localização dessas novas residências demonstra não apenas a influência das indústrias, mas também as características da periferia da cidade. A segregação não ocorre apenas pela renda da classe operária, mas também pela localização de suas ocupações, muitas vezes negligenciadas pelo governo (CURI, 2020).

Compreender como a expansão industrial influencia a formação da periferia de Ubá é crucial para entendermos como a cidade se organiza e se desenvolve. Ao analisarmos a Itatiaia como um importante agente de transformação da área urbana, percebemos a forte ligação entre a atividade industrial e o crescimento das cidades. Essa relação revela de que maneira a produção capitalista não apenas altera a paisagem, mas também afeta diretamente a vida dos trabalhadores, moldando a realidade local.

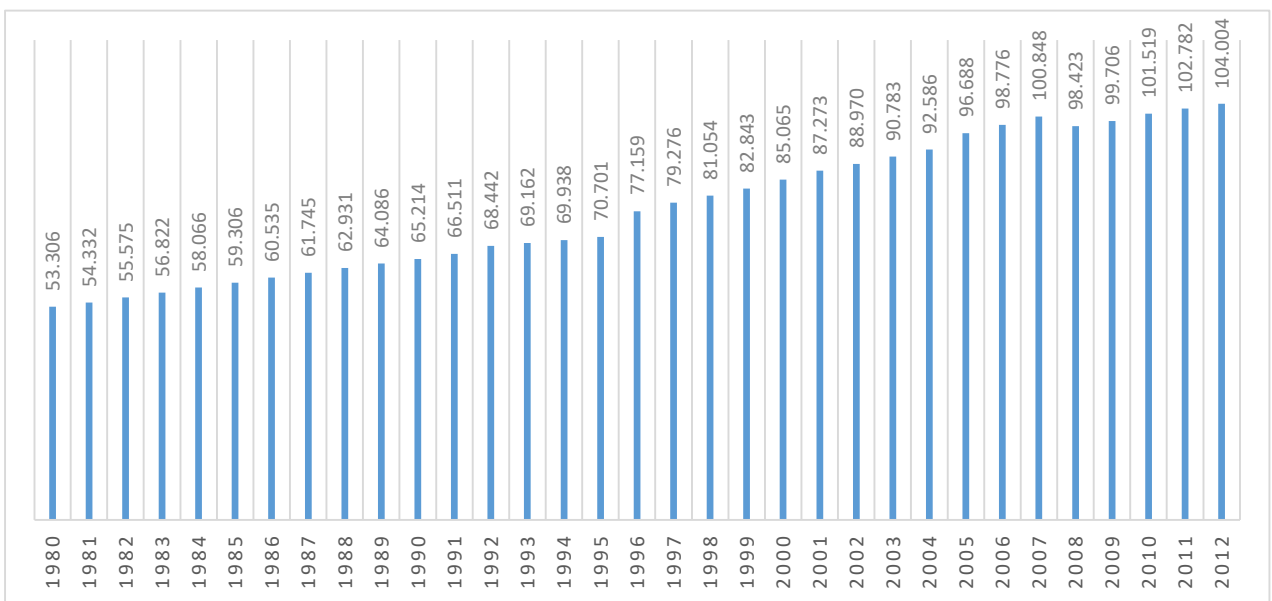
O estudo do impacto da instalação da Itatiaia na região oeste de Ubá revela profundas transformações na paisagem urbana e no desenvolvimento do município. A mudança da fábrica para essa área pouco ocupada até a década de 1980 desencadeou um processo significativo de urbanização, marcado pelo surgimento de novos bairros e pela expansão industrial.

A Itatiaia, ao se estabelecer como uma das principais indústrias moveleiras da cidade, não apenas consolidou Ubá como um polo moveleiro de destaque, mas também influenciou diretamente a formação de novas áreas residenciais. A criação de bairros como Chiquito Gazolla e Cibraci, bem como a ocupação da região pela COHAB Antonina Coelho, ilustra como a presença da fábrica atraiu trabalhadores e fomentou o desenvolvimento de loteamentos populares.

### Os galpões expandem a cidade.

Paralelamente ao seu crescimento industrial, a cidade de Ubá passou por um significativo aumento populacional. A partir de dados obtidos na plataforma do Governo Federal DATASUS, foi elaborado um gráfico onde podemos perceber o crescimento demográfico no município como algo possivelmente ligado ao processo de industrialização em ocorrência.

**Gráfico 3 - Crescimento da População de Ubá – 1980-2012**



Fonte: autoria própria<sup>48</sup>

<sup>48</sup> Dados extraídos do portal: DATASUS Tecnologia da Informação a Serviço do SUS. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?ibge/cnv/popmg.def>. Acesso em: 17 jan. 2023.

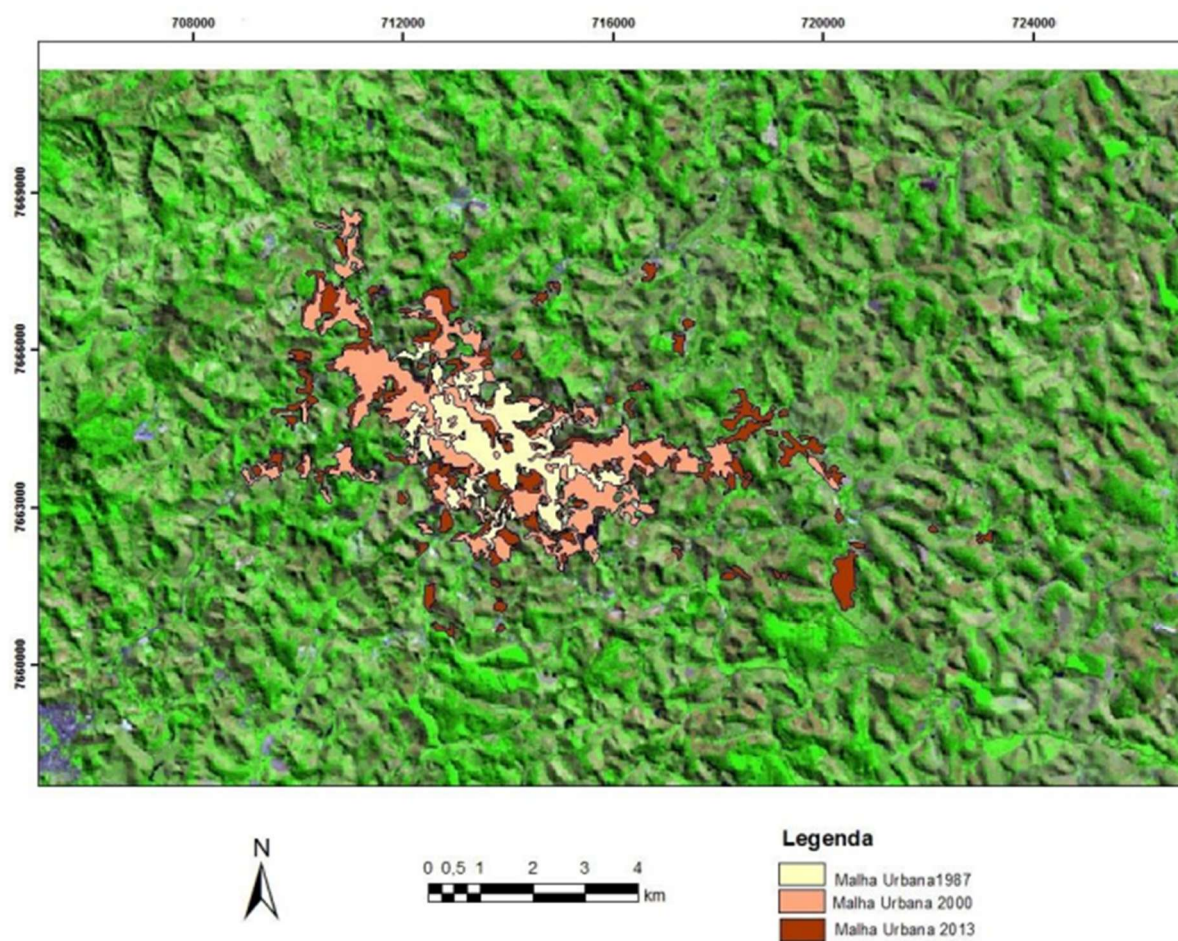
Durante o século XX, a área urbana do município de Ubá vivenciou uma notável ampliação devido ao considerável aumento populacional causado pelas distintas atividades econômicas que moldaram cada período histórico. Esse crescimento demográfico resultou na expansão substancial da área urbana, notadamente a partir de 1970, quando a população urbana ultrapassou a população rural, impulsionado pelo processo de industrialização e possível êxodo rural. Esse fenômeno desencadeou diversas alterações na paisagem, devido à intervenção humana.

Essa força de trabalho inevitavelmente fixou residência na cidade, desempenhando um papel significativo na modificação do mercado imobiliário local. Em decorrência do aumento na demanda por moradias, esse mercado se dinamiza, resultando no incremento do número de empreendimentos imobiliários e no aumento dos valores de imóveis e terrenos urbanos, tanto para transações de compra e venda quanto para locações.

No caso específico do município de Ubá, um fator recorrente nos últimos anos é a criação de novos loteamentos e o surgimento de novos bairros. Conforme analisado anteriormente, temos a percepção de que esses empreendimentos acompanham de forma sistemática a dispersão dos galpões industriais pela malha urbana, característica que impacta profundamente na atual paisagem urbana industrial ubaense e – de diferentes maneiras - na vida de seus moradores.

Sobre essa expansão, utilizando dados adquiridos a partir do processamento das imagens orbitais do TM/Landsat 5 e do OLI/Landsat 8, Teixeira et al. (2015) verificaram que, em 26 anos, entre 1987 e 2013, a cidade obteve um crescimento significativo de 351% de sua malha urbana. De acordo com os autores, essa expansão da malha urbana concentrou-se nas regiões Noroeste/NW e Sudeste/SE da área municipal ubaense.

**Figura 40 – Evolução da mancha urbana de Ubá nos anos de 1987, 2000 e 2013**



Fonte: TEIXEIRA *et al.*, 2015

Em relação à direção desse crescimento no sentido noroeste, lembramos que coincide com a região onde, no início dos anos 1980, se instalou a fábrica Itatiaia. No sentido sudeste, a análise das imagens de sensoriamento remoto nos traz a percepção, durante o período destacado, da construção de muitos galpões destinados à fabricação de móveis. A imagem a seguir contribui para esse entendimento.

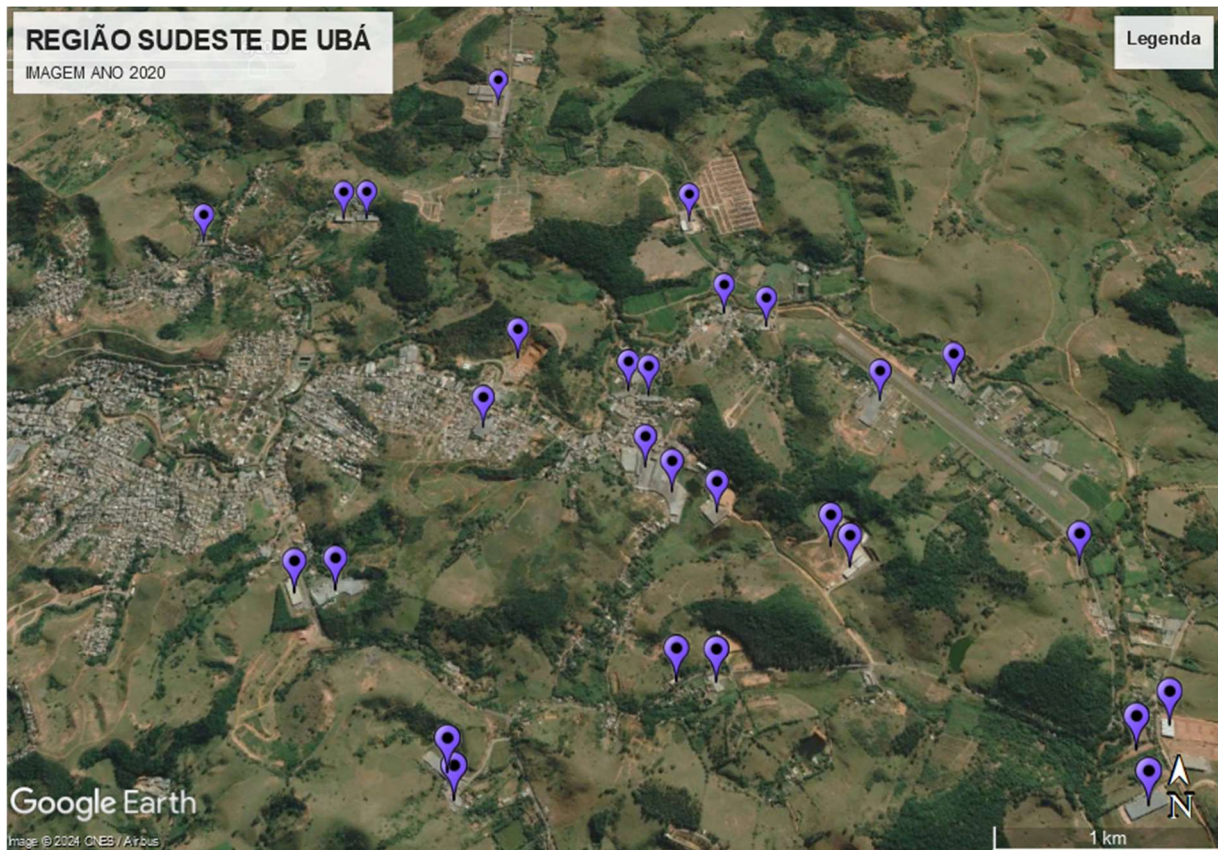
Figura 41 – Região Sudeste de Ubá entre 2002 e 2020



Fonte: Elaborado pelo autor com base em imagens do Google Earth (2024)

Ao analisarmos a imagem anterior, percebemos a expansão aparente da mancha urbana da cidade, que avançou em uma área onde, no segundo momento da industrialização em Ubá, houve a instalação de um grande número de galpões industriais. Na imagem a seguir, destacamos a localização de algumas dessas instalações que, conforme nossa pesquisa, foram construídas entre os anos de 1990 e 2020. Dessa forma, evidencia-se a estreita relação entre a dispersão das fábricas e o crescimento urbano dessa região do município.

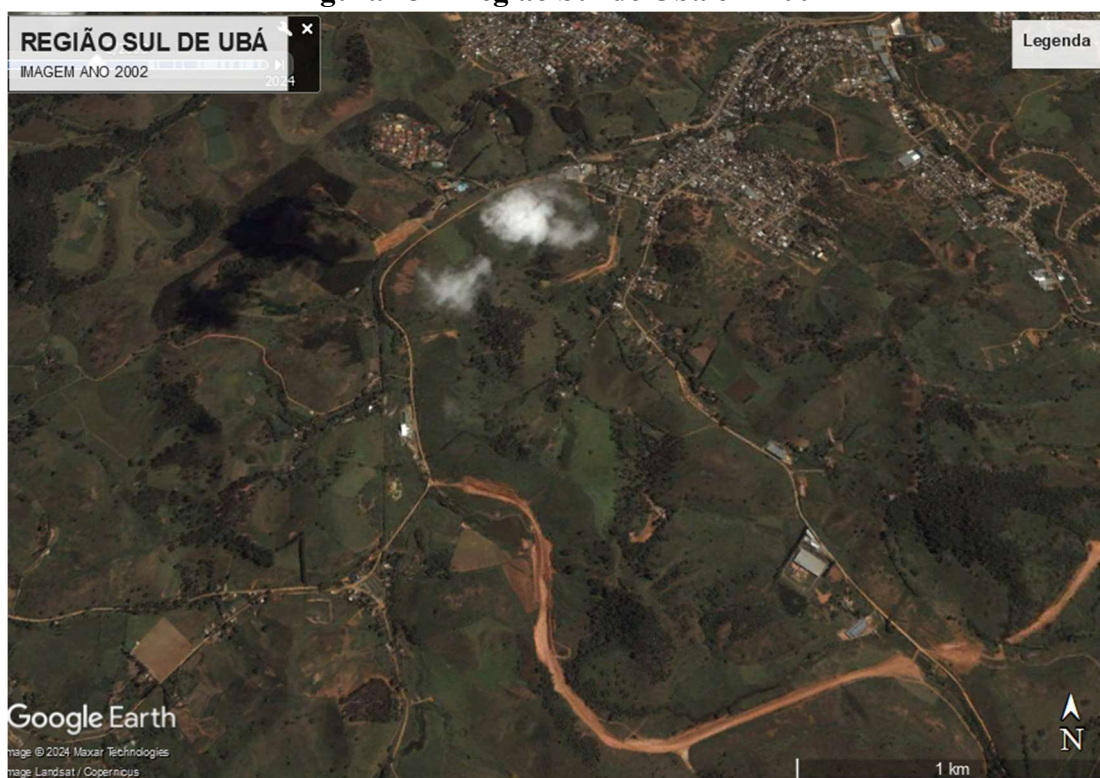
**Figura 42 – Galpões industriais na região Sudeste de Ubá**



Fonte: Elaborado pelo autor com base em imagens do Google Earth (2024)

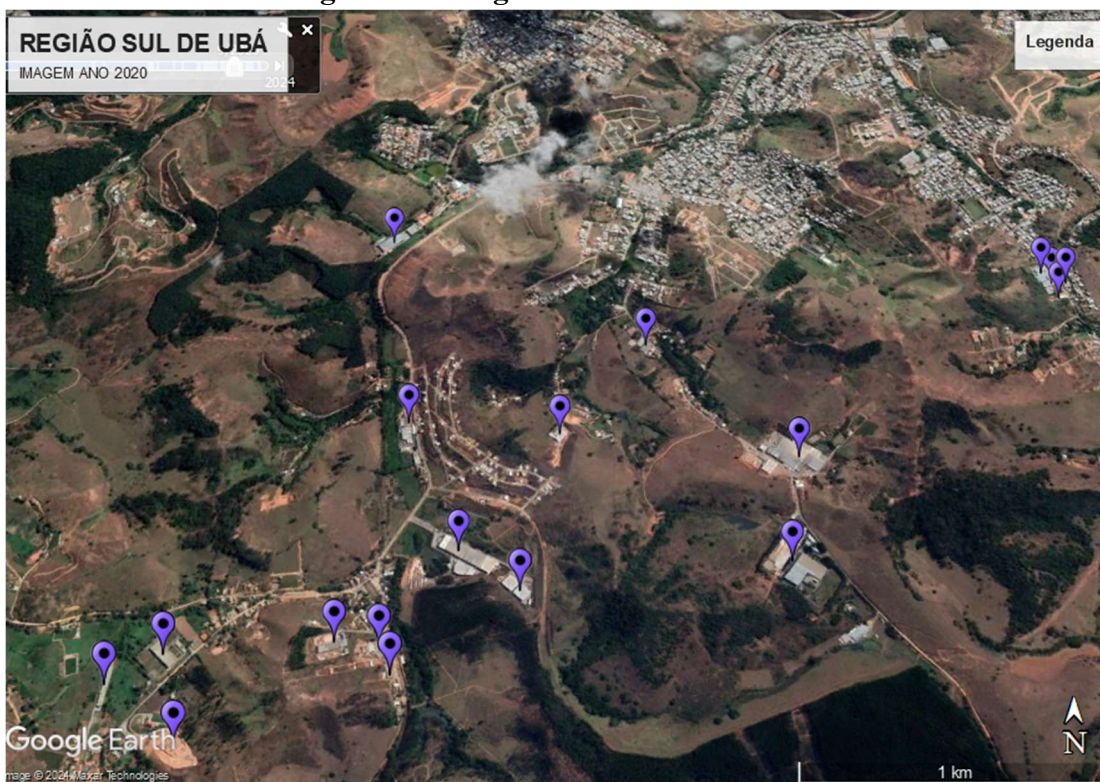
Outra região de Ubá que passou por um processo de desenvolvimento urbano semelhante é a região sul. Nas imagens a seguir, podemos observar como a presença de fábricas nessa área promoveu uma ocupação demográfica significativa nas duas primeiras décadas do século XXI.

Figura 43 – Região Sul de Ubá em 2002



Fonte: Elaborado pelo autor com base em imagens do Google Earth (2024)

Figura 44 – Região Sul de Ubá em 2020



Fonte: Elaborado pelo autor com base em imagens do Google Earth (2024)

Dessa forma, ao analisarmos como a presença de galpões para a fabricação de móveis em Ubá influenciou a expansão da malha urbana, fica evidente que há uma estreita ligação entre a industrialização e a urbanização. Observamos que a instalação dessas fábricas não apenas facilitou a criação de novas áreas habitacionais, mas também impulsionou o desenvolvimento de infraestrutura e serviços, moldando a dinâmica social e econômica da cidade e região. Assim, com a expansão urbana de Ubá, evidencia-se que cada novo galpão construído não é apenas um espaço de produção, mas um agente transformador que contribui para a reconfiguração e ocupação do espaço urbano de forma sistemática. Essa relação entre a indústria moveleira e o crescimento urbano nos leva a entender a importância de incluir essa perspectiva nas políticas de planejamento da cidade, promovendo um crescimento que seja mais integrado e sustentável para o futuro de Ubá.

### **2.3 – PAISAGEM EM TRANSFORMAÇÃO**

O direito à cidade vai além dos direitos individuais, é um direito coletivo. Esse aparece como uma “necessidade social” e nele está implícito o direito à liberdade, à individualização, ao meio e à moradia (LEFEBVRE, 2001).

Na atualidade, vemos uma cidade em constante transformação que exige uma reavaliação das ações relacionadas à sua expansão territorial. As categorias de áreas urbanas, os comportamentos sociais predominantes, as regulamentações de planejamento e as propostas de divisão entre espaço público e privado não são mais suficientes para enfrentar eficazmente as mudanças em curso. É essencial buscar respostas ou interpretações alternativas para a redefinição do conceito de “espaço urbano”: áreas de domínio público moldadas por diferentes situações que podem ser transformadas por atividades transitórias de diversos públicos (ALVES, 2007).

Dessa forma, não devemos mais limitar nossa compreensão do espaço urbano à sequencialidade cronológica, pois agora existem elementos de simultaneidade e circunstancialidade. Além disso, a ideia tradicional de centro/periferia está sendo substituída por territorialidades difusas e indeterminadas. Portanto, é mais significativo buscar novas maneiras de criar estruturas urbanas que reconheçam o espaço urbano como um espaço de experimentação, em vez de ficar preso na nostalgia de condições passadas. Investigar a paisagem do ambiente urbano contemporâneo e sua espacialidade pública implica considerar novas realidades de percepção (ALVES, 2007).

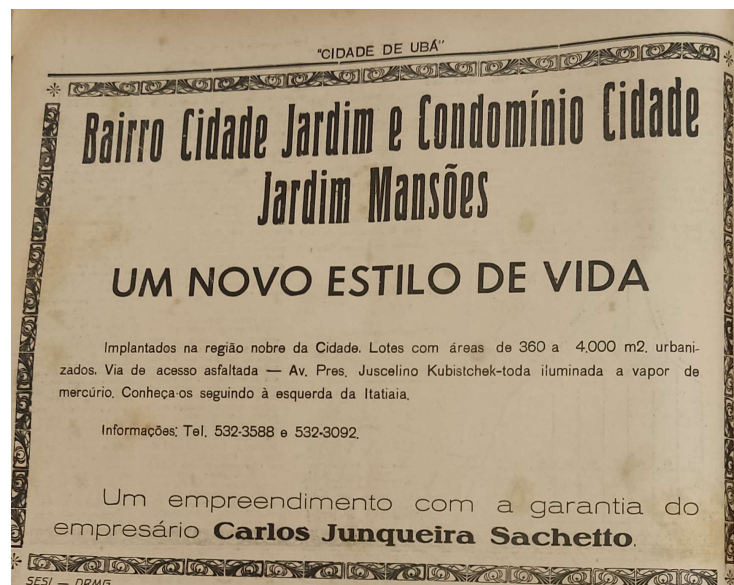
Para Campos Filho (1992), quando a industrialização ocorrida de forma rápida age no processo de crescimento das cidades, provoca a limitação dos recursos a serem investidos nas cidades, e concentração de renda, que se configura também no espaço, ocorrendo-se nas regiões mais centrais dos núcleos urbanos e em alguns bairros privilegiados, proporciona a elevação dos preços dos terrenos.

Nas cidades brasileiras, o padrão tradicional de expansão - com a riqueza concentrada na área central e a pobreza progressivamente deslocada para a periferia - intensificou-se ao longo do século XX. Somente após os anos 1970, observou-se algo semelhante ao modelo americano de suburbanização em algumas cidades, com a construção de condomínios de alto padrão em áreas mais afastadas (BÓGUS; TASCHENER, 2000).

Sendo assim, no Brasil, essa expansão urbana ocorre em duas direções: na perpetuação do modelo convencional da presença e expansão de uma "periferia carente" e no surgimento de empreendimentos residenciais mais "sofisticados", cercados por muros, fruto de uma exclusão deliberada por parte da população com maior capacidade financeira (COSTA E MARIA, 2010).

Em Ubá, por meio da pesquisa realizada, constatou-se que o processo de urbanização está diretamente relacionado ao avanço das fábricas de móveis. No momento em que há o deslocamento de galpões para a região periférica do município, ocorre o surgimento de novos bairros e, paralelamente, houve a criação de condomínios residenciais de alto padrão, semelhantes ao modelo americano. Na imagem a seguir, temos um anúncio de jornal com vendas de terrenos em um condomínio, datado no ano de 1983.

**Figura 45 – Anúncio do Condomínio Cidade Jardim Mansões**



Fonte: BAIRRO Cidade Jardim e Condomínio Cidade Jardim Mansões. **Jornal Cidade de Ubá**, 1983

Ao analisarmos a maneira como a expansão urbana acontece em Ubá, podemos considerar dois elementos fundamentais: um é o crescimento populacional, provocado principalmente pela demanda de mão de obra ligada ao processo de industrialização; o outro é a expansão física da malha urbana que acompanha ao deslocamento dos galpões industriais.

Nesse sentido, o que se observa é uma configuração do espaço urbano dispersa, horizontalizada e policêntrica que, de certa maneira, se aproxima do conceito de “*Urban Sprawl*”.

Ricardo Ojima (2015), ao escrever sobre os novos contornos da urbanização brasileira, faz uma revisão sobre o conceito de *urban sprawl*. Ele aponta que o termo, embora tenha surgido nos Estados Unidos, como uma forma pejorativa para designar a expansão descontrolada da urbanização e o fenômeno da disseminação dos subúrbios norte-americanos, deve ser visto de forma complexa e dentro das particularidades locais em que os processos de urbanização se moldam. Sobre tal conceito, ele explica:

Mas o uso do termo *sprawl* não deve ser reduzido apenas às formas de ocupação de estilo “suburbano” norte-americano e seu correspondente no caso brasileiro: os condomínios fechados. Isso seria um reducionismo perigoso, pois em termos metodológicos a abordagem utilizada pelos estudos que procuram avaliar o *sprawl* contém um conjunto de análises que escapam à tradição brasileira. Ou seja, a escala sobre a qual se dá este fenômeno assume dimensões que vão além da análise da cidade ou de sua formação histórica. A escala de análise do processo de dispersão urbana (*urban sprawl*) é uma escala regional onde a cidade extravasa os limites da continuidade física da mancha urbanizada (OJIMA, 2015).

Sendo assim, Ojima (2015) destaca que uma das características discutidas na literatura sobre a urbanização difusa, conhecida como “*sprawl*”, é o desenvolvimento urbano não-conurbado. Esse modelo se refere fundamentalmente à forma e à distribuição fragmentada da área urbanizada que vai além do que entendemos como cidade, pois está cada vez mais configurada sob os moldes de uma região ou “*cidaderegião*”. Isso implica um aumento das distâncias a serem percorridas. Nesse cenário, uma das questões que se relacionam com a expansão urbana e o conceito de “*urban sprawl*” é a crescente mobilidade da população e a relativa autonomia em seus deslocamentos diários dentro do ambiente urbano.

Considerando Ubá, a distribuição das fábricas pela mancha urbana em arquipélagos, traz grande dificuldade em relação à mobilidade urbana. A maioria dos trabalhadores cruzam a cidade, saindo de suas moradias para irem até o local de trabalho. Percorrendo percursos em

direções opostas, esses trabalhadores, nos horários antes do início do turno de trabalho e ao seu término, se encontram na centralidade urbana, gerando dificuldades para a mobilidade da população em geral. Problemas como congestionamentos e acidentes são frequentes, o que, em certa medida, acaba comprometendo a qualidade de vida desses trabalhadores e da população em geral. Há também que se considerar a ausência de políticas de incentivo e de melhorias para o uso do transporte público coletivo. O uso intenso do transporte automotivo, sobretudo de uso individual, também acarreta mais dificuldade e contribui para o aumento da emissão de gases poluentes.

Outra consequência desse processo de desenvolvimento urbano de forma dispersa podemos observar em determinadas regiões, um mescla de elementos urbanos e rurais. O avanço do capital industrial, de certo modo, contribui para tal evidência. A respeito desse fenômeno, Ibáñez (2014), em relação ao desenvolvimento das cidades espanholas escreveu:

El resultado de los procesos de crecimiento urbano disperso ha situado el hecho urbano ante una nueva fase que ya empezamos a denominar como la «urbanización del campo» o el «campo urbanizado», donde lo rural y lo urbano se entrelazan sin posibilidad de supervivencia por separado. Se producen, así, intercambios y prestaciones de servicios, mucho más complejas, que ligan el futuro común de ambas realidades, a través de flujos, visibles e invisibles, de personas, capitales, bienes, información y tecnología. Estas interacciones se producen en el terreno económico (comercio, desplazamientos diarios hasta y desde el lugar de trabajo, turismo y emigración); social, a través de las diferentes redes sociales, y político-administrativo (colaboración interadministrativa, desarrollo conjunto de políticas regionales), variando según la escala territorial en que se planteen (IBÁÑEZ, 2014).

Relacionado a este fato, podemos apontar de forma negativa, a pressão sobre as terras agrícolas causada pelo processo de urbanização disperso, um fenômeno que afeta aos pequenos produtores rurais, a sustentabilidade ambiental e o equilíbrio econômico das regiões ocupadas. As áreas urbanas em expansão frequentemente consomem terras agrícolas, muitas vezes as mais férteis e produtivas. Essas terras são convertidas em áreas residenciais, comerciais e industriais. No caso específico de Ubá os galpões industriais, atualmente, em sua maioria se encontram nas áreas urbanas de baixa densidade de edificações, conforme os critérios do IBGE.

Outro aspecto negativo em relação ao crescimento desordenado da urbanização em Ubá está relacionado as questões ambientais. Muitos dos galpões industriais e dos loteamentos que se espalham pela cidade foram construídos em Áreas de Preservação Permanentes (APP). Em muitos casos, a procura por terrenos planos que possibilitem uma engenharia de produção mais

eficiente acaba levando a ocupação de áreas com nascentes d'água e córregos que são canalizados. Loteamentos irregulares, que muitas vezes são construídos próximo aos empreendimentos fabris também são fatores de impacto negativo na administração dos recursos hídricos no município.

O crescimento desordenado da área urbana a partir do processo de industrialização que temos observado nas últimas décadas é um dos principais fatores que têm levado ao aumento tanto da frequência quanto da gravidade das inundações na cidade. Isso ocorre em grande parte devido à ocupação de encostas, à crescente impermeabilização do solo e à ocupação inadequada de áreas próximas aos cursos d'água.

**Figura 46 – Galpão industrial alagado em janeiro de 2024**



Fonte: Acervo do autor

O desenvolvimento disperso pode levar à falta de coesão social e comunitária, tornando mais difícil para as pessoas se conectarem e participarem de atividades sociais. A fragmentação dos espaços dentro das aglomerações urbanas torna-se cada vez mais uma forma de se defender diante dos riscos sociais na vida cotidiana e estaria refletindo a fragmentação da sociedade contemporânea (BAUMAN, 2007).

As fábricas de móveis, que tanto contribuíram para a identidade econômica da cidade, também desempenham um papel central na definição de seu espaço urbano, evidenciando implicações diretas na vida dos trabalhadores e na qualidade do ambiente que habitam.

Esses novos desafios exigem uma reexame das políticas urbanas e a necessidade de um planejamento efetivo que considere as especificidades locais. É urgente que a sociedade, juntamente com os gestores públicos, busque novos modelos de convivência que incluam a multidimensionalidade do espaço urbano e promovam a coesão social, evitando a fragmentação das relações comunitárias.

Portanto, é essencial reconhecer a importância de uma abordagem crítica e inclusiva sobre o desenvolvimento da paisagem urbana, que valorize não apenas a produtividade industrial, mas, principalmente, as vidas dos trabalhadores que constituem a essência da cidade. Somente assim poderemos construir um futuro onde todos tenham o direito de habitar e usufruir da cidade, em condições de igualdade e dignidade.

## **CAPÍTULO 3**

### **SAMBA, GOLS E TRADIÇÕES: MEMÓRIAS DOS TRABALHADORES ENTRE O MORRO E GALPÃO**

#### **3.1 – GALPÕES DA MEMÓRIA**

Mesmo com a transmissão eletrônica de dados de produção via satélites, a localização das empresas mantém sua materialidade no local. É importante considerar que, embora as referências sejam cada vez mais globais, a vida acontece e ganha significado no dia a dia. A relação entre espaço e tempo, assim como a interação entre elementos fixos e dinâmicos, destacam a totalidade de um processo que se manifesta de forma universal, mas permanece enraizado em um lugar.

É inspirador, mesmo que ainda muito longe do que se deseja, ver como algumas cidades brasileiras estão redescobrando e valorizando seu passado. Muitos esforços estão sendo feitos para preservar e restaurar o que restou das paisagens urbanas antigas. Isso é um objetivo importante e está sendo buscado por várias partes, especialmente pelos governos municipais. Até mesmo cidades com uma história mais recente estão adotando a prática de conservar os vestígios marcantes de sua formação histórica. Essa iniciativa reflete um desejo de reconectar-se com as raízes e manter viva a rica herança cultural de nossas cidades (ABREU,1998).

Nossa memória está ligada à história, segundo Halbwachs (1990). Ele divide a memória em dois tipos: pessoal (ou autobiográfica) e social (ou histórica). A memória social é mais ampla, abrangendo a história coletiva, já que a vida das pessoas se constrói a partir da história do grupo ao qual pertencem. As conexões entre indivíduo e coletividade definem suas relações, e os símbolos da memória coletiva têm grande importância, pois dão significado à vida social, garantindo a perpetuação da memória coletiva.

Ao nos referirmos à memória individual devemos entendê-la como uma categoria que está diretamente relacionada à memória das cidades. Através dela, podemos identificar lugares, momentos urbanos e espaços que já não existem. No entanto, de acordo com Abreu (1998), devemos estar atentos ao analisarmos esta categoria memória. Em seu artigo, Abreu enfatiza:

Há que se ter cuidado, entretanto, com a memória individual, já que, por definição, ela é subjetiva. Isto quer dizer que fazemos da nossa memória o que bem queremos. Há também um outro fato para o qual se precisa sempre atentar: o espaço da memória individual não é necessariamente um espaço euclidiano. Nele as localizações podem ser fluidas ou deformadas, as escalas podem ser multidimensionais, e a referência mais topológica do que geográfica (ABREU, 1998).

Ainda em Halbwachs (1990), a memória coletiva é como um fluxo contínuo de pensamento, onde só retém do passado aquilo que ainda tem relevância ou influência na consciência de um grupo. Ou seja, o presente não é uma barreira para o passado, embora nem tudo do passado seja mantido vivo. A memória coletiva, por natureza, vai além do momento atual, mas encontra limites em sua capacidade de se estender infinitamente no tempo. Ela se estica tanto quanto possível, mas não consegue abraçar todo o passado.

O esquecimento é algo que simplesmente acontece, tão natural quanto o fluir do tempo. Mas quando exercitamos nossa memória, escolhemos o que vamos lembrar, influenciados por uma série de fatores, como nosso grupo social, família, experiências traumáticas, emoções e contextos aos quais estamos inseridos. Cada vez que lembramos e reconstruímos um fragmento da memória, estamos fazendo uma seleção consciente. De certa forma, freamos o esquecimento ao resgatar lembranças ou o deslocamos para outras situações e imagens que não nos parecem tão relevantes para incorporar ao discurso dominante que é construído.

Para construir a memória, tanto individual quanto coletiva, é essencial considerar dois elementos: tempo e espaço. O tempo refere-se a datas, cronologia e eventos que são pontos de referência especiais para as pessoas, proporcionando identidade. Já o espaço é mais tangível, envolvendo lugares como construções, espaços de convivência, lazer e trabalho, onde se formam as lembranças pessoais ou de um grupo.

A preservação da memória dentro da sociedade e ao longo do tempo não acontece de maneira isenta de conflitos; portanto, esse processo está longe de ser neutro. Está diretamente vinculado à validação de um grupo por meio de suas ideias e objetivos, resultando em um sistema que seleciona informações, incluindo umas e excluindo outras, provenientes de diferentes grupos. Além disso, é crucial destacar que, ao ser um fenômeno em constante desenvolvimento no presente, o momento atual desempenha um papel fundamental na manutenção e preservação dessa memória.

A memória compartilhada por um grupo, referida como memória coletiva, desempenha um papel, conforme sugerido por Michael Pollak (1989), em "manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua

complementaridade". Nessa busca pela coesão, pelo passado compartilhado e pelo sentimento de pertencimento, a cidade pode até mesmo narrar e recontar sua história, reunindo fragmentos e reorganizando-os, com o objetivo de construir uma trajetória comum.

Na perspectiva da geógrafa Ana Fani Alessandri Carlos (2007), é preciso destacar a importância da memória na construção do significado dos lugares e na forma como as pessoas se relacionam com o espaço geográfico. Ela destaca como a memória e o lugar estão interligados e como as transformações no espaço físico podem ter um impacto significativo nas narrativas e nas experiências das pessoas em relação aos lugares. À vista disso, ela define lugar da seguinte maneira:

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente à produção da vida (CARLOS, 2007).

Os lugares de memória não podem existir por si mesmos; dependem da circulação contínua de ideias para que os indivíduos possam constantemente reinterpretá-los e conferir-lhes significado. Esses locais exigem uma interação ativa para serem (re)significados. Compreender esses lugares de memória requer uma contextualização histórica, pois é por meio dela que podemos desvendar suas origens e evolução.

As reminiscências agem, formam individualmente e de maneira coletiva uma memória que se compõe no espaço. Surge o que Pierre Nora (1993) denomina como lugar de memória:

Os lugares de memória pertencem a dois domínios, que a tornam interessante, mas também complexa: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos à mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração (NORA, 1993).

Objetivando identificar e compreender os lugares de memória operária, torna-se necessária uma discussão crítica sobre o que foi exposto por Nora (1997). Na obra que ele organizou em 1984, *Les lieux de mémoire*, Nora estabeleceu uma relação entre os lugares e a "memória" que se cristaliza ou se refugia. Essa visão se distancia da compreensão da memória como algo presente em todos os aspectos da vida cotidiana. Percebe-se que, para o autor, a expressão refere-se aos lugares que contêm a memória nacional, símbolos da formação da nação, como festas, comemorações, dicionários e monumentos.

Ao analisarmos a realidade brasileira contemporânea, é evidente a necessidade de uma nova abordagem ao se considerar os lugares de memória. A pergunta que surge é quais memórias estão em risco iminente de desaparecer. A hipótese levantada sugere que, diferentemente da França, onde a memória da formação nacional foi preservada, no Brasil, a memória do trabalho e dos trabalhadores está ameaçada. Este risco é particularmente acentuado no contexto dos trabalhadores industriais urbanos, que foram marginalizados como sujeitos sociais invisíveis após as transformações no mundo do trabalho durante a década de 1990, marcadas pela reestruturação produtiva e pela ascensão das políticas neoliberais. Portanto, é imperativo reconhecer e resgatar essas memórias para assegurar a preservação de uma parte importante da história e identidade social do Brasil (NASCIMENTO; SCIFONI, 2015).

Diante do exposto, emerge a necessidade de se estabelecer um diálogo entre o patrimônio industrial/cultural e as memórias e identidades individuais e coletivas que, de forma complexa e intencional, se ocultam diante de toda problemática epistemológica relativa ao estudo patrimonial.

De concreto, percebe-se a necessidade de trazeremos à tona memórias que se encontram ofuscadas. De maneira coercitiva, estas memórias foram assim deixadas para que se vejam diminuídas. É perceptível que existe um discurso dominante que se utiliza de uma perspectiva histórica dita “oficial”, fundamentada na recordação dos feitos e realizações dos chamados “grandes homens”. Essa visão limitada e elitista da construção histórica vem sendo combatida por uma nova interpretação que privilegia novos atores e enfatiza uma memória verdadeiramente pública e plural. Reconhecer a representação e a importância dos trabalhadores ubaenses na história da cidade, sua memória e identidade nesse espaço, converge ao que Sandra Pelegrini nomeou de “lutas pela retomada de laços de pertencimento e de redes de relações perdidas ao longo da existência de grupos minoritários” (PELEGRINI, 2007). É esse reconhecimento histórico e nas práticas patrimoniais que se faz imprescindível. Ainda sobre essa relevância, Pelegrini explica:

A problemática da materialização das memórias individuais e coletivas retrata e sustenta a necessidade de novos rumos no campo do patrimônio cultural e evidencia inquietações em torno da temática das políticas culturais e identitárias. A orientação teórica interdisciplinar que tem norteado a compreensão dos modos de viver e as sociabilidades humanas pauta-se pelo reconhecimento de representações simbólicas plurais e de bens culturais múltiplos, eleitos como signos das memórias, das histórias e das identidades dos mais variados grupos sociais (PELEGRINI, 2007).

Segundo Michel-Rolph Trouillot (2016), a história é produzida em um contexto sócio-histórico específico em que atores históricos também são narradores e vice-versa. Assim, ele posiciona os indivíduos nesse processo social da seguinte forma:

A história, como processo social, envolve pessoas em três posições distintas: 1) como agentes ou ocupantes de posições estruturais; 2) como atores, em constante contato com o contexto; e 3) como sujeitos, ou seja, como vozes conscientes de sua vocalidade. Exemplos clássicos daquilo que chamo de agentes são os estratos e agrupamentos aos quais pertencem as pessoas, tais como classe e status, ou os papéis com eles associados. Trabalhadores, escravos, mães são agentes (TROULLOT, 2016).

Maurício de Almeida Abreu (1998), em seus estudos, destaca uma relação particular entre memória e história, onde ambas se complementam e são essenciais para a compreensão plena de um lugar ou sociedade. Embora essa relação intrínseca seja fundamental, o autor indica que, na comparação entre memória e história, a segunda deve ser considerada ao se penetrar no campo da memória das cidades. Em seu trabalho, ele aponta as vantagens de tal escolha:

As vantagens da história sobre a memória são inúmeras. A primeira delas é que, ao contrário da memória, a história tem que buscar a verdade. Trata-se de uma operação intelectual e laicizante, que segue um método científico, e que é posta à prova continuamente. Por isto, a história está sempre sendo reconstruída, reinterpretada, e é isto que permite que as falsas interpretações feitas em seu nome sejam detectadas e denunciadas (ABREU, 1998).

A história, por sua vez, é a interpretação crítica e analítica dos eventos passados, contextualizando-os dentro de processos mais amplos e dinâmicos. Abreu argumenta que para entender a história de um lugar, é necessário considerar tanto os eventos locais quanto os processos de maior escala, como regionais, nacionais e globais.

A memória traz as narrativas pessoais e comunitárias que enriquecem a história com detalhes únicos e diferentes pontos de vista. Por outro lado, a história organiza e analisa esses acontecimentos dentro de um contexto maior, oferecendo uma visão mais completa e articulada. Dessa forma, memória e história se entrelaçam: a memória dá vida e diversidade à história, enquanto a história fornece estrutura e uma compreensão mais ampla das experiências do passado (ABREU, 1998).

Nossa análise se guia nos estudos de Rébérioux (1992), que, a partir da experiência francesa, propõe uma classificação em diferentes categorias: lugares de trabalho, de solidariedade e sociabilidade, e lugares simbólicos. Ela define como lugares de trabalho a fábrica, a oficina e a usina. Nos lugares de solidariedade e sociabilidade, destaca os cafés de

Paris, onde, no final do século XIX, as pessoas bebiam, fumavam e jogavam, e onde surgiram inúmeras associações operárias. Esses lugares eram essencialmente masculinos e deles emanavam versos e canções que retratavam a vida no trabalho, com suas alegrias e tristezas, conflitos e solidariedade. "A usina, o café, a lembrança operária ali se detêm quando se interrogam os velhos operários e eles nos oferecem suas lembranças a respeito daqueles lugares" (RÉBÉRIOUX, 1982, p. 53). Por fim, a autora apresenta os lugares simbólicos, carregados de memória militante e consciente, que rememoram a resistência contra a alienação da vida operária, simbolizando essa luta, suas perdas e vitórias. Em Paris, o Muro dos Federados, associado aos eventos da Comuna de Paris, é, segundo a autora, o lugar por excelência da memória militante.

Quando se propõe um estudo sobre a memória operária na cidade de Ubá é importante destacar que as práticas socioespaciais na cidade foram profundamente marcadas pela atividade industrial. A presença de uma paisagem industrial que ocupa o urbano, o tempo e o ritmo da vida comandados pelo sinal das fábricas, são consequências dessa peculiar construção espacial. Na medida em que as fábricas deslocaram-se de forma centrífuga, vários antigos galpões industriais foram abandonados, subutilizados e/ou destruídos pelo avanço imobiliário.

**Figura 47 – Antigos Galpões**



Fonte: Elaborado pelo autor com base em imagens do Google Earth (2023)<sup>49</sup>

Ao considerarmos os condicionantes da produção da memória coletiva e o percurso histórico da criação de uma memória sobre a industrialização de Ubá, estes espaços industriais que subsistem na paisagem são fragmentos de uma memória que a cidade gerou. Os locais de trabalho são ambientes onde se formam as identidades profissionais. No entanto, esses lugares também guardam memórias difíceis. São lembranças de momentos em que as vontades foram reprimidos em nome da disciplina e da eficiência na produção, de episódios de assédio moral e do tempo que nos foi roubado, tempo que poderia ser dedicado ao lazer, à criatividade e à liberdade.

Para a compreensão desses espaços de memória, seria necessária uma abordagem etnográfica capaz de articular à realidade criada pelo senso comum e pela ciência as expressões e os aspectos individuais e coletivos que possuem subjetividade, bem como a experiência vivida pela memória social dos trabalhadores que ocuparam esses espaços. Nesse sentido, o melhor caminho a ser trilhado é pelo emprego da história oral. Essa metodologia, em um primeiro momento, configurou-se como uma possibilidade na execução do presente trabalho. No entanto, devido aos prazos e dificuldades inerentes a uma pesquisa acadêmica, acabou tornando-se inviável o uso de entrevistas. Essa ausência, no entanto, pode ser lida como um adiamento.

Dentre as categorias apontadas para a compreensão da memória operária, podemos identificar muitos espaços industriais como lugares de trabalho que, indelévelmente, são significativos para os trabalhadores marceneiros ubaenses. As fábricas Itatiaia, Coparma, Domani, Apolo, Móveis Parma e tantas outras foram lugares de trabalho que, além de representarem a produção, a alienação ou a exploração, possibilitaram conquistas para os trabalhadores. Desses espaços, eles retiravam o sustento de suas famílias, suas conquistas materiais, como a casa própria, o primeiro carro ou mesmo a possibilidade de verem seus filhos concluindo o ensino superior.

A conservação dos locais de memória operária dá visibilidade aos espaços daqueles que raramente tiveram lugar e oportunidade. Adquire também um sentido político, pois a memória é uma estratégia de transformação social, assim como as práticas de preservação do patrimônio. Insere o mundo do trabalho na complexa rede de lembranças e esquecimentos que são as proteções legais de artefatos da cultura material, ampliando suas possibilidades seletivas.

---

<sup>49</sup> 1 – Galpão onde funcionou uma fábrica e hoje abriga as instalações da Universidade do Estado de Minas Gerais; 2 – Galpão parcialmente utilizado onde funcionou a fábrica de móveis Baependi; 3 – Antigas instalações da empresa Camilloto Móveis Ltda.; 4 – Fachada da antiga Coparma.

Refletir sobre a preservação dos galpões industriais em Ubá e o reconhecimento dos espaços operários é ir além da própria materialidade, mantida como um valor em si, mas também pelos valores que neles estão representados.

### **3.2 – UNIÃO, REIVINDICAÇÕES E FESTAS: MARCENEIROS E SINDICATO**

O Sindicato dos Marceneiros de Ubá (SMU) desempenha um papel crucial na vida dos trabalhadores do setor, emergindo como uma força vital na defesa dos direitos e interesses desses profissionais. Ao oferecer um canal organizado para a representação dos marceneiros, o sindicato atua na negociação de condições de trabalho justas, salários dignos e garantias de segurança no ambiente de trabalho. A presença do Sindicato não apenas proporciona uma voz unificada para os trabalhadores, mas também promove a solidariedade e a coesão dentro da comunidade profissional, criando um ambiente propício para a melhoria contínua das condições de vida e trabalho.

O governo autoritário legou, até o final dos anos 1970, como herança uma crise econômica e inflacionária e a anulação de direitos sociais, resultando na insatisfação da classe trabalhadora e de parte da classe média. A junção desses fatores desencadeou um aumento de movimentos sociais, evidenciando o renascimento do movimento sindical, também conhecido como "Novo Sindicalismo".

Este período pode ser considerado de reconstrução do sindicalismo brasileiro. Coincidentemente, um período de grande ebulição política, uma vez que havia uma transição em curso, do autoritarismo para a democracia.

A partir de 1979, com o movimento de abertura política, surgiu a oportunidade para os operários se reestruturarem, e a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e o PT (Partido dos Trabalhadores) nasceram desse processo de reestruturação, cada um em sua esfera de atuação, porém ambos originados do mesmo contexto. Nesse contexto, com vistas à democratização, e o surgimento da CUT e do PT permitiram que a classe trabalhadora engajasse em debates e reivindicações que ultrapassam as questões industriais, incluindo políticas sociais e reintroduzindo o sindicato na arena política.

A década de 1980 foi um período de renascimento do sindicalismo brasileiro, que ocorreu durante um tempo de intensa efervescência política, pois havia uma transição em andamento, do regime autoritário para a democracia.

Nesse cenário, momento em que o polo moveleiro se estruturava e os próprios empresários do setor se organizavam para a obtenção de melhores condições para o desenvolvimento da industrialização local, surge o Sindicato dos Marceneiros de Ubá.

Um dos documentos encontrados no acervo desse sindicato é um ofício, datado de 1º de novembro de 1988, endereçado ao Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Ubá. Esse documento continha a solicitação de autorização para que o Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de Serrarias e de Móveis de Madeira de Ubá fosse registrado no Cartório de Registros de Títulos e Documentos. O ofício foi assinado pelo então presidente José Carlos Roberto Ribeiro de Oliveira. Não há, porém, nenhum registro documental que cite com exatidão a data de criação do sindicato. Contudo, o recém-criado sindicato, em seus primeiros passos, já se deparou com o desafio de enfrentar os anos de 1990, conhecidos como a "década liberal".

A década de 1990 provocou alterações significativas nas condições de trabalho e no sindicalismo no Brasil. As mudanças advindas do processo de globalização, privatizações, abertura comercial, flexibilidade na produção e nas relações de trabalho, entre outros fatores, colocaram a atuação sindical em uma posição defensiva. Durante esse período, uma temática que ganha destaque é a defesa do emprego, evidenciando as preocupações e desafios enfrentados pelos sindicatos diante das transformações estruturais e econômicas que impactaram o cenário trabalhista (RODRIGUES, 2015).

Outro fato relevante em relação ao surgimento do sindicato dos trabalhadores moveleiros em Ubá, diz respeito à participação de elementos da igreja católica através da Pastoral Operária.

Em sua dissertação de mestrado, Squizato (2023) descreve o relato de um indivíduo que participou ativamente da Pastoral Operária em Ubá e que menciona os nomes de Padre Sebastião e Irmã Marisa, coordenadores do referido movimento, como atuantes diretos na estruturação e articulação dos trabalhadores no município. Sobre a importância dessas personagens no processo de estruturação e consolidação do sindicato em Ubá, Squizato escreveu:

Cláudio nos informa que na metade dos anos de 1990 a Irmã Marisa e o Padre Sebastião são transferidos. Somado a isso, a Cajaíba entra no processo de encerramento de suas atividades, dispensando vários trabalhadores, entres eles Mario Vianna. Esses acontecimentos, segundo Cláudio, afetaram diretamente o Sindicato Marceneiro de Ubá, pois perdeu sua base de articulação, já que Mario Vianna também deixa a presidência do SMU (SQUIZATO, 2023).

Evidenciando as dificuldades pelas quais o Sindicato passou nesse momento de sua história, Squizato ainda relata:

Então, quem passa a exercer a presidência do SMU é o “Luizinho”, que, conforme narra Cláudio, não tinha representatividade perante a classe dos trabalhadores, que inclusive tinha “esquentado a carteira”. Esse termo é utilizado quando o dirigente sindical assina a carteira em alguma empresa somente para pertencer à categoria, mas nunca exerceu, de fato, aquele ofício. Para Cláudio, uma das primeiras e significativas perdas dos trabalhadores foi a adoção do Banco de Horas recém-aprovado pelo Congresso. Cláudio chega a nos contar que conheceu um trabalhador que devia mais de três mil horas para a empresa (SQUIZATO, 2023).

Por mais de uma década, realizados de forma indiscriminada, os bancos de horas passaram a ser a principal reivindicação de luta dos trabalhadores marceneiros em Ubá. A foto a seguir, pertencente ao acervo pessoal de Cláudio, é de uma passeata, organizada pela Pastoral Operária no Dia do Trabalhador, no ano 2004.

**Figura 48 - Pastoral Operária no Dia do Trabalhador (2004)**



Fonte: Acervo pessoal de Cláudio Ponciano

O ano de 2006 marcou uma etapa significativa no processo histórico do sindicalismo marceneiro em Ubá. Após uma tumultuada eleição, José Carlos Reis Pereira assumiu a presidência do sindicato. Sua gestão à frente do sindicato pode ser apontada como responsável

pela estruturação da entidade e pela consolidação de uma representatividade combativa dos trabalhadores na indústria moveleira ubaense.

Um dos principais momentos da representatividade combativa do sindicato aconteceu em 2017, durante a semana dos dias 17.04.2017 a 21.04.2017, promoveu paralisações nas principais empresas do município de Ubá, realizando um ato que percorreu as ruas do centro da cidade conforme se observa nas fotos subsequentes. Os trabalhadores moveleiros ubaenses se mobilizaram contra uma manobra do setor empresarial que reivindicava a redução do índice de hora extra para 60% e o reajuste salarial escalonado de 8%, contrapondo os 70% e o reajuste salarial de 9,53% exigidos pela categoria.

**Figura 49 – Manifestação dos trabalhadores de Ubá (2017)**



Fonte: Arquivo do Sindicato do Marceneiros de Ubá

Em outra instância, é preciso destacar também as ações sociais desenvolvidas através do sindicato e seus eventos comemorativos que se eternizam na lembrança como momento de festa para os trabalhadores ubaenses. Dentre os eventos realizados pelo movimento sindical ubaense destacamos a Festa do Trabalhador no dia 1º de maio e a festa pelo Dia Internacional da Mulher.

No trabalho de pesquisa realizado no arquivo de fotos e documentos do SMU, foram encontradas diversas fotografias retratando esses eventos. As evidências apresentadas nas fotos demonstram uma efetiva participação dos trabalhadores nas festividades, principalmente na festa em comemoração ao Dia dos Trabalhadores. Nessas ocasiões, o sorteio de prêmios entre os filiados e a apresentação de shows musicais proporcionavam momentos de descontração e reconhecimento, afastando-os da rotina estressante e pesada do trabalho fabril.

**Figura 50 – Festa do Trabalhador**



Fonte: Arquivo do Sindicato dos Marceneiros de Ubá (compilação do autor)

Dois locais ganharam destaque como espaço de realização desses eventos: o campo de futebol do Bandeirantes e o estacionamento da feira livre municipal. Atualmente, esses eventos não acontecem mais, embora os sorteios de prêmios ocorram remotamente todos os anos.

Outra realização do sindicato, que conta com grande participação dos trabalhadores filiados, é o campeonato entre os times de futebol das fábricas. Anualmente, essa competição é realizada na modalidade *society*, envolvendo os trabalhadores como competidores e torcedores.

A ligação entre o futebol e as fábricas também será abordada mais adiante, em um subcapítulo relacionado aos lugares de sociabilidade e solidariedade.

A estreita relação entre a Igreja Católica, através da Pastoral Operária, e o surgimento do SMU, conforme citado anteriormente, também se manifestava nas grandes celebrações religiosas realizadas junto aos trabalhadores marceneiros. Conforme as imagens a seguir, podemos entender essa relação e perceber que essa manifestação religiosa contribuía para a conscientização dos trabalhadores sobre sua condição como classe explorada. Embora não tivessem o intuito direto de promover essa conscientização de classe, as dificuldades e mazelas vividas pelos trabalhadores eram apresentadas.

**Figura 51 – Celebração religiosa dos Trabalhadores**



Fonte: Arquivo do Sindicato dos Marceneiros de Ubá (compilação do autor)

Nesse sentido, considerando que o sindicato é uma instituição ativa e presente no cotidiano dos trabalhadores moveleiros de Ubá, através dos eventos e ações desenvolvidas, bem como um instrumento de luta e defesa dos trabalhadores ao longo dos anos de sua existência, podemos destacá-lo como uma instituição presente na memória dos trabalhadores ubaenses, sendo um lugar simbólico de luta e representatividade.

Para concluir, o Sindicato dos Marceneiros de Ubá (SMU) tem sido fundamental na proteção dos direitos e interesses dos trabalhadores do setor moveleiro. Ao longo de sua trajetória, o SMU se consolidou como uma entidade representativa, enfrentando diversos

desafios econômicos, políticos e sociais, sempre em busca de melhores condições de trabalho e de vida para seus associados.

Desde que foi criado em um período de mudanças políticas e econômicas no Brasil, o sindicato se tornou um importante apoio e um símbolo de resistência para os trabalhadores, promovendo a solidariedade e fortalecendo a união entre os profissionais da área. Eventos e ações promovidos pelo SMU, como as comemorações do Dia dos Trabalhadores e os campeonatos de futebol, garantem sua presença na memória coletiva, simbolizando a luta e a representatividade dos trabalhadores.

A atuação do SMU, em colaboração com a Pastoral Operária e outras instituições, foi crucial para conscientizar os trabalhadores sobre seus direitos e suas condições, mesmo em tempos difíceis, como na década de 1990, marcada por uma agenda liberal. Sua capacidade de se adaptar e continuar a luta, superando obstáculos, evidencia a resiliência e a relevância contínua do sindicato na defesa dos trabalhadores moveleiros de Ubá.

Portanto, o SMU é muito mais do que uma simples entidade que negocia condições de trabalho; ele é um agente de transformação, fomentando a integração social e valorizando os trabalhadores.

### **3.3 – SAMBA, GOLS E LEMBRANÇAS**

No final do século XX, as reformulações historiográficas motivadas pelas mudanças em relação à ordem mundial que se estruturava, apontavam para o que parecia ser o fim da “história do trabalho”. Pelo contrário, podemos perceber que, através do diálogo interdisciplinar, essa historiografia vem, durante o primeiro quarto do atual século, ganhando fôlego, recuperando espaço e realizando suas readaptações teóricas e metodológicas para o devido reconhecimento desses sujeitos como protagonistas históricos.

Nesse sentido, busca-se nessa parte do trabalho destacar espaços não analisados tradicionalmente pela historiografia, não ligados às organizações sindicais e ao espaço de trabalho. Nesses espaços, onde a experiência também é compartilhada, trazemos à tona situações cotidianas que demonstram tradições, costumes e formas de sociabilidades relevantes na vida dos trabalhadores.

Assim sendo, é imprescindível, a análise e discussão sobre a participação dos trabalhadores ubaenses nos espaços do samba e do futebol. Ao estabelecer como campo de estudo o espaço fora das fábricas, deve-se investigar a relação entre as atividades de lazer dos

operários com o lugar do futebol e o samba na vida destes trabalhadores. Nas sociedades urbanas industriais constituídas, essa relação se torna indissociável. Analisando esta relação na Inglaterra do século XIX, Eric Hobsbawm (1987, p. 285) constatou que “o mapa da Federação de Futebol era praticamente idêntico ao mapa da Inglaterra industrial”.

Compreender como o futebol se tornou uma parte significativa do dia a dia da população brasileira é uma tarefa desafiadora. Quando se trata de esportes no Brasil, continuamos a ouvir histórias que reforçam a ideia bem estabelecida de que somos o "país do futebol": o esporte mais jogado, o mais difundido, o mais amado, aquele que reúne o maior número de torcedores e entusiastas.

Em artigo intitulado *Várzeas, operários e futebol: uma outra geografia*, o geógrafo Gilmar Mascarenhas de Jesus (2009) analisa o processo de popularização do futebol em São Paulo e, até que ponto essa prática reflete as características do lugar que o abriga. Relacionado ao artigo citado, alguns pontos merecem atenção.

O futebol e o seu desenvolvimento na história das cidades brasileiras esteve diretamente ligado aos operários. Em São Paulo, especificamente, a presença dos imigrantes trabalhadores das indústrias que ali se desenvolviam contribuiu expressivamente para a popularização do esporte na passagem do século XIX para o século XX. Nas palavras do geógrafo:

A difusão do futebol enquanto prática popular de entretenimento se insere na própria formação da classe operária paulistana, como elemento de sua cultura. Certamente, o grande número de imigrantes e operários contribuiu para a rápida popularização do futebol em São Paulo (JESUS, 2009, p.7).

Outro fator relevante, apontado por Gilmar Mascarenhas de Jesus (2002), nos remete ao campo da luta de classes. Conforme já foi dito, a ligação entre o futebol e os operários é significativa, porém ele traz um elemento que merece análise e discussão. A percepção por parte da burguesia industrial em utilizar o futebol como forma de cooptação dos operários. Sobre esse assunto ele escreve:

O fato desta cidade concentrar um crescente número de estabelecimentos industriais favoreceu a difusão do “futebol de fábrica”, incentivado pelas próprias empresas, como forma de cooptação do trabalhador, fazendo-o vestir a camisa da empresa (JESUS, 2009, p. 7).

Visando uma abordagem inovadora, vemos o futebol de várzea como uma manifestação dessa prática esportiva diretamente relacionada ao espaço da comunidade. Portanto, facilita-se a percepção da participação dos trabalhadores nessa modalidade. Os finais

de semana trazem não apenas a ideia do descanso, se espera pelo jogo, há a rivalidade, a competição. Cada time representa seu bairro, sua comunidade e sua família. esse lazer é festivo. O homem comum, o operário sem reconhecimento tem ali a oportunidade de ser reconhecido. Com base nesse entendimento, vemos o futebol de várzea como elemento da cultura popular, presente na memória da classe trabalhadora e periférica e, portanto, um objeto fundamental para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Tendo conhecimento dessa inerente relação futebol, samba e periferia adotaremos neste trabalho o estudo das evidências dessa relação considerando três grandes e populares bairros ubaenses: São Domingos, Vila Casal e Caxangá. Essa escolha justifica-se pela análise dos resultados obtidos durante o trabalho de pesquisa. Os bairros aqui mencionados são reconhecidos por suas características populares, como tradicionalmente ligados ao samba através de suas agremiações carnavalescas e ao futebol pelos diversos times que ao longo do tempo ocuparam maior ou menor representatividade dentro dessas comunidades.

**Figura 52 – Time de Futebol do Bairro São Domingos**



Fonte: <https://www.facebook.com/miguel.batista.77><sup>50</sup>

---

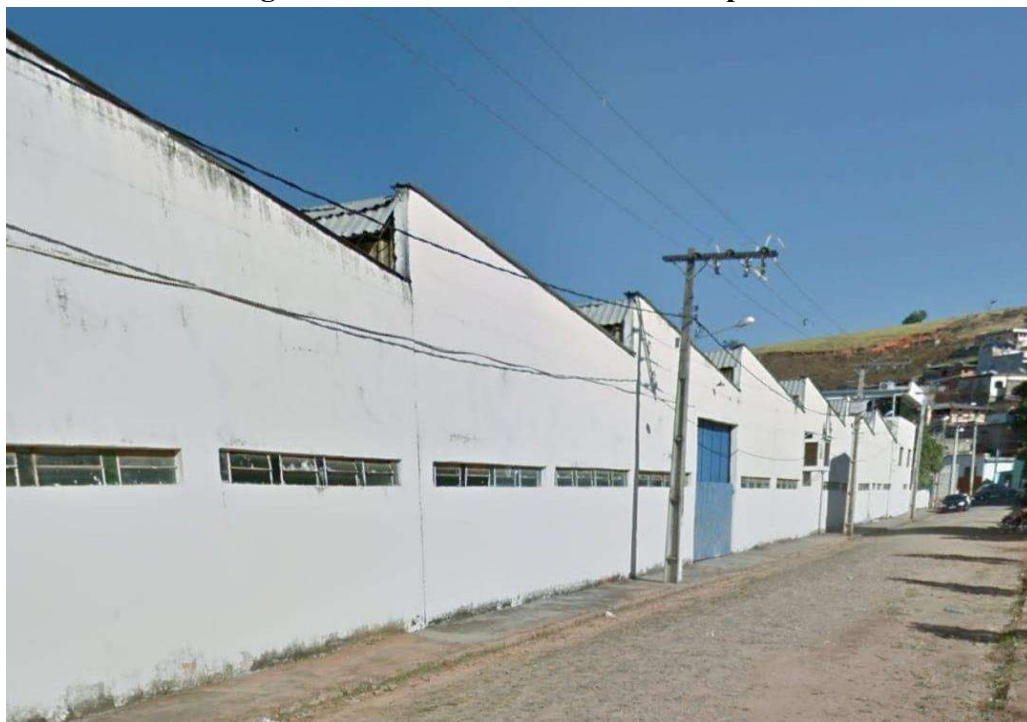
<sup>50</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=5798720626832845&set=pb.100000848942172.-2207520000.&type=3> Acesso em: 07 nov. 2023.

Outro ponto de análise em relação ao futebol de várzea na cidade de Ubá está ligado à sua relação com o espaço e a paisagem urbana. Em sua tese de doutorado, Raphael Rajão Ribeiro (2021), investiga a trajetória do futebol de várzea em Belo Horizonte. No trabalho o pesquisador descreve como o fenômeno de reconfiguração do espaço urbano belo-horizontino trouxe implicações para a organização do futebol amador na cidade. Segundo seus apontamentos, a conversão de Belo Horizonte em metrópole, fez dos campos de várzea formas estranhas e incompatíveis com essa nova realidade urbana. Nas negociações pelo novo ordenamento da cidade, os campos são vistos como espaços vazios, espaços para o avanço dos “negócios” que subjugam o tempo e os espaços de “festa” (RIBEIRO, 2021).

O geógrafo Gilmar Mascarenhas de Jesus (2009) também contribui para compreensão dessa intrínseca disputa pelo espaço da cidade entre o avanço empreendedor e o lugar do jogo, da festa proporcionada pelo futebol varzeano. Para ele, “o [...] “progresso” capitalista não tardou a chegar e afetar os lugares consagrados pela cultura popular” (JESUS, 2009. p. 89). Sobre tal fato e sua efetivação na cidade de São Paulo ainda em meados do século XX, ele escreve:

A partir da década de 1950, a especulação imobiliária e as constantes intervenções no espaço urbano, sobretudo aquelas dedicadas à modernização da malha viária a partir da retificação dos rios Pinheiros e Tietê, levaram à redução brutal da extensão das várzeas, tradicional espaço da cultura popular paulistana. Neste processo, o futebol varzeano sofreu irreversível encolhimento, mas persiste sobretudo na periferia metropolitana. São os excluídos da urbe, que se apropriam de terrenos baldios para iluminar, aos dribles, este lado escuro da metrópole (JESUS, 2009).

Ao nos voltarmos para a realidade de Ubá, é visto que a construção espacial que se viabilizou pelo avanço das fábricas em direção à periferia contribuiu decisivamente para que os espaços antes vividos pelo tempo da festa do futebol, fossem gradativamente sendo ocupados pelos galpões e o ‘tempo dos negócios’. A localização dos antigos campos, a regularidade do relevo dos terrenos onde se encontravam foram atrativos para que viessem a ser adquiridos e convertidos em espaços para a fabricação de móveis ou empreendimentos mobiliários. Um exemplo pode ser observado na imagem abaixo. O galpão onde a Fábrica de Móveis Europa funciona desde o início dos anos de 1990, foi construído em terreno onde antes existia um campo de várzea utilizado pelos moradores do bairro Caxangá.

**Figura 53 – Fábrica de Móveis Europa**

Fonte: Acervo do autor

Tanto o samba quanto o futebol de várzea são atividades que promovem a socialização e o senso de comunidade. Nas quadras de samba e nos campos de futebol de várzea, as pessoas se reúnem, estabelecem laços, compartilham experiências e fortalecem suas relações sociais. Ambos desempenham um papel central na formação da identidade cultural do país, e muitas vezes os trabalhadores encontram nesses espaços uma maneira de se conectar com suas raízes culturais.

Por sua vez, o samba possui alto potencial enquanto agente aglutinador e transformador social como comentou Nilcemar Nogueira e Desirée dos Reis Santos: “historicamente favoreceu que comunidades marginalizadas enfrentassem suas condições de exclusão e alcançassem dignidade, reconhecimento e centralidade na cultura nacional.” Os autores defendem que o samba é mais que uma manifestação artística, pois o seu legado “constrói a interconexão entre as estruturas sociais, laços afetivos, identidades, autoestima e heranças culturais de suas comunidades afrodescendentes de origem” (NOGUEIRA; SANTOS, 2018).

Neste sentido, acreditamos que o samba é elemento identitário de vital importância à memória dos operários ubaenses. Possui o potencial como agente transformador na valorização da história e memórias dos moradores dos bairros periféricos de Ubá e seu lugar na história local precisa ser valorizado. Apesar do interesse acadêmico pela cultura do samba, sua expressão no interior do país e, mais detidamente no caso da zona da mata mineira, carece de

registros e de estudos sobre o samba enquanto patrimônio cultural também presente em Minas Gerais.

Uma análise sobre o samba em Ubá e sua relação com os trabalhadores das fábricas de móveis, passou a ser considerada na medida em que as pesquisas realizadas junto aos jornais do período, especificamente no início dos anos de 1980, traziam com destaque os desfiles das escolas de samba. Entre as agremiações que se sobressaíam nos desfiles locais estavam Unidos do São Domingos, Acadêmicos do Caxangá e Império da Vila Casal. Pelos estudos e resultados obtidos verifica-se que esses bairros representados por essas escolas são aqueles que possuem evidências para serem identificados como bairros de grande concentração operária. Tal fato traz o entendimento de que há essa ligação entre as escolas de samba ubaense e os trabalhadores das fábricas moveleiras.

Há indícios de que na primeira metade do século XX os carnavais de rua em Ubá eram a principal atração para os foliões. Percebe-se que por um longo período essa festa popular acabou perdendo espaço para os carnavais dos clubes. Nesses tradicionais clubes da cidade o espaço carnavalesco era dominado pelas classes mais abastadas. A recuperação da folia carnavalesca para a festa de rua aconteceu paralelamente ao processo de industrialização vivido pela cidade. Já nos anos de 1970 alguns registros apontam para tal fato. Abaixo na figura 24 um compilado de imagens retiradas de uma filmagem feita no carnaval de 1974.

**Figura 54 – Carnaval de 1974**



Fonte: <https://www.facebook.com/miguel.batista.77> <sup>51</sup>

No início dos anos de 1980, devido ao interesse da administração municipal há uma revitalização do carnaval em Ubá. Nesse contexto em que os desfiles das escolas de samba e blocos são a principal atração, as agremiações ligadas às comunidades se destacam. Nas pesquisas realizadas junto aos jornais do período, foram encontradas publicações que trazem uma importante constatação sobre esse renascimento carnavalesco no município. Nesses jornais podemos perceber, com destaque a exaltação à figura do prefeito Irineu Gomes Filho por em seu governo ter feito os investimentos necessários para o retorno dos desfiles. Tal realização foi bem vista pela população.

Figura 55 – Reportagem sobre o carnaval de 1980



Fonte: IRINEU faz reviver a tradição de beleza do Carnaval de Ubá. **Jornal Cidade de Ubá**, 02 mar. 1980

De acordo com o texto jornalístico, já se passaram mais de 40 anos sem um carnaval de tamanha expressão para a cidade. Os desfiles das escolas de samba foram acompanhados por uma imensa multidão que assistiu às principais agremiações: Acadêmicos do Caxangá, Unidos do São Domingos, Império da Vila Casal, Unidos da Praça Guido e Feliz Lembrança. Essas

<sup>51</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=5798720626832845&set=pb.100000848942172.-2207520000.&type=3> Acesso em: 07 nov. 2023.

escolas desfilaram pela ornamentada Avenida Cristiano Roças findando sua apresentação no largo da Praça Guido Marliere. Uma comissão julgadora após avaliação dos desfiles escolhiam as três escolas vencedoras, classificando-as de acordo com as notas obtidas.

Entre as escolas que se destacaram nesse carnaval, está a Acadêmicos do Caxangá, que representando ao bairro homônimo, se consagrou vice-campeã. Tal agremiação havia sido criada um ano antes, especificamente em 1979, por um grupo de amigos ligados pelo samba e pela convivência de alguns desses fundadores como trabalhadores de fábricas. Ao realizarem uma roda de samba em um bar da cidade tiveram a ideia de criar uma escola de samba para representar o bairro Caxangá, uma tradicional localidade e que nesse período apresentava um considerável crescimento populacional e vivenciava a instalação de diversas fábricas de pequeno e médio porte para a fabricação de móveis. Com as primeiras questões definidas e movidos pela paixão pelo samba, decidiram eternizar o momento. Em seguida foram à Praça São Januário onde o registro foi feito conforme a fotografia aqui apresentada.

**Figura 56 – Fundadores da Acadêmicos do Caxangá (1979)**



Fonte: Arquivo pessoal de Jorge Dudra

Sobre a participação no carnaval de 1980 foram encontradas algumas fotografias do desfile da Acadêmicos do Caxangá que pela primeira vez apresentava-se e encantava ao público carnavalesco de Ubá.

**Figura 57 – Desfile de carnaval no ano de 1980**



Fonte: Arquivo pessoal de Jorge Dudra

Em resumo, este estudo ressalta a importância do futebol de várzea e do samba na vida e na cultura dos trabalhadores de Ubá, especialmente em um momento de tantas mudanças sociais e econômicas que a cidade estava enfrentando. Ao olhar para esses lugares que costumam ser esquecidos pelos historiadores, foi possível perceber o quanto eles são fundamentais na formação da identidade e da memória coletiva dos operários. Além disso, ficou claro como essas atividades de cultura e lazer servem para promover laços de amizade e solidariedade entre as pessoas.

Ao analisarmos a questão com uma abordagem que abrange diversas áreas do conhecimento, percebemos que o futebol e o samba são muito mais do que apenas formas de entretenimento. Eles desempenham um papel importante como práticas sociais, que ajudam a fortalecer os laços dentro da comunidade e oferecem um espaço para que os trabalhadores sejam valorizados e reconhecidos em seus próprios contextos. As atividades que se desenrolam nos campos de futebol e nas celebrações de samba nas escolas e blocos são verdadeiramente fundamentais para o cotidiano dos operários, funcionando como autênticas oportunidades de lazer e resistência cultural.

Além disso, a pesquisa trouxe à tona como a urbanização e o crescimento industrial transformaram a paisagem da cidade de Ubá, afetando diretamente os espaços de lazer tradicionais dos trabalhadores. Ao examinar as dinâmicas urbanas, ficou claro que existe uma tensão entre o progresso do capitalismo e a necessidade de preservar os ambientes de cultura

popular. Essa realidade destaca a luta dos trabalhadores para manter vivos esses locais de convivência que são fundamentais para a comunidade.

Assim, ao investigar a relação entre o futebol, o samba e a rotina dos trabalhadores, este estudo enriquece nossa compreensão da história social e cultural de Ubá. Reconhecer esses elementos é crucial para valorizar o papel dos trabalhadores como figuras centrais na construção da história e também ressalta a importância de preservar e celebrar suas tradições e expressões culturais, que são essenciais para a identidade e a memória coletiva da cidade.

### **3.4 – MÃOS QUE FAZEM HISTÓRIA**

O objetivo deste item, ainda em elaboração, é o de exaltar a importância dos trabalhadores no processo histórico de formação do polo moveleiro de Ubá, contrariando a história oficial que só valoriza a ação dos empresários locais. As “mãos mutiladas” desses operários ubaenses são documentos vivos dessa história.

Nos estudos e levantamentos até então realizados não se percebe o reconhecimento desses trabalhadores como personagens relevantes. Os jornais utilizados como fontes para a pesquisa não trazem esse reconhecimento.

No periódico “Gazeta Regjornal” havia mensalmente uma seção denominada “Carpinteiros do Progresso” onde um operário era selecionado, através da votação dos próprios trabalhadores e indicação dos proprietários para ser entrevistado e receber um prêmio, geralmente um aparelho de jantar, pela sua dedicação e exemplo de profissionalismo.

#### **Figura 58 – Jornal Gazeta Regjornal com premiação Carpinteiros do Progresso**



Fonte: CARPINTEIROS do Progresso. *Gazeta Regjornal*. edição n. 191. Ano 15, 25 jul. 2011

Esse tipo de ação nos remete ao programa de “recompensa” e “reconhecimento” utilizado por uma grande rede *fast food*, o chamado “Empregado do Mês”. Premiações individuais servem para manter a hierarquia dentro da organização, ao criar uma falsa sensação de mérito e justiça. Isso pode desviar a atenção dos problemas estruturais, como desigualdades salariais, e reforçar a ideia de que a ascensão individual é a principal medida de sucesso. Ao criar uma competição pelo título de “funcionário do mês”, a gestão instiga uma divisão entre os próprios trabalhadores. Isso desvia o foco das relações de classe e das condições de trabalho, ao mesmo tempo em que promove uma mentalidade competitiva que pode enfraquecer a consciência de classe.

O INTERSIND, sindicato patronal de atuação em todo polo moveleiro de Ubá, foi também responsável por prestar uma homenagem aos trabalhadores da indústria moveleira em Ubá. Em um dos acessos à cidade foi construído um monumento, que segundo a instituição citada, valorizava e reconhecia a importância dos trabalhadores.

**Figura 59 – Monumento em homenagem aos marceneiros**



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Os exemplos acima servem para ilustrar o objetivo de nosso trabalho em reconhecer, de maneira mais significativa, aos trabalhadores marceneiros de Ubá. É preciso lembrar que muitos desses trabalhadores nos primeiros anos de desenvolvimento das fábricas na cidade, foram responsáveis pela criação e desenvolvimento dos projetos dos produtos até então aqui fabricados. Não havia por parte dos empresários o interesse em investimento em *design*. Cabia aos próprios marceneiros a idealização e execução de muitos dos móveis que abasteciam o mercado nesse período. A qualificação desses trabalhadores era através da convivência cotidiana com os mais experientes. Algumas dessas especializações acabaram se perdendo ao longo dos anos e do avanço das tecnologias de produção. Dentre os saberes que hoje já não fazem mais parte de inúmeras empresas produtoras de móveis temos o ofício do entalhador.

Outro ponto importante em relação aos trabalhadores e que deve ser destacado é sobre a questão da segurança no trabalho. Nas primeiras décadas de desenvolvimento das fábricas de móveis em Ubá, os empresários do setor não tinham preocupação nem sofriam uma fiscalização eficiente que impusesse a obrigação de garantir a proteção dos trabalhadores frente aos diversos riscos da produção fabril. Infelizmente, foram muitos os acidentes de trabalho que por muitas vezes geravam mutilações nos trabalhadores.

No entanto, apesar de sua contribuição inegável, esses trabalhadores permanecem invisíveis na narrativa histórica oficial de Ubá. A historiografia frequentemente celebra os

empresários e as famílias que fundaram as fábricas, mas se esquece das mãos que realmente moldaram os produtos que levaram o nome da cidade para fora de suas fronteiras. Os carpinteiros, montadores e acabadores que passaram horas em fábricas, muitas vezes em condições extremas, não recebem o reconhecimento e a valorização que merecem.

Esses profissionais, muitas vezes anônimos, dedicaram suas habilidades e esforços à produção de móveis que se tornaram sinônimo de qualidade e inovação, foram peças-chaves no processo de transformação econômica e social de Ubá.

A importância dos trabalhadores na construção do polo moveleiro é inegável, e sua falta de reconhecimento nas obras e documentos históricos existentes é uma lacuna que precisa ser preenchida. O movimento para transformar essa realidade já começa a ganhar força, com iniciativas que buscam resgatar e valorizar a memória dos profissionais que, com seu suor e dedicação, ajudaram a moldar a história de Ubá e posicionar a cidade nos corredores do comércio moveleiro nacional.

É essencial que a história de Ubá seja contada de forma mais inclusiva, reconhecendo a importância desses trabalhadores e sua contribuição para um legado que vai além da mera produção, envolvendo também questões de identidade, cultura e resistência. Assim, podemos construir uma narrativa mais rica e justa, que honre todos aqueles que “fizeram” a história real da cidade. O reconhecimento desses protagonistas é um passo fundamental para compreender a força que impulsionou Ubá a se tornar o que é hoje e para garantir que suas histórias não sejam esquecidas.

## CAPÍTULO 4

### PROPOSIÇÃO DO PRODUTO

Em parceria com o Sindicato dos Marceneiros de Ubá, pretende-se planejar e construir um espaço de reconhecimento dos trabalhadores na indústria moveleira em Ubá como agentes diretos, responsáveis pela formação histórica da cidade. Esse espaço contará com fotografias, objetos e depoimentos que, de forma organizada, darão luz e relevância àqueles que sempre foram silenciados nos discursos oficiais.

Como parte das ações para realização desse projeto, foram divulgadas nas redes sociais do sindicato postagens onde eram solicitadas a participação dos filiados no levantamento de elementos que pudessem compor o acervo. Até o momento, constata-se grande dificuldade, visto que não houve retorno por parte dos trabalhadores, o que dificulta a execução da proposta.

Figura 60 – Material de divulgação nas redes sociais

**Homenagem**  
Precisamos de sua ajuda!

Ainda em comemoração pelos 35 anos do Sindicato, iremos organizar um **espaço de reconhecimento** e valorização daqueles que fizeram história do polo moveleiro em Ubá:

**OS TRABALHADORES DAS FÁBRICAS.**

Se você e sua família possuem fotos, vídeos, uniformes, ferramentas, ou **qualquer objeto que seja relacionado aos marceneiros pode nos ajudar!**

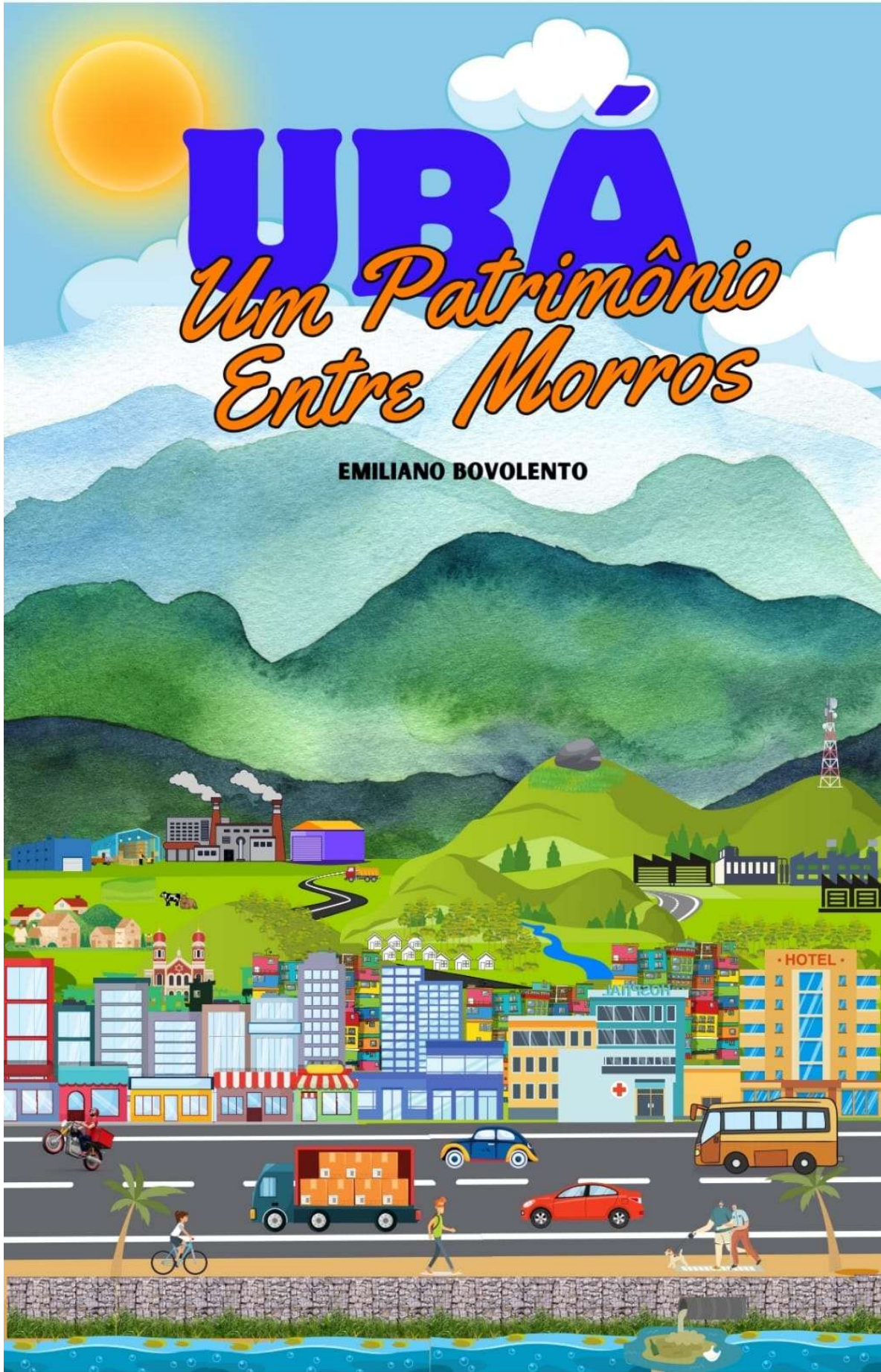
Fale conosco:  
**32 3531-4338**

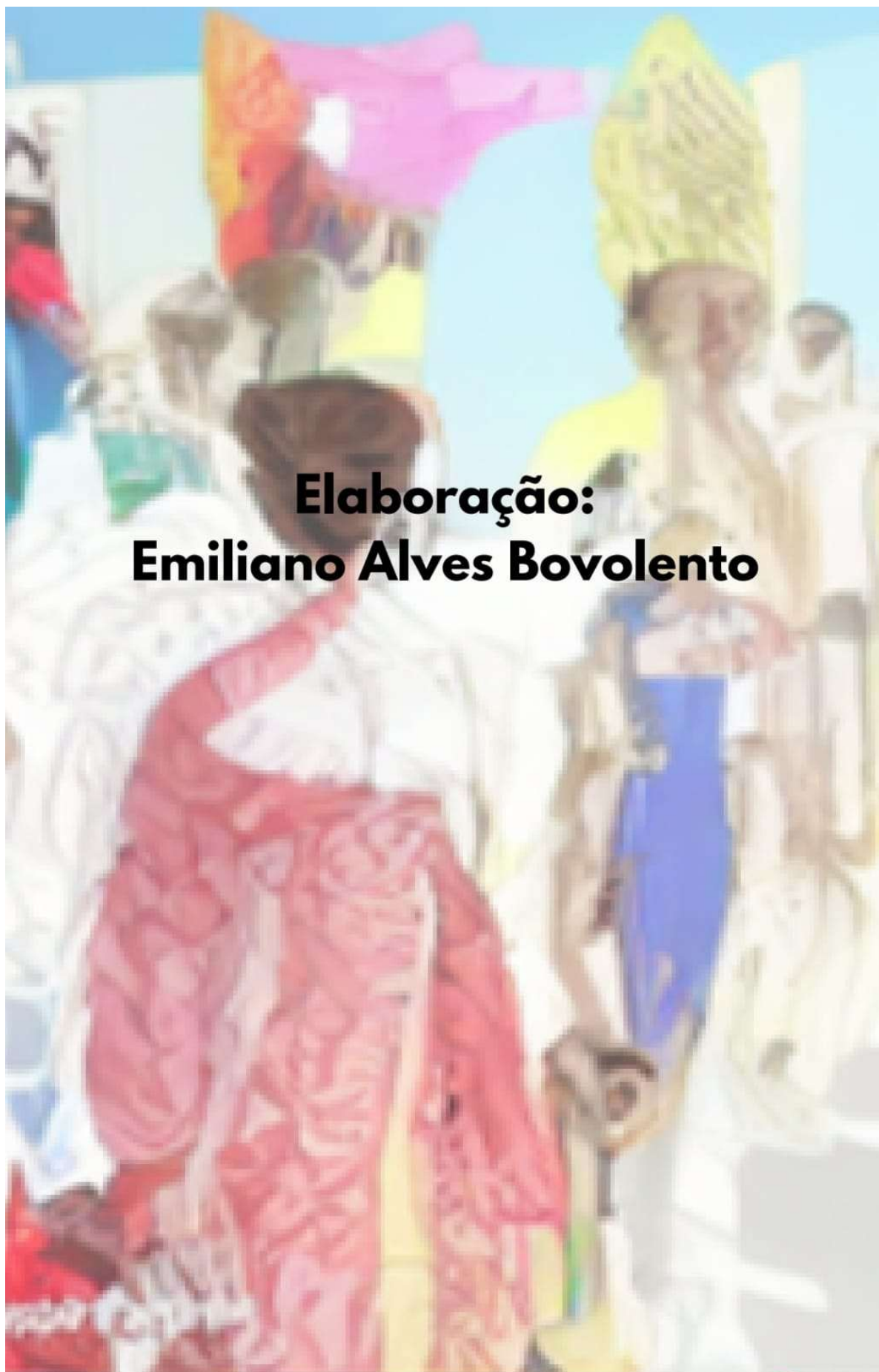
Nos acompanhe:  
**@sindmarceneiro**

Fonte: Página do Instagram do Sindicato dos Marceneiros de Ubá

Como segunda proposta de produto, foi elaborado material didático (cartilha) para distribuição nas escolas do município, com abordagem focada no tema da educação patrimonial. O objetivo e expectativa em relação a esse produto é que permita sensibilizar os jovens e toda a comunidade escolar para a pluralidade cultural e a diversidade de atores envolvidos na história e produção da paisagem ubaense, com ênfase na participação dos trabalhadores na construção histórica do polo moveleiro de Ubá.

O produto apresentado nas próximas páginas foi disponibilizado em forma de *e-book* e, através das leis de incentivo a cultura, serão captados recursos para a confecção das cartilhas que serão distribuídas gratuitamente nas escolas de ensino fundamental da rede pública e privada.





**Elaboração:  
Emiliano Alves Bovolento**

# Apresentação

Esta cartilha foi elaborada como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de Magister Scientiae da Universidade Federal de Viçosa.

Tem como objetivo introduzir noções básicas sobre Educação Patrimonial e Patrimônio, com foco em bens culturais materiais e imateriais, e ainda, trazer exemplos de patrimônios ubaenses para, sensibilizar crianças, jovens e toda a comunidade escolar para a pluralidade cultural e a diversidade de atores envolvidos na história.

**Boa leitura!**





## O QUE É PATRIMÔNIO?

No sentido original da palavra, "patrimônio" deriva do latim "patrimonius" e está relacionado com os bens de família que são transmitidos às gerações seguintes, ou seja, a herança.

Atualmente, o conceito de patrimônio se expande para abranger a expressão "Patrimônio Cultural". Essa ampliação visa alcançar, por definição, todas as criações humanas de caráter emocional, intelectual e material, independentemente de sua origem, época ou forma, bem como elementos da natureza que contribuam para o entendimento do ser humano sobre si mesmo e o mundo que o cerca.



## QUAL A IMPORTÂNCIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL?

Para entender sobre a importância do patrimônio cultural, basta realizar um exercício de imaginação: suponha que você tenha nascido em um local completamente isolado, sem uma língua falada, sem modificações humanas na paisagem e sem contato com outros indivíduos.



Nesse cenário imaginário, você não seria exposto a uma CULTURA. Não aprenderia a se comunicar, uma vez que não há outros falantes presentes; provavelmente, não alteraria o ambiente, pois ele permaneceria inalterado antes de você, e não teria oportunidade de aprender técnicas que possibilitassem mudanças. Sua existência seria desprovida de cultura.

É desafiador imaginar isso, pois crescemos em ambientes culturais. Da mesma forma, assimilamos e incorporamos elementos culturais ao nosso modo de vida, internalizando-os a ponto de considerá-los quase naturais.



**Se um bebê brasileiro fosse levado para a China e criado lá, ele aprenderia a cultura chinesa. Da mesma forma, se um ubaense fosse criado em uma aldeia indígena, desenvolveria uma cultura alinhada àquela da tribo, não à de seu local de nascimento.**



**Isso confirma que a cultura molda nossas personalidades, conferindo-nos uma identidade cultural. O brasileiro criado na China ou o ubaense na tribo indígena, ao terem consciência de sua origem, podem desenvolver um senso de pertencimento à sua cultura original, pois há uma identidade única em cada cultura que possibilita o sentimento de valorização.**

Valorizar o patrimônio cultural é valorizar a identidade que molda as pessoas. Por isso, preservar o patrimônio material e imaterial, é manter a identidade de um povo.

## O QUE SÃO PATRIMÔNIOS MATERIAIS E IMATERIAIS?



### Patrimônio MATERIAL

Agrupam uma ampla variedade de bens culturais distintos, com ênfase em suas manifestações materiais, como construções, objetos, conjuntos urbanos, obras de arte, documentos e coleções museológicas. Sítios arqueológicos e elementos naturais também são exemplares que compõem as memórias e identidades de diversas comunidades.

**Em Ubá, temos os seguintes exemplos:**



Paço Municipal



Ginásio São José



Estação Ferroviária



Escola Camilo Soares

# PATRIMÔNIO

## *Imaterial*

Esse conceito é mais amplo, pois não exige a presença física e imediata de um bem para identificá-lo como patrimônio. Podem ser reconhecidos como patrimônios culturais imateriais o idioma e os dialetos, as tradições orais, as celebrações populares, os rituais religiosos, os conjuntos de ditos populares, profissões, músicas e cantos, entre outros elementos.

### **EXEMPLOS UBAENSES:**



Congado



Mangada

SE LIGA  
NESSA...

A CAPOEIRA FOI  
RECONHECIDA PELA UNESCO  
COMO PATRIMÔNIO  
CULTURAL IMATERIAL DA  
HUMANIDADE,



# PATRIMÔNIO NATURAL



Reúne monumentos naturais formados por elementos físicos e biológicos, além dos ecossistemas. A valoração dos bens naturais como cultura ocorre através da inserção do homem nesse meio com suas relações de uso e prática.

Em Ubá, um bem natural preservado é a manga.



SERÁ QUE EM UBÁ, EXISTE  
ALGUM OUTRO BEM  
NATURAL QUE POSSA SER  
PATRIMÔNIO CULTURAL?



## **COMO UM BEM SE TORNA** **patrimônio cultural?**

O reconhecimento de um bem cultural como patrimônio cultural depende de sua importância histórica na formação da identidade cultural de um povo e da necessidade de preservação para manter essa cultura.

Devido à nossa constante interação com tais bens culturais, desenvolvemos um desejo pela sua preservação, pois esse convívio é essencial para formar nossas identidades.

**O processo de patrimonialização de um bem pode vir da população para o Estado ou do Estado para a população.**

Isso faz parte das Políticas Públicas de Patrimônio que têm três esferas de atuação: a nível municipal, temos o CONDEPAC (Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Artístico e Cultural); no estado de Minas Gerais fica a cargo do IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico); e a nível nacional IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).



## COMO SE PRESERVA UM

## PATRIMÔNIO?

### 1 INVENTÁRIO

O Inventário é o ponto inicial da estratégia de conservação cultural. É um meio de análise, registro e organização que procura reconhecer as diferentes expressões culturais e bens importantes para a preservação, tanto os de caráter imaterial quanto material. Seu principal propósito é formar um banco de informações ou lista que permita a futura identificação, apreciação e proteção, além de subsidiar ações de ensino patrimonial por meio de planejamento, pesquisa e exploração de potenciais.

### TOMBAMENTO 2

O termo tombamento refere-se a um conjunto de ações técnicas, administrativas e jurídicas realizadas pelo governo com o propósito de reconhecer, preservar e valorizar bens culturais de relevância histórica, cultural, arquitetônica, urbana, ambiental e emocional para a população. Isso impede que tais bens sejam demolidos, destruídos, mutilados ou descaracterizados.

Importante salientar que o tombamento não retira o direito de propriedade, mas regulamenta esse direito de acordo com o interesse público em manter o bem cultural preservado.

## 3 REGISTRO

O Registro é, portanto, um instrumento de reconhecimento do patrimônio imaterial que está sempre ligado às pessoas, aos detentores e praticantes envolvidos. Atualmente no Brasil há o reconhecimento de quatro tipologias do patrimônio imaterial.

São elas: 1-saberes, ofícios e modos de fazer; 2-celebrações; 3-formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; 4-lugares

## CHANCELA 4

A Chancela da Paisagem Cultural é um instrumento proposto pela Portaria nº 127/2009 do IPHAN para o reconhecimento e a gestão de paisagens culturais. Simultaneamente à atribuição de valor ao reconhecer as paisagens, é necessário criar planos de gestão integrada alinhados com as políticas urbanas, ambientais, socioeconômicas e turísticas, conforme apropriado. Portanto, a aprovação pode ser vinculada a outros meios de reconhecimento, como o tombamento e o registro, se for o caso.

## 5 SELOS E PLACAS

Como alternativa ao tombamento, registro ou outros meios comuns de proteção ao patrimônio cultural, selos e placas de reconhecimento, que destacam o valor cultural ou evocam a memória de locais, estabelecimentos, eventos, expressões ou indivíduos, podem ser estratégicos e complementares para promover a visibilidade, divulgação e valorização de diversas formas do patrimônio cultural.

## Como se faz a relação do Patrimônio *com a sociedade?*

Preservar um patrimônio não é só cuidar da manutenção física deste bem. Lógico, que este cuidado físico, é extremamente importante porque sem ele, corremos o risco de perder o bem para sempre.

**Porém, é igualmente importante comunicar este bem. E a melhor forma que existe para realizar esta ação é através da EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.**

**EDUCAR  
TAMBÉM É  
PRESERVAR**

## O QUE É EDUCAÇÃO PATRIMONIAL?

É um processo educativo que serve de instrumento para valorizar e preservar através da compreensão das referências culturais (materiais e imateriais) de forma histórica e social.

### SUAS ABORDAGENS

- \* A Educação Patrimonial de caráter informativo: Onde predomina a transmissão de um saber acerca de um patrimônio.



- \* A Educação Patrimonial de caráter dialógico: Esta abordagem traz a visão de construção coletiva sobre o patrimônio cultural a partir do diálogo e da troca.

## E como funciona?

BEM CULTURAL



EDUCADOR



DEBATE



PARTICIPANTE



**COMPREENSÃO CRÍTICA E COLETIVA  
ACERCA DO PATRIMÔNIO**

**É PRECISO CONHECER,  
REFLETIR, PARA  
ASSIM PODER  
TRANSFORMAR**



## O pensamento crítico e a diversidade cultural



O pensamento crítico permite que examinemos de forma reflexiva as narrativas históricas e culturais que moldam nossa compreensão do passado e do presente. Ao termos uma visão crítica, podemos identificar vazios e exclusões nas representações do patrimônio cultural.

Além disso, o reconhecimento da diversidade cultural nos lembra da riqueza e da complexidade das diferentes tradições, práticas e perspectivas que coexistem dentro de uma sociedade. Ao valorizar e preservar essa diversidade, a política de patrimônio cultural pode promover a equidade, o respeito mútuo e a coesão social, fortalecendo assim a identidade cultural e o senso de pertencimento de todos os membros da comunidade.



**QUERO SABER A SUA  
OPINIÃO...  
VOCÊ SE IDENTIFICA  
COM OS BENS TOMBADOS  
NA CIDADE?**

**NOS PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO REALIZADOS PELO  
MUNICÍPIO, HÁ UMA PREDISPOSIÇÃO ÀS AÇÕES  
CONSERVACIONISTAS DE BENS DIRETAMENTE  
RELACIONADOS AOS PODERES POLÍTICOS E ECONÔMICOS  
LOCAIS CONSTITUÍDOS. É PERCEPTÍVEL A OCULTAÇÃO DE  
UMA CONSIDERÁVEL PARCELA DA POPULAÇÃO QUE NÃO SE  
VÊ E NÃO SE ENCONTRA REPRESENTADA.**



# Ubá

## *cidade histórica*

**Ubá está fora do tradicional circuito mineiro de patrimônio atrelado à ideia tradicional de valorização do barroco e do passado colonial.**



**A zona da Mata é uma região de ocupação mais recente em relação às cidades mais antigas de Minas Gerais, de modo que Ubá se localiza em uma microrregião que tradicionalmente nunca se enquadrou na categoria das chamadas cidades históricas e nos critérios exigidos pelos órgãos de patrimonialização federal e estadual de relevância histórica e cultural.**

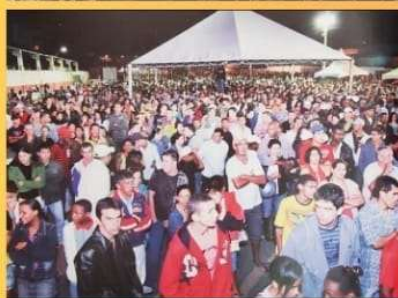


**É preciso romper com essa visão tradicional sobre patrimônio histórico e encarar o paradigma de que toda cidade é histórica. Uma cidade histórica, vista de forma mais abrangente, busca conservar tradições, modos de vida, práticas culturais e eventos significativos que ocorreram em seu território. Isso pode incluir a preservação de espaços, a manutenção de tradições locais, a celebração de eventos culturais e a valorização das comunidades que habitam a área.**

**ESPERE UM POUCO...  
QUAL ASPECTO IMPORTANTE DA  
HISTÓRIA DE UBÁ VEM SENDO  
NEGLIGENCIADO PELAS POLÍTICAS DE  
PATRIMONIALIZAÇÃO?**



**Em relação a Ubá, uma cidade industrial e polo moveleiro com sindicato de marceneiros, é interessante notar a ausência de menção à memória da atividade industrial na cidade e, principalmente, dos trabalhadores marceneiros.**



**Percebe-se a necessidade de trazermos à tona memórias que se encontram ofuscadas.**

**De maneira coercitiva, estas memórias foram assim deixadas para que se vejam diminuídas. É perceptível que existe um discurso dominante que se utiliza de uma perspectiva histórica dita “oficial”, fundamentada na recordação dos feitos e realizações dos chamados “grandes homens”. Essa visão limitada e elitista da construção histórica vem sendo combatida por uma nova interpretação que privilegia novos atores e enfatiza uma memória verdadeiramente pública e plural.**

**Reconhecer a representação e a importância dos trabalhadores ubaenses na história da cidade, sua memória e identidade nesse espaço, converge ao que Sandra Pelegrini nomeou de “lutas pela retomada de laços de pertencimento e de redes de relações perdidas ao longo da existência de grupos minoritários” (PELEGRINI, 2007).**

**O polo de Ubá é resultado do árduo trabalho e da dedicação dos seus trabalhadores ao longo da história. Suas mãos habilidosas e sua força laboral foram fundamentais para o desenvolvimento e consolidação dessa importante indústria na região. Reconhecer a contribuição dos trabalhadores não apenas como agentes econômicos, mas como sujeitos históricos, é essencial. Suas vivências, lutas e cotidianos não devem ser esquecidos, mas sim preservados e celebrados pelas políticas de patrimonialização. É através da valorização das memórias e experiências dos trabalhadores que podemos compreender de forma mais completa e justa a história do polo moveleiro de Ubá, garantindo assim que suas contribuições não se percam no tempo, mas permaneçam vivas para as futuras gerações.**

## **Perguntas de um trabalhador que lê**

**Quem construiu Tebas, a cidade das sete portas?  
Nos livros estão nomes de reis;  
Os reis carregaram as pedras?  
E Babilônia, tantas vezes destruída,  
Quem a reconstruía sempre?  
Em que casas da dourada Lima viviam aqueles que a  
construíram?  
No dia em que a Muralha da China ficou pronta,  
Para onde foram os pedreiros?  
A grande Roma está cheia de arcos-do-triunfo:  
Quem os erigiu? Quem eram aqueles que foram  
vencidos pelos césares?  
Bizâncio, tão famosa, tinha somente palácios para  
seus moradores?  
Na legendária Atlântida, quando o mar a engoliu, os  
afogados continuaram a dar ordens a seus escravos.  
O jovem Alexandre conquistou a Índia. Sozinho?  
César ocupou a Gália.  
Não estava com ele nem mesmo um cozinheiro?  
Felipe da Espanha chorou quando sua armada  
nafragou. Foi o único a chorar?  
Frederico 2º venceu a Guerra dos Sete Anos.  
Quem partilhou da vitória?  
A cada página uma vitória.  
Quem preparava os banquetes?  
A cada dez anos um grande homem.  
Quem pagava as despesas?  
Tantas histórias,  
Tantas questões  
(Berthold Brecht, 1935)**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Leonardo Augusto de. Políticas patrimoniais no Brasil: um estudo sobre o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do município de Ubá–Minas Gerais. Dissertação – (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2017.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio Cultural: Conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHUVA, Márcia. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. Seminários DEP/FLUP, v. 1, p. 16-35, 2020.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 17 jan. de 2024.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

IPHAN. O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. 4.ed. Brasília: Instituto Patrimônio Histórico Nacional, 2006a.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. Projeto História – PUC, São Paulo, 1993, p. 7-28.

PELEGRINI, Sandra C.A. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. Revista patrimônio e memória, Unesp, v. 3, n. 1, 2007.

TROUILLOT, Michel-Rolph. Silenciando o Passado: Poder e a Produção da História. Curitiba: Huya, 2016.

VIEIRA, Anderson Moreira. Políticas públicas e patrimônio cultural em Ubá, Minas Gerais: usos de memória e processos de patrimonialização. Dissertação – (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2017.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Leonardo Augusto de. Políticas patrimoniais no Brasil: um estudo sobre o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do município de Ubá–Minas Gerais. Dissertação – (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2017.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio Cultural: Conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHUVA, Márcia. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. Seminários DEP/FLUP, v. 1, p. 16-35, 2020.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 17 jan. de 2024.

FONSECA, MariaCecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

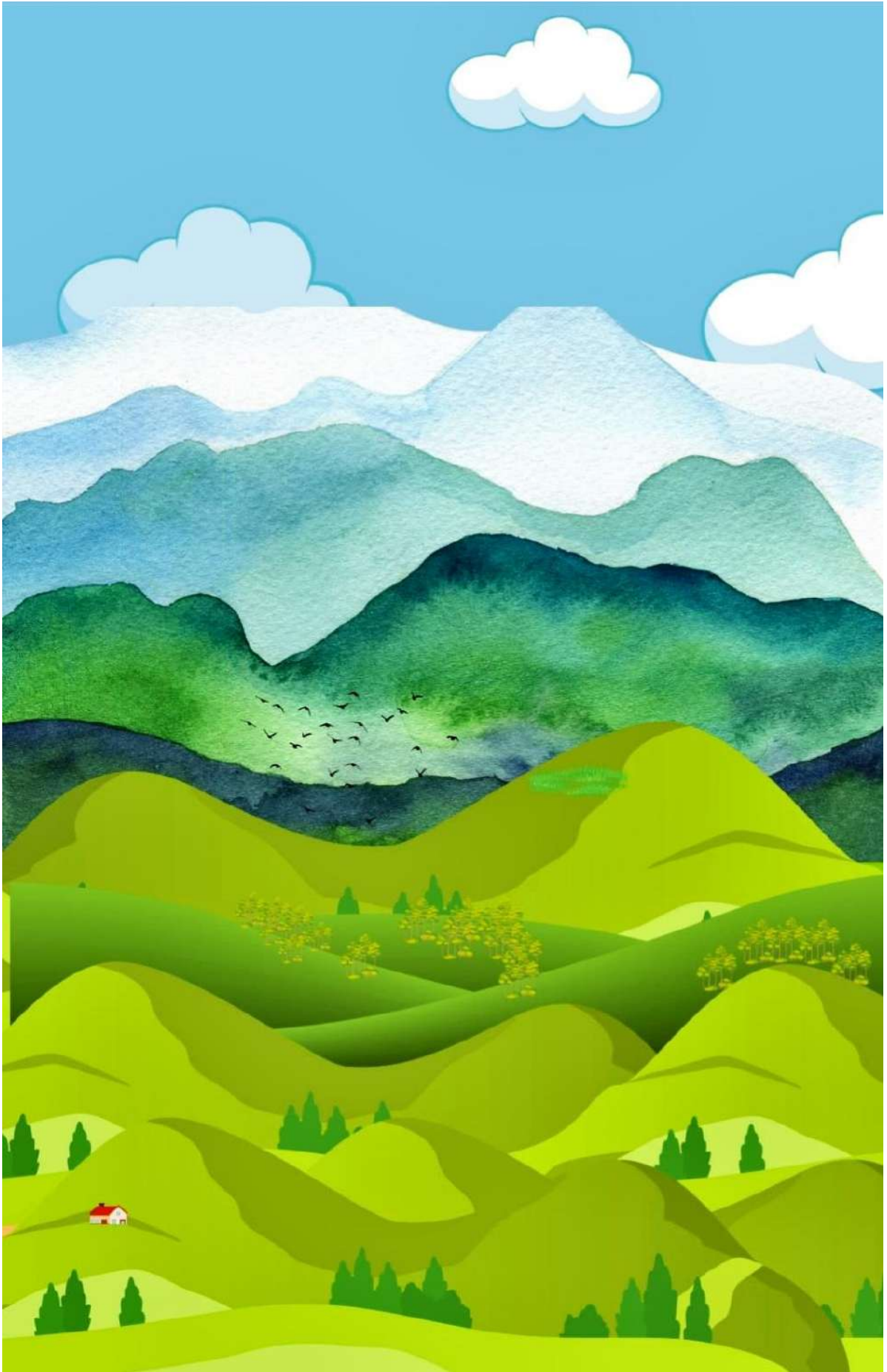
IPHAN. O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. 4.ed. Brasília: Instituto Patrimônio Histórico Nacional, 2006a.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. Projeto História – PUC, São Paulo, 1993, p. 7-28.

PELEGRINI, Sandra C.A. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. Revista patrimônio e memória, Unesp, v. 3, n. 1, 2007.

TROUILLOT, Michel-Rolph. Silenciando o Passado: Poder e a Produção da História. Curitiba: Huya, 2016.

VIEIRA, Anderson Moreira. Políticas públicas e patrimônio cultural em Ubá, Minas Gerais: usos de memória e processos de patrimonialização. Dissertação – (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2017.



## FONTES

### 1 - Arquivo Histórico e Cultural de Ubá:

- Jornal “Cidade de Ubá”
- Jornal “Folha do Povo”
- Jornal “Gazeta Regional”
- Jornal “Noticiário”
- Arquivos fotográficos
- Livros de Atas da Câmara Municipal de Ubá no período de 1980 a 2020.

### 2 - Arquivos do Sindicato dos Marceneiros de Ubá.

- Atas de reuniões no período 1987 a 2020.
- Acervo de fotos das comemorações, ações e mobilizações dos trabalhadores.
- Documentos e registros de associados de 1987 a 2020.

### 3 - Arquivos da Associação Comercial e Industrial de Ubá.

- Atas de reuniões entre 1980 e 2020.
- Acervo de fotos dos principais eventos promovidos pela associação.
- Documentos e registros de associados.

### 4 - Acervo particular de fotografias de Miguel Arcanjo de Paula

- Coleções digitais e encadernadas de fotografias diversas que mostram detalhes e particularidades do cotidiano municipal, eventos, manifestações culturais e paisagens urbanas ao longo do tempo.

## REFERÊNCIAS

- AB’SÁBER, Aziz. **Os Domínios de Natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo (SP): Ateliê Editorial, 2003.
- ABREU, Maurício de Almeida *et al.* Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras**, v. 14, p. 77-97, 1998.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e do cal, por uma concepção ampla de patrimônio cultural. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP & A, FAPERJ, UNIRIO, 2003. p. 56-76.
- AGUIAR, José Otávio. **Memórias e Histórias de Guido Thomaz Marlière (1808-1836)** - A transferência da Corte Portuguesa e a tortuosa trajetória de um Revolucionário Francês no Brasil. 3ª ed. Campina Grande-PB: EDUFCG, 2022.
- ALBINO, Andréia Aparecida. **Uma abordagem evolucionária do APL moveleiro de Ubá**: competitividade e políticas públicas estratificadas. 2009. 176f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, MG, 2009.
- ALMEIDA, Leonardo Augusto de. **Políticas patrimoniais no Brasil**: um estudo sobre o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do município de Ubá–Minas Gerais. Dissertação – (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2017.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. Cultura, Paisagens e Patrimônio Cultural: reflexões desde o Brasil Central. **Espaço & Geografia**, v.16, No 2 (2013), p. 417-440.
- ALVES, Manoel Rodrigues. **Cidade contemporânea: questões conceituais da conformação de sua espacialidade**. Tópos, Presidente Prudente, v. 1, n. 2, p. 29-57, 2007.
- ANDRADE, M. C. de. Aspectos geográficos da região de Ubá. **Anais da associação dos geógrafos brasileiros**, São Paulo, Avulso n. 1, 1961.
- AUDUC, Arlette. Des ‘séries artistiques’ de Fontainebleau à la Convention Européene du Paysage: la protection des paysages em oeuvre. *In*: **Patrimoines et Paysages**. Lyon: Lieux Dits, 2009, p. 30-39.
- AZEVEDO, Felipe Taumaturgo Rodrigues de. Para ler a Paisagem com Sentidos do Sul: Por uma abordagem além *Landaschaft*. **GeoPUC** – Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC, Rio de Janeiro-RJ, v. 10, n. 18, p. 29-46, jan-jun., 2017.
- BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 2007.

- BESSE, Jean-Marc. As cinco portas da paisagem – ensaio de uma cartografia das problemáticas paisagísticas contemporâneas. *In: O Gosto do Mundo: Exercícios de paisagem*. Tradução de Annie Cambé, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, p. 11-66.
- BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. Tradução Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- BLASENHEIM, P. As Ferrovias de Minas Gerais no Século Dezenove. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora-MG, [S. l.], v. 2, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20429>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. Cidade, cidadania e imaginário. *In: SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatahy. (org.). Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*, 1997.
- BÓGUS, L. M. M.; TASCHENER, S. P. A cidade dos anéis: São Paulo. *In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). O futuro das 138 metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Fase, 2000.
- CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos**. O que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p. Disponibilizado em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>. Acesso em: 08 set. 2023.
- CARNEIRO, Patrício Aureliano S.; MATOS, Ralfo E. S. Geografia histórica da ocupação da zona da mata mineira: acerca do mito das ‘áreas proibidas’. SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMICA MINEIRA, Diamantina, CEDEPLAR-MG, **Anais...** 2010.
- CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e Povoamento de uma Fronteira: a Formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais, 1694-1835**. 295 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- CARRARA, A. A. **Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- CARRARA, Angelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo: ocupação do solo e transformação do trabalho na zona da Mata central de Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)**. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1999.
- CARVALHO, Aline Vieira de; MENEGUELLO, Cristina (orgs.). **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2020.

- CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: Conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio** São Paulo: Ed. Unesp, 2001.
- CHUVA, Márcia. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. **Seminários DEP/FLUP**, v. 1, p. 16-35, 2020.
- CIVALE, Leonardo. Sobre luzes e sombras: a revitalização da praça XV de novembro no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro e o papel da paisagem urbana como patrimônio cultural (1982-2012). **Cadernos de Geografia**, PUC, Contagem-MG, v. 25, n. 44, 2015. p. 134-148.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1934**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 17 jan. 2024.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 17 jan. 2024.
- CORDEIRO, Graça Índias et al. A cidade à escala da rua: usos e significados do passado na afirmação de ‘tradições’ locais urbanas. *In: Patrimônio Cultural: memórias e intervenções humanas*. São Paulo: Annablume; Núcleo de Apoio e Pesquisa de São Paulo, 2017.
- CORRÊA, D. S. História ambiental e a paisagem. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 47–69, 2012. Disponível em: <https://www.halacsolcha.org/index.php/halac/article/view/187>. Acesso em: 11 ene. 2024.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A dimensão cultural do espaço: alguns temas. *In: Espaço e Cultura*, 1(1), 1995, p. 1-21.
- COSGROVE, Denis [1989]. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. *In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). Geografia cultural: uma antologia*, v. 1, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 219-238.
- COSTA, Everaldo Batista. **Totalidade urbana e totalidade-mundo: as cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global**. Tese (Doutorado em Geografia), USP, São Paulo, 2011.
- COSTA, Sandra Maria Fonseca da; MELLO, Leonardo Freire de. **Crescimento urbano e industrialização em São José dos Campos**. Col. São José dos Campos: história & cidade, v. 5, 2010.
- COSTA, Sandra Maria Fonseca; MARIA, Mateus Godói. Crescimento urbano e novas formas de urbanização na cidade de São José dos Campos. *In: COSTA, Sandra Maria Fonseca da;*

MELLO, Leonardo Freire de. **Crescimento urbano e industrialização em São José dos Campos**, Col. São José dos Campos: história & cidade, v. 5, 2010.

CUCATO, Janaina Andréa. **As disputas pelo território no espaço urbano de Votuporanga/SP- Contradições no zoneamento de interesse social (ZEIS), 1996-2012**. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CURI, Salomão Júnior. **Reestruturação urbana em Ubá-MG: Um estudo sobre a formação de uma nova centralidade urbana na zona oeste da cidade**. Dissertação – (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2021.

DEBOSSAN, Dayana Coelho. **Pode instalar a escola em qualquer lugar do Brasil, desde que seja em Viçosa: o processo de escolha da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, Minas Gerais (1920- 1926)**. Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de Geociências, Niterói, 2023.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los " derechos al territorio". **Cuadernos de antropología social**, n. 41, p. 25-38, 2015.

FERNANDES, C.L.L. OLIVEIRA JUNIOR, R. H. Cluster no setor Moveleiro: Um estudo das potencialidades da região de Ubá (MG). X SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. Diamantina, **Anais...** jun. 2002.

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. O patrimônio e as paisagens: novos conceitos para velhas concepções? **Paisagem e Ambiente: ensaios**, n. 32 (2013), p. 83-118.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

FRANK, B. J. R.; TETSUYA YAMAKI, H. Reflexões e Diretrizes para o Estudo da Paisagem Vernacular. **AteliêGeográfico**, Goiânia, v. 15, n. 3, p. 146–161, 2021.

FRANK, B. J. R.; YAMAKI, H. T. Paisagem vernacular no Brasil: apontamentos para a avaliação e inventário. **ENTRE-LUGAR**, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 335–349, 2022. DOI: 10.30612/rel.v13i25.15934. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/15934>. Acesso em: 10 jan. 2024.

GUIDUCCI, W. **Nosso polo moveleiro Ubá**. Ubá: D.I. Gráfica, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective.

HOBBSAWM, Eric. **Mundos do Trabalho**. Novos estudos sobre História operária. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

- IBÁÑEZ, María Rosario Alonso. Las repercusiones urbanísticas y territoriales de un modelo agotado de crecimiento económico. **Revista Vasca de Administración Pública**, v. 99, p. 255-270, 2014.
- IPHAN. **O registro do patrimônio imaterial**: dossiê final das atividades da Comissão do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. 4. ed. Brasília: Instituto Patrimônio Histórico Nacional, 2006.
- ICOMOS. **Carta sobre o Patrimônio Vernacular edificado**. 12ª ASSEMBLEIA GERAL DO ICOMOS. Cidade do México - México, out. 1999.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Favelas e Comunidades Urbanas 2024**: Notas metodológicas n. 01- Sobre a mudança de Aglomerados Subnormais para Favelas e Comunidades Urbanas. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.
- JACKSON, J. B. **A la découverte du paysage vernaculaire**. Arles/Versailles: ActesvSud/ENSP, 2003.
- JESUS, G. Mascarenhas de. Várzeas, Operários e Futebol: uma outra Geografia. **GEOgraphia**, v. 4, n. 8, p. 84-92, 21 set. 2009.
- KÜHL, Beatriz M. (org.). **Patrimônio Cultural**: memória e intervenções urbanas. São Paulo: Annablume; Núcleo de Apoio e Pesquisa São Paulo, 2017, p. 133-152.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. **Algumas questões relativas ao patrimônio Industrial e sua preservação**. São Paulo [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/algumas\\_questoes\\_relativas\\_ao\\_patrimonio.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/algumas_questoes_relativas_ao_patrimonio.pdf). Acesso em: 25 out. 2021.
- LAMAS, Fernando Gaudereto. Catequese e conflito: o aldeamento de São Manoel de Rio Pomba (1767-1800). **Sacrilegens**, v. 9, n. 1, 2012.
- LAMAS, Fernando Gaudereto. **Conflitos agrários em Minas Gerais: o processo de conquista da terra na área Central da Zona da Mata (1767-1820)**. 2013. 298 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- LANGSDORFF, Georg Heinrich von. **Os diários de Langsdorff v. 1**: Rio de Janeiro e Minas Gerais. 8 de maio de 1824 a 17 de fevereiro de 1825. (org.: Danuzio Gil Bernardino da Silva). Campinas/Rio de Janeiro: Associação Internacional de Estudos Langsdorff: FIOCRUZ, 1997.
- LE GOFF, Jacques. **História & Memória**. Tradução Bernardo Leitão. 7ª ed. Revista – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
- LEFEBVRE, Henri (1968). **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

- LEPETIT, Bernard. **Por uma história urbana**. Seleção de textos, revisão crítica e apresentação Heliana Angotti Salgueiro. São Paulo: Editora da USP, 2001.
- LINHARES/ES. **Lei nº 01 de 05 de abril de 1990**. Lei orgânica municipal. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-linhares-es> Acesso em: 22 jan. 2024.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Manual técnico de uso da terra**. 3.ed. Rio de Janeiro: IBGE- Diretoria de Geociências, 2013. 124 p. (Manuais técnicos em Geociências, n. 7). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81615.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.
- MAXIMIANO, Liz Abad. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE PAISAGEM. **RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise**, [S.l.], v. 8, dez. 2004. ISSN 2177-2738. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3391/2719>. Acesso em: 04 jan. 2024.
- MENDONÇA, Fabrício Molica. **Formação, desenvolvimento e estruturação de arranjos produtivos locais da indústria tradicional do Estado de Minas Gerais**. Tese (doutorado) – UFRJ/ COPPE/ Programa de Engenharia de Produção, 2008.
- MENEGUELLO, C. Patrimônio Industrial: memória, acervos e cidade. In: PAULA, Z.C. et al. **Polifonias do patrimônio**. Londrina: EDUEL, 2012.
- MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio Industrial como tema de pesquisa. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 1, Florianópolis, **Anais...** UDESC, ANPUH-SC, 2011.
- MENEGUELLO, Cristina; ROMERO, Eduardo; OKSMAN, Silvio (org.). - **Patrimônio industrial na atualidade** / São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021 254 p. : il. – (Série TICCIH-Brasil; Novas perspectivas; v. 4)
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 29-64.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 34, São Paulo: Edusp, 1992.
- MORAIS, Raul de. **Ubá Imperial** – subsídios para a História. Ubá-MG: Editora Gráfica Gonçalves Ltda., Academia Ubaense de Letras, 1988.
- NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção do patrimônio cultural: a experiência do Vale do Ribeira-SP. **Revista CPC**, São Paulo, n. 10, p. 29-48, maio/out., 2010.

- NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. Lugares de memória: trabalho, cotidiano e moradia. **Revista Memória em Rede**, v. 7, n. 13, p. 069-082, 2015.
- NETTO, Marcos Mergarejo. DINIZ, Alexandre M.A. A formação geo-histórica da Zona da Mata de Minas Gerais. Curitiba, **Ra'ega – O espaço geográfico em análise**. Curitiba, Departamento de Geografia – UFPR, n. 12, 2006.
- NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História** – PUC, São Paulo, 1993, p. 7-28.
- NORA, Pierre. **Les lix de mémoire**. Paris: Éditions Gallimard, 1997.
- OJIMA, Ricardo. Novos contornos do crescimento urbano brasileiro? O conceito de urban sprawl e os desafios para o planejamento regional e ambiental. **GEOgraphia**, v. 10, n. 19, p. 46-59, 2008.
- OLIVEIRA JUNIOR, Antonio de. **Instituição, Espaço e Desenvolvimento: o caso do Pólo Moveleiro de Ubá, MG**. 153f. 2011. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- OLIVEIRA, Eduardo Romero de. A cultura industrial como herança: questões sobre o reconhecimento de um patrimônio da industrialização “tardia” no Brasil. **Oculum Ensaios**, v. 14, n. 2, p. 311–330, 2017. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/3897>. Acesso em: 01 nov. 2021.
- OLIVEIRA, Eduardo Romero de; SILVA, Taina Maria. Bens industriais paulistas: considerações sobre a valoração e documentação de edifícios industriais. **Revista Memória em Rede**, v. 12, n. 23, p. 110–132, 2020.
- OLIVEIRA, José Carlos Loures de. Ecologia e Arqueologia da Paisagem: um estudo dos sítios précoloniais da Zona da Mata mineira. **Revista de Arqueologia**, v. 20, n. 1, 2007.
- OLIVEIRA, Rogério R. de; ENGEMANN, Carlos. História da paisagem e paisagens sem história: a presença humana na floresta atlântica do sudeste brasileiro. **Esboços**, Florianópolis (SC), v. 18, n. 25, p. 9-31, ago. 2011.
- PAIVA, Adriano Toledo. **Os domínios dos Índios: catequese e conquista nos sertões do Rio Pomba (1767-1813)**. (Dissertação de Mestrado) UFMG-PPGHIS, 2009.
- PEDRAS, Lúcia Ricotta V. A paisagem em Alexander von Humboldt: o modo descritivo dos quadros da natureza. In: **REVISTA USP**, São Paulo, n.46, junho/agosto 2000, p. 97-114.
- PELEGRINI, Sandra C.A. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. **Revista patrimônio e memória**, Unesp, v. 3, n. 1, 2007.

- PEREIRA, Wagner Candian. **“Fraternidade ubaense” e as paisagens sonoras de um interior mineiro: a música e a trajetória do maestro João Ernesto (1873-1914)**. 2016. 191f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2016.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.
- QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. La Colonialidad del Saber, p. 281-247, 2005.
- RAMALHO, José Ricardo. Novas configurações do sindicalismo no Brasil? Uma análise a partir do perfil dos trabalhadores sindicalizados. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 4, n. 2, jul.-dez. 2014, p. 381-403.
- RÉBÉRIOUX, Madeleine. Os lugares da memória operária. In: DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- RELATÓRIO de Acompanhamento Setorial da Indústria Moveleira**. Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) / Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, v. I, 2008.
- RIBEIRO, R. R. **A várzea e a metrópole: Futebol amador, transformação urbana e política local em Belo Horizonte (1947-1989)**. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Escola de Ciências Sociais. Centro de Pesquisa e Documentação Histórica. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2021.
- RIBEIRO, Rafael Winter. **Cultural landscape and heritage**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.
- RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem. : GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbeta). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/> Acesso em: 7 jan. 2024.
- RODRIGUES, Iram Jácome. Trabalhadores e sindicalismo no brasil: para onde foram os sindicatos?. **Caderno CRH**, v. 28, p. 479-491, 2015.
- ROSA, Carolina Lucena. O patrimônio industrial: a construção de uma nova tipologia de patrimônio. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

- SALES, G. P. S. A Paisagem, além da contemplação a partir de sua leitura uma melhor compreensão. **GeoPUC – Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio** Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 29-40, jul.-dez. 2015.
- SANT’ANA, Jayça Lima. **Planejamento Urbano e Planos Diretores de Votuporanga: atores, arenas e processos na construção de um modelo de gestão participativa**. 2007. 132f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Pontifícia Universidade Católica. Campinas. 2007.
- SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a academia SPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 24, p. 77-95, 1996.
- SANTOS, V. J.; MACHADO, ..P. J. O. Indústria moveleira e dinâmica demográfica de Ubá, Minas Gerais. **Revista Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 31, n. 1, p. 1-23, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadnatureza/article/view/41013/27133>. Acesso em: 24 jan. 2024.
- SANTOS, V. J. Episódios pluviais intensos: um estudo de caso sobre o município de Ubá/MG. 2013. 116 f. **Monografia (Especialização em Climatologia Urbana)- Universidade Federal de Viçosa**, Viçosa, MG.
- SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do Conceito de Paisagem na Geografia. **RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise**, [S.l.], v. 7, dez. 2003. ISSN 2177-2738. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3353%26gt%3B>. Acesso em: 04 jan. 2024.
- SCIFONI, Simone. Paisagem cultural. *In*: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.
- SILVA, Ana Carolina Santos. **Memória e toponímias: uma análise da paisagem cultural no município de Ubá-MG**. Dissertação – (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2017.
- SILVA, Ronaldo André Rodrigues da. Paisagem Cultural Industrial: memórias de um patrimônio da contemporaneidade. **Labor e Engenho**, v. 5, n. 1, p. 86-106, 2011.
- SILVEIRA, Aline Vargas da. **Paisagens urbanas em cidades médias: os casos de Colatina e Linhares no Baixo Rio Doce/ES**. Dissertação – (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2022.
- SOUZA, Elza Coelho de. Distribuição das Propriedades Rurais no Estado de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 47-70, jan./mar., 1951.

- TEIXEIRA, P. H. S.; BARBOSA, H. S. L.; PEREIRA, G. Expansão da malha urbana de Ubá: uma relação com o desenvolvimento e transformação econômica. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO - SBSR, 17, **Anais...** João Pessoa: INPE, 2015. Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/sbsr2015/files/p0822.pdf>. Acesso em: 26 out. 2023.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o Passado: Poder e a Produção da História**. Curitiba: Huya, 2016.
- VALVERDE, Orlando. Estudo Regional da Zona da Mata, de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**, n. 1, p. 3-82, 1958.
- VIEIRA, Anderson Moreira. **Políticas públicas e patrimônio cultural em Ubá, Minas Gerais: usos de memória e processos de patrimonialização**. Dissertação – (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2017.
- WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro (RJ), v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.